

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2015



DIRETORIA EXECUTIVA DA FNP

Presidente: Marcio Lacerda
(prefeito de Belo Horizonte - MG)

1º Vice-presidente Nacional: Fernando Haddad
(prefeito de São Paulo - SP)

2º Vice-presidente Nacional: Maguito Vilela
(prefeito de Aparecida de Goiânia - GO)

Vice-presidente de Relações Internacionais: Luciano Rezende
(prefeito de Vitória - ES)

Vice-presidente de Reforma Federativa: Jairo Jorge
(prefeito de Canoas - RS)

Vice-presidente de Relações Institucionais: José Fortunati
(prefeito de Porto Alegre - RS)

Vice-presidente de Relações com Congresso Nacional:
Eduardo Paes
(prefeito do Rio de Janeiro - RJ)

Vice-presidente de Regiões Metropolitanas: Jonas Donizette
(prefeito de Campinas - SP)

Vice-presidente de Cidades Inteligentes: Geraldo Júlio
(prefeito de Recife - PE)

Secretário-geral: Luiz Marinho
(prefeito de São Bernardo do Campo - SP)

1º Secretário: Arthur Virgílio
(prefeito de Manaus - AM)

2º Secretário: ACM Neto
(prefeito de Salvador - BA)

Secretário-executivo: Gilberto Perre

Jornalista responsável: Paula Aguiar (DRT-RS 12.145)
Textos: Bruna Lima, Ingrid Freitas, Lívia Palmieri e Rodrigo Eneas


Fotografias: Paulo Negreiros, Edgar Marra, Sandro Damasceno, Daniel Coelho, Renato Costa, Carlos Reinis, Silvia Toso e Paulo Oliveira

Projeto gráfico e diagramação: Pedro Vieira
Revisão: Fabiana Santos

Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record,
Sala 603 - CEP: 70340-910 - Brasília-DF
Fone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819
Email: secretaria@fnp.org.br - www.fnp.org.br

SUMÁRIO

LINHA DO TEMPO	4
JANEIRO	6
FEVEREIRO	8
MARÇO	10
ABRIL	12
MAIO	14
JUNHO	18
JULHO	22
AGOSTO	26
SETEMBRO	30
OUTUBRO	34
NOVEMBRO	38
DEZEMBRO	42
III EMDS	48
PUBLICAÇÕES DA FNP	50
DOCUMENTOS	51
CLIPPING	58



MUNICÍPIOS BRASILEIROS TÊM MAIS PROTAGONISMO NACIONAL E INTERNACIONAL EM 2015

O Relatório de Atividades 2015 da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), um instrumento de transparência, tem o objetivo de resumir e prestar contas das principais ações realizadas durante o ano. Organizado com divisão mensal, traz informações sobre a atuação dos prefeitos pelo desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

Nesse ano, apesar dos muitos desafios, a FNP teve importantes motivos para comemorar. O sucesso do III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) é um exemplo disso. Foram 9.458 participantes, 17 delegações de países dos cinco continentes, 355 palestrantes e moderadores e mais de 500 prefeitos no maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

Durante o EMDS, foi realizada a 67ª Reunião Geral da FNP, na ocasião foi eleita e empossada a nova diretoria para biênio 2015/2016. Em outubro, prefeitos também participaram da plenária da 68ª Reunião Geral, em Brasília.

Além dos grandes eventos promovidos pela FNP, ou que têm o apoio da entidade, como a reunião dos prefeitos com o Papa Francisco e o Smat City Expo World, a diretoria-executiva participou de duas audiências com a presidente Dilma Rousseff e, também, mais de 40 prefeitos estiveram presentes no encontro com os presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

A FNP contabiliza ainda avanços nas votações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, negociação das dívidas dos municípios com a União, na PEC que determina que a União só possa delegar a prestação de serviços aos estados ou municípios com a indicação de previsão dos repasses financeiros, entre outros.

Acompanhe também o trabalho da FNP pelo site www.fnp.org.br, no Facebook/FrenteNacionaldePrefeitos e no Twitter/FNPPrefeitos.

Boa Leitura.





JANEIRO

Marcado pelas ações de mobilizações para a realização do III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (III EMDs), a comissão organizadora realizou encontros preparatórios regionais, entre eles, o da Região Sul sediado em Gramado (RS).



FEVEREIRO

O prefeito de Belo Horizonte (MG) e então vice-presidente de Relações Institucionais da FNP, Marcio Lacerda, participou da mesa de abertura do Seminário Nacional Habitat III. A solenidade aconteceu na segunda-feira, 23, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF).



MARÇO

Um dos meios mais dinâmicos e imediatos de comunicação mantidos pela FNP, neste mês foi colocado no ar a nova versão do portal da entidade, completamente repaginado e reformulado. Alimentado com notícias, eventos, agenda nacional e internacional, além das principais informações sobre o dia a dia do municipalismo brasileiro no país e no mundo, uma ferramenta de informação indispensável para os gestores públicos municipais.



JULHO

Comitiva de prefeitos que compõem a diretoria da FNP participaram de missão internacional no Vaticano, a convite do papa Francisco. A agenda, pautada pelo Desenvolvimento Sustentável, também contou com a realização do Workshop “Escravidão Moderna e Mudanças Climáticas: o Compromisso das Cidades” e do Simpósio “Cidades e o Desenvolvimento Sustentável”.



AGOSTO

Destaque para sanção do Projeto de Lei Complementar 37/2015, que garante apoio para o equilíbrio fiscal dos municípios, com a troca do indexador das dívidas dos municípios com a União, permitindo que muitos municípios reequilibrem suas finanças.



SETEMBRO

Presidente da FNP participa do lançamento da nova agenda mundial do desenvolvimento, em Nova Iorque, durante a Cúpula da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável 2015. O evento também teve a participação da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.



ABRIL

Marcado pela realização do maior evento de sustentabilidade urbana do país, o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, que reuniu 9.458 participantes, entre eles 512 prefeitos. Foram 1507 municípios representados, 355 palestrantes e debatedores, 109 instituições nacionais e internacionais apoiadoras, 17 delegações estrangeiras dos cinco continentes. Participaram também três governadores, 15 ministros, 52 deputados e senadores e 125 vereadores.



MAIO

Prefeitos da Diretoria da FNP intensificam o diálogo com o Governo Federal, na reunião com o vice-presidente da República, Michel Temer, destaque para a proposta de aprimoramento do diálogo federativo, por meio da criação de uma mesa permanente de negociação entre os entes federados.



JUNHO

Prefeitos da diretoria da FNP apresentam 19 demandas municipalistas aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. Foi um importante momento de diálogo e debate de questões diretamente ligadas à vida nas cidades.



OUTUBRO

Durante a 68ª Reunião Geral da FNP foi realizado o lançamento do IV EMDS. Na ocasião, os prefeitos também elaboraram uma carta com as principais demandas municipalistas.

Os pontos do documento foram abordados em reunião da diretoria executiva da FNP com a presidente Dilma Rousseff.



NOVEMBRO

Belo Horizonte sediou uma importante discussão sobre o futuro das cidades no Brasil, com a promoção do Fórum Vida Urbana: Reflexões sobre o Futuro das Cidades.

O evento, realizado em parceria com a FNP, reuniu prefeitos, estudiosos e membros da sociedade civil para debater o planejamento urbano no país.



DEZEMBRO

Autoridades internacionais reconheceram a importância dos governos locais para o enfrentamento do aumento da temperatura na Terra durante a COP21.

Na Cúpula Climática, prefeitos e outros líderes políticos consolidaram uma carta para influenciar as negociações expondo o ponto de vista municipalista.

Reuniões preparatórias passaram por todas as regiões do país

Durante os meses de janeiro a março, várias cidades do país sediaram reuniões preparatórias para o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), evento que ocorreu em abril de 2015, em Brasília (DF).

Ao todo foram 24 reuniões que serviram para sensibilizar e mobilizar prefeitos, secretários, especialistas, autoridades dos três poderes de todas as regiões do país, e fomentá-los para as discussões em torno dos temas definidos para o III EMDS. As reuniões foram, ainda, uma oportunidade para discutir conteúdos e para formar uma visão acerca dos desafios e conquistas de cada região do país, apresentada pelos gestores municipais.

Realizaram reuniões as cidades de: Aracaju (SE), Vitória (ES), São Paulo (SP), Belém (PA), Salvador (BA), Natal (RN), Cuiabá (MT), São Luís (MA), Belo Horizonte (MG), Rio Branco (AC), Fortaleza (CE), Maceió (AL), Rio de Janeiro (RJ), Araçatuba (SP), Aparecida de Goiânia (GO), Maringá (PR), Guarujá (SP), Gramado (RS), Ipatinga (MG), Uberlândia (MG), Petrópolis (RJ) e Ribeirão Preto (SP).

Nas reuniões foi apresentada a programação, com os eixos temáticos que serviram de debates para as principais demandas municipalistas a serem abordadas no III EMDS. Com a parceria do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), os encontros contaram, ainda, com encontros dos Secretários e Dirigentes de Desenvolvimento Econômico dos respectivos estados.

“Foi o momento de juntarmos esforços para que pudéssemos navegar nas águas de 2015 de uma forma um pouco menos tempestuosa. Para

isso, construímos a tantas mãos o EMDS”, afirmou o prefeito de Porto Alegre (RS) e presidente da FNP na gestão 2013/2014, José Fortunati.

As reuniões

Abrindo a agenda das Reuniões Preparatórias para o III EMDS, Aracaju (SE) recebeu prefeitos e gestores municipais do estado de Sergipe, no dia 22 de janeiro. Demandas municipais e a apresentação do Encontro foram pautas da reunião.

Cerca de 120 representantes municipais, entre prefeitos e dirigentes, participaram da 2ª Reunião Regional Preparatória para o III EMDS, em Gramado (RS), que contou com a presença de representantes dos três estados do Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

No dia 30 de janeiro, o encontro de mobilização foi dedicado aos representantes municipais do Vale do Paraíba e Litoral de São Paulo. A prefeita de Guarujá (SP), Maria Antonieta, foi anfitriã da reunião, que contou com a participação de cerca de 80 pessoas.

Em reunião em Aparecida de Goiânia (GO), no dia 6 de fevereiro, o prefeito anfitrião, Maguito Vilela, detalhou para os mais de cem prefeitos e dirigentes municipais de Goiás e Tocantins a programação do III EMDS.

Desafios econômicos e demanda por serviços públicos foram os destaques na fala do prefeito de Belo Horizonte (MG) e vice-presidente de Relações Institucionais da FNP, Marcio Lacerda, na reunião com prefeitos e



gestores municipais da Grande BH, no dia 26 de fevereiro.

Concomitantemente à reunião de BH, prefeitos de Roraima e do Amazonas se reuniram em Manaus (AM). Entre as autoridades presentes esteve o prefeito de Silves (AM), representante da Associação Amazonense dos Municípios, Francisco Rossi.

Em reunião preparatória do Vale do Aço, em Ipatinga (MG), no dia 5 de março, a prefeita anfitriã Cecília Ferramenta frisou que “é fundamental dar continuidade às ações exitosas empreendidas nas áreas da educação e saúde”.

Em Petrópolis (RJ), cerca de 150 prefeitos e representantes municipais fluminenses se reuniram no dia 6 de março para discutir sobre o III EMDS. O prefeito anfitrião e vice-presidente para Assuntos de Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor individual da FNP, Rubens Bomtempo, falou sobre a crise federativa e a importância desse debate para o Encontro.

Também no dia 6 de março, em Salvador (BA), o III EMDS foi apresentado no âmbito da Reunião de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia. Cerca de 45 representantes municipais participaram da reunião ■

Dilma contempla vetos sugeridos pela FNP no Estatuto da Metrôpole

Vetos sugeridos pela FNP foram contemplados na sanção da Lei nº 13089/2015, que instituiu o Estatuto da Metrôpole e que entrou em vigor no dia 13, com sua publicação no Diário Oficial da União. Segundo a FNP, seria necessária a suspensão dos dispositivos, pois estes feriam a autonomia dos municípios, caracterizando-se inconstitucionais.

De acordo com ofício enviado pela entidade ao ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, a FNP manifesta seu posicionamento quanto à necessidade de haver alguns vetos parciais no texto aprovado pelo Congresso Nacional.

Além dos dispositivos apontados pela FNP como inconstitucionais, a presidente

Dilma Rousseff vetou, ainda, os artigos que previam a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano Integrado (FNDUI).

A lei determina, também, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa ■



Conselho do III EMDS se reúne no Rio de Janeiro

Cerca de 10 entidades e instituições parceiras do III EMDS participaram da terceira reunião do Conselho Consultivo do Encontro, promovida pela FNP. A reunião aconteceu o dia 29 de janeiro, no Rio de Janeiro (RJ), na prefeitura da

capital fluminense.

Na oportunidade, os membros do conselho conheceram os eixos temáticos, além do quadro de programação do encontro, as propostas de temas e atividades previstas ■

FNP reúne parceiros para organizar EMDS

Integrantes do Conselho Consultivo do III EMDS conheceram o conceito da terceira edição do evento, a programação sugerida e as inovações propostas.

O conselho é composto por representan-

tes de entidades e instituições nacionais e internacionais que apoiam institucionalmente o III EMDS.

Segundo a coordenadora-geral do Programa das Nações Unidas para o Desenvol-

vimento (PNUD), Maristela Baioni, “essa é uma oportunidade de trabalhar no âmbito local, de promover a agenda, o debate e os indicadores, além de conquistar o engajamento dos municípios”, afirmou ■

Comissão organizadora debate pauta do evento de abril

A Comissão Organizadora do III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) – Nova governança federativa e o papel das cidades no Brasil e no Mundo – se reuniu no dia 14 de janeiro, na sede do Sebrae Nacional, em Brasília (DF).

Na oportunidade, o corpo técnico da FNP falou sobre o planejamento para o III EMDS. Com a colaboração do grupo, formado por membros das prefeituras que fazem parte da diretoria da entidade, avanços na construção do EMDS foram registrados.

Entre os assuntos abordados esteve o conceito das atividades que fazem parte da programação do EMDS, a identidade visual e as inovações pensadas para o evento. Presente no encontro, o prefeito de Divinópolis (MG) e vice-presidente

para Assuntos de Gestão Pública da FNP, Vladimir Azevedo, membro da comissão política do evento, resumiu a pauta da reunião em três pilares: estruturação, articulação e mobilização.

Para o gerente de Políticas Públicas do Sebrae Nacional, Bruno Quick, o EMDS busca o posicionamento do tema na agenda nacional. “Precisamos disponibilizar conhecimento e boas práticas aos protagonistas do tema no município e fomentar a discussão para fortalecer a questão do desenvolvimento no município”, destacou.

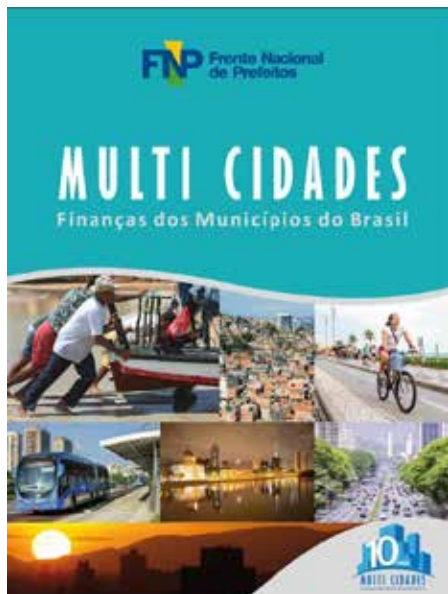
Segundo o prefeito Vladimir, o EMDS é o maior evento voltado para o municipalismo, que trata de uma agenda positiva que o Brasil precisa discutir. “Em termos de gestão pública é comum

se discutir apenas os problemas, mas não as soluções”, disse.

O então subchefe de Assuntos Federativos (SAF) da Secretaria de Relações Institucionais, Gilmar Dominici também participou da reunião e confirmou a participação do Governo Federal no evento, assim como participou dos encontros anteriores. “O EMDS é prioridade para a SAF”, falou.

A reunião também contou com a presença da secretária de Relações Internacionais e Cooperação de Canoas (RS), Deise Martins, representando o prefeito do município e coordenador-geral do III EMDS, Jairo Jorge; e o vice-prefeito de Santos (SP), Eustázio Alves Pereira Filho ■

FNP distribui Multi Cidades em todo país



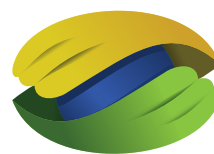
Nos primeiros dias de janeiro, prefeituras de todo país receberam a 10ª edição do Anuário Multi Cidades. O periódico também está disponível no site da FNP e se configura como uma fonte segura de consulta pública. Para o download da versão digital da revista, basta acessar o site. Realizada pela FNP, com a consultoria da Aequus, empresa

que atua com foco nas finanças públicas municipais, esta edição da Multi Cidades apresenta aos leitores dados municipais financeiros com base em informações de 2013.

Entre os dados analisados na edição estão a evolução dos principais itens da receita e da despesa dos municípios e diversos indicadores, rankings, gráficos, além de artigos sobre temas atuais da administração pública. Para o então presidente da FNP e prefeito de Porto Alegre (RS), José Fortunati, a 10ª edição da Multi Cidades é um instrumento essencial para alicerçar e fomentar o debate sobre o aprimoramento do pacto federativo. “Desejo que as informações detalhadas pelo anuário estimulem a boa gestão fiscal e contribuam para o fortalecimento do municipalismo”, destacou na ocasião.

A Multi Cidades é uma ferramenta que permite consultas e análises comparativas entre os vários dados disponíveis, de forma a possibilitar análises econômicas e sociais. Baseado em fontes oficiais, o anuário se pauta pelos princípios da transparência e boa gestão financeira. ■

Capital paulista recebe reunião do Conselho Consultivo



III ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A FNP recebeu, no dia 22, em São Paulo (SP), entidades e instituições parceiras que constituem o Conselho Consultivo do III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS). A reunião marca o primeiro encontro do grupo paulista. Na última semana de janeiro, a FNP se reuniu com integrantes do conselho sediados em Brasília (DF).

Assim como no encontro de Brasília, foram apresentados os eixos temáticos, que norteiam a preparação do III EMDS, além do quadro de programação do encontro, as propostas de temas para as Arenas de Diálogos, Teds-alike e Salas Temáticas ■

FNP participa de reunião para discutir logística reversa de embalagens



A FNP participou na quinta-feira (29) da reunião organizada pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) para tratar do tema da logística reversa de embalagens em geral. Representantes de

outras entidades municipalistas, órgãos estaduais e do setor de saneamento também participaram do encontro, que aconteceu na sede da Assemae, em Brasília (DF).

O grupo discutiu possibilidades de regulamentação da Política Nacional de Resíduos

Sólidos no que tange à logística reversa e às relações entre o setor privado e o setor público dela decorrentes. A proposta de acordo setorial construído no Ministério do Meio Ambiente, que esteve em Consulta Pública no final de 2014 e obteve mais de 1000 sugestões, também foi pauta da reunião.

“É fundamental garantir a correta participação dos serviços municipais de saneamento na implantação da logística reversa de embalagens, por se tratar de tema diretamente ligado ao desenvolvimento econômico e social do país”, falou o secretário executivo da Assemae, Francisco Lopes.

Segundo as entidades municipalistas que participaram da reunião, apesar de serem parte legítima e essencial, os municípios não foram ouvidos quando a proposta de acordo setorial, realizada em parceria do Ministério do Meio Ambiente com a Coalizão Empresarial, estava sendo construída ■

Prefeito Marcio Lacerda representa a FNP no Seminário Nacional Habitat III

Representando a FNP, o prefeito de Belo Horizonte (MG) e então vice-presidente de Relações Institucionais da entidade, Marcio Lacerda, participou da mesa de abertura do Seminário Nacional Habitat III. A solenidade aconteceu na segunda-feira, 23, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), e o evento prosseguiu até a quarta-feira (25), com o objetivo de debater a questão urbana no Brasil.

Na oportunidade, o prefeito falou sobre a importância de reafirmar o papel de atores no desenvolvimento. “Temos também que nos empenhar na construção dessa nova agenda urbana internacional, de forma que ela corresponda às reais necessidades das cidades em criar sinergia entre as agendas de desenvolvimento urbano internacionais, nacionais e locais de atores públicos, privados e associativos”, falou Lacerda. O prefeito destacou, ainda, o trabalho da FNP na formulação de propostas e engajamento dos prefeitos na agenda sustentável, inclusive para o Habitat III.

Segundo o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, que também participou da abertura, a urbanização teve impacto sobre o crescimento econômico, redução da pobreza e inclusão social. “Ao mes-



mo tempo, as grandes cidades e regiões metropolitanas abrigam os principais desafios que só poderão ser superados com políticas e ações voltadas para o desenvolvimento sustentável”, falou.

Além do prefeito Marcio Lacerda e do ministro Gilberto Kassab, compuseram a mesa o subchefe de assuntos federativos da SRI, Gilmar; o diretor da ONU Habitat na América Latina e Caribe, Alain Grimard; o deputado

Federal Marcelo Alvaro Antonio, a Secretária Nacional de Habitação, Inês Magalhães; o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), Sergei Suarez Dillon Soares; o coordenador do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Miguel Lobato e o diretor do departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério de Relações Exteriores, Alexandre Penha ■

Deputados Federais participam de debate para a construção do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país

A Comissão Organizadora do III EMDS, reunida em Brasília (DF), no dia 24, recebeu, durante o almoço, ex-prefeitos integrantes da diretoria da FNP e que participaram, à época, da Comissão Política do I e II EMDS.

Os Deputados Federais, Moema Gramacho (BA) e Helder Salmão (ES) passaram um pouco da experiência na elaboração, construção e gestão do EMDS aos atuais integrantes da Comissão Organizadora da terceira edição do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país.

Segundo Moema Gramacho, ex-prefeita de Lauro de Freitas (BA), a importância do EMDS é maior do que simplesmente reunir prefeitos em torno de uma temática, mas sim, debater políticas públicas voltadas aos municípios brasileiros. “Temos que forçar, com o EMDS, que os governantes debatam, coloquem em suas agendas o tema do municipalismo e da criação de políticas públicas voltadas aos municípios. Espero que essas reuniões preparatórias para o EMDS estimulem a participação ativa dos prefeitos e prefeitas, e eu me



comprometo a colaborar para que deputados e senadores também participem”, frisou.

Já o ex-prefeito de Cariacica (ES), Helder Salomão, destacou a realização dos eventos anteriores e a importância que o EMDS tomou ao longo dos anos. “Acho que o EMDS é um dos maiores eventos brasileiros que trata de desenvolvimento sustentável, sem distinção entre os grandes, médios e pequenos

negócios e o Governo Federal. Se os gestores que participarem do III EMDS entenderem o significado do evento, nós conseguiremos fortalecer as políticas públicas em nosso país”.

O gerente de Políticas Públicas do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Bruno Quick, ressaltou ainda a força do EMDS como “garantidor e legitimador para a construção de políticas de interesse municipal” ■

Implantação dos Free Shops em cidades Gêmeas é um dos temas de debate do III EMDS

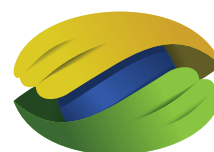


O vice-presidente da FNP de Cidades Fronteiriças e prefeito de Bagé (RS), Dudu Colombo, participou, no dia 4 de fevereiro, de uma reunião com representantes da Receita Federal.

Na ocasião o prefeito Dudu Colom-

bo convidou a Receita Federal, órgão, subordinado ao Ministério da Fazenda, para apresentar aos prefeitos a efetivação e o calendário de implantação dos Free Shops em cidades gêmeas durante o III EMDS.

Além do prefeito Dudu Colombo, a reunião contou, ainda, com a presença do coordenador-geral de Administração Aduaneira da Receita Federal, José Carlos de Araújo, do assessor institucional da Secretaria de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SAF/SRI), Bruno Sadeck e do vereador de Bagé (RS) José Carlos Gularte Ferreira ■



III ENCONTRO DOS
MUNICÍPIOS COM O
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

Prefeitos buscam apoio em Brasília para a questão dos pagamentos dos precatórios



Um grupo de prefeitos participou, no dia 4, em Brasília (DF), de diversas audiências com objetivo de buscar alternativas para o pagamento dos precatórios. O tema foi debatido durante o III EMDS.

Estiveram na capital federal a vice-presidente para Assuntos de Finanças Públicas da FNP e prefeita de Guarujá (SP), Maria Antonieta; o vice-presi-

dente para Assuntos de Meio Ambiente da FNP e prefeito de Indaiatuba (SP), Reinaldo Nogueira; o prefeito de São Vicente (SP), Luis Claudio Bili Lins da Silva; o prefeito de Itanhaém (SP), Marco Aurélio Gomes dos Santos; o prefeito de Itapuí (SP), José Eduardo Amantini e o secretário de finanças de Santo André (SP), Antônio Carlos Granada.

A comitiva participou de audiências na Subsecretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República (SAF/PR), com o então subchefe de Assuntos Federativos, Gilmar Dominici; na Câmara dos Deputados, com o presidente da Casa, deputado Eduardo Cunha (RJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF), com os ministros Dias Toffoli, Rosa Weber e Gilmar Mendes ■

Publicação da FNP aponta queda na receita dos municípios paulistas

Lançado na sexta-feira 26, em Araçatuba (SP), o 13º Anuário de Finanças dos Municípios Paulistas, publicação da FNP, apontou uma queda na receita do conjunto das cidades paulistas, conforme dados de 2014. Com um público composto por 80 representantes municipais da região Oeste de São Paulo, sendo 20 prefeitos, o lançamento aconteceu durante a Reunião Regional Preparatória para o III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS).

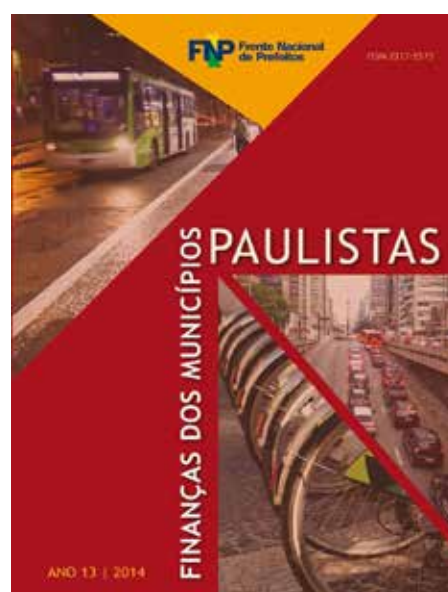
O prefeito de Guarulhos (SP) e vice-presidente Estadual São Paulo da FNP, Sebastião Almeida, afirmou que o Anuário é uma publicação importante, pois serve de parâmetro para nortear as ações financeiras dos municípios. “Atualmente vivemos um aumento de responsabilidades dos municípios e sem fonte de financiamento. O desafio é garantir que uma cidade possa ter equipamentos e recursos necessários para

o custeio que isso irá trazer”, disse.

Conforme dados divulgados pela 13ª edição do anuário, “a receita total do conjunto dos municípios paulistas apresentou ligeira queda de 0,4% em relação a 2012, em valores corrigidos pela inflação, totalizando R\$120,23 bilhões”.

A publicação informa, ainda, que o crescimento real da despesa foi praticamente nulo, de 0,4%. Entre os municípios do interior, a despesa total apresentou um crescimento ínfimo de 0,02%, subindo de R\$ 80,58 bilhões para R\$ 80,60 bilhões.

“A análise profunda deste anuário nos leva a enfatizar, ainda mais, a necessidade de repactuarmos urgentemente a relação entre os entes federativos nas atribuições que lhes competem, num momento em que se desenvolve um debate importante sobre a reforma tributária no país – e que terá efeito inócuo se não houver entendimento sobre as responsabilidades de



cada um no processo de divisão das receitas e a aplicação dos recursos em todos os níveis da administração pública”, avaliou Almeida no editorial da publicação ■

Lançados novos portais da FNP e do EMDS



Um site completamente repaginado e reformulado, que traz inovações como a Central Multimídia, os projetos internacionais detalhados, um espaço reservado às boas práticas municipais e um Fala Prefeito, com aspas de artigos, matérias ou publicações dos prefeitos ligados à FNP.

No novo portal é possível ver o histórico de informações relacionadas à entidade, além de missão, projetos, eventos, publicações e serviço. Também está disponível a composição política da FNP. Somado a um novo projeto gráfico, os interessados poderão ler as

matérias, acompanhar as mais lidas e navegar por tags relacionados aos textos.

Outras novidades são: um sistema de busca inteligente e mais eficiente, uma agenda de eventos nacionais e internacionais de reuniões em que a entidade municipalista estará presente e a categoria Artigo dos Prefeitos, com a opinião dos governantes locais sobre os mais diversos assuntos.

Central Multimídia

Sobre a nova central, além de poder acompanhar de forma dinâmica e

intuitiva os vídeos, áudios e publicações da entidade (documentos, notas e apresentações), o internauta pode compartilhar em suas redes sociais todo e qualquer conteúdo, seja ele da Central Multimídia ou do novo portal da FNP.

III EMDS

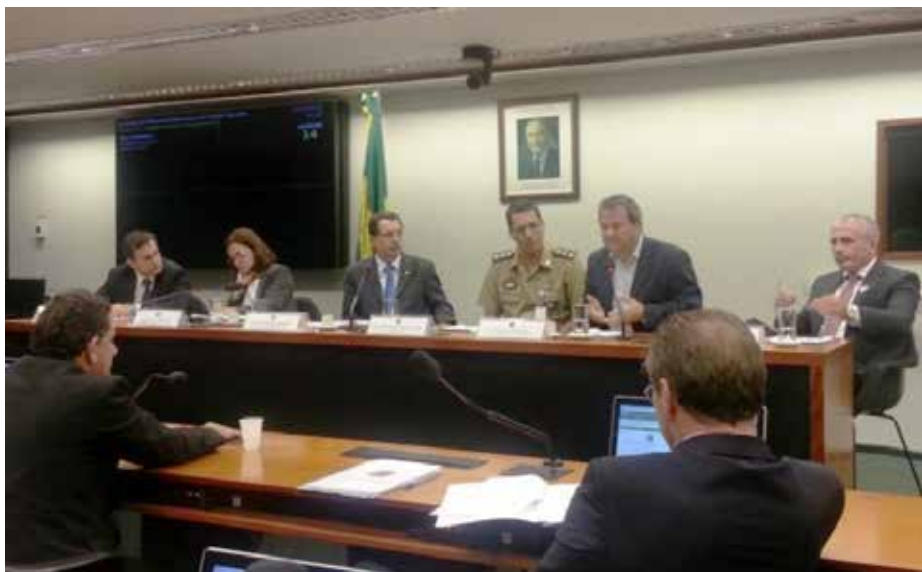
No novo portal da FNP também é possível acessar o site do III EMDS, que reúne bianualmente autoridades municipais, estaduais e federal e já se destaca como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país ■



FNP pede recriação de frente parlamentar para o desenvolvimento da faixa de fronteira

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados realizou, no dia 15, audiência pública para discutir a segurança pública nas faixas de fronteira do país. O debate contou com a presença do prefeito de Cárceres (MT) e vice-presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) para Assuntos de Navegação Fluvial, Francis Maris Cruz, de deputados e de representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Ministério da Defesa, Polícia Federal (PF) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

O autor do requerimento da audiência pública, deputado Ezequiel Fonseca (MT), destacou a necessidade de aprofundar o debate sobre a atual situação e perspectivas da segurança pública nas regiões fronteiriças do país. O parlamentar mencionou algumas das dificuldades impostas pela legislação à faixa de fronteira: insegurança jurídica da estrutura fundiária, limitação de investimentos estrangeiros e implantação de obras de infraestrutura de transporte.

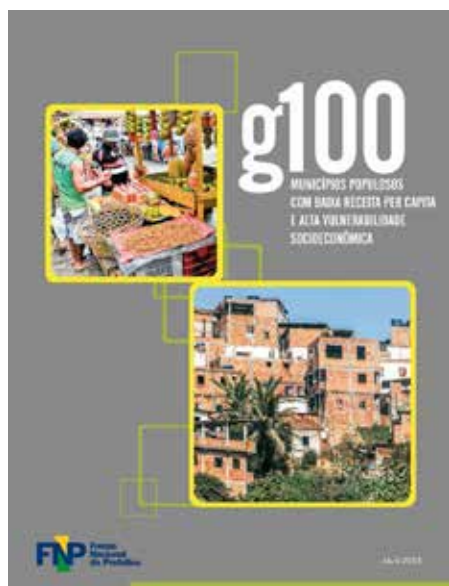


Durante a audiência, o prefeito Francis Maris Cruz solicitou a recriação da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento de Assuntos na Faixa de Fronteira. Cruz, que representou a FNP na oportunidade, pediu que o Congresso Nacional olhe com mais atenção para os municípios fronteiriços, lembrando que o custo social

nas áreas de fronteira é mais alto e que as atividades criminosas, como o tráfico, são intensas.

O Brasil faz divisa terrestre, numa extensão de 16 mil quilômetros, com dez países: Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela ■

Prefeitos lançam publicação com dados das cidades do g100



A nova publicação do g100 (grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica), foi lançado no primeiro dia (7 de abril) do III Encontro dos Municípios com Desenvolvimento Sustentável (EMDS), durante o Encontro Nacional dos Prefeitos do g100.

A publicação trouxe, entre seus principais destaques, o projeto de fortalecimento institucional do grupo, realizado em parceria com a União Europeia (UE), que aportou cerca de 460 mil euros em recursos. O projeto é uma iniciativa da FNP, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Caixa Econômica Federal.

Como resultado do projeto, o coordenador do g100 e prefeito de Carapicuíba (SP), Sergio Ribeiro, ressaltou o alto número de inscritos no Pronatec Brasil Sem Miséria. Um terço dos participantes, próximo de 120 mil pessoas, são das cidades do g100. “É um número importante para mostrar que o projeto tem força e vai ajudar boa parte destes municípios”, afirmou Ribeiro.

“Somos um grupo onde ninguém quer estar, mas para sair é preciso trabalhar muito”, disse o coordenador do g100. Segundo ele, o grupo hoje é composto por 114 municípios e para sair dele é preciso não estar na lista por dois anos consecutivos. A ideia é que as políticas públicas se fortaleçam com esta medida.

A embaixadora da UE no Brasil, Ana

Paula Zacarias, destacou a quantidade de habitantes dos municípios do g100 e a importância de tirar estas pessoas de uma situação de vulnerabilidade. “Este projeto de fortalecimento institucional faz parte do trabalho da União Europeia de auxiliar o crescimento e o desenvolvimento do Brasil”, explicou.

Segundo o prefeito de Aparecida de Goiânia (GO) e 2º vice-presidente da FNP, Maguito Vilela, os municípios do grupo estão, em sua maioria, nas regiões metropolitanas e representam cerca de 12% da população brasileira. “É preciso um olhar diferente para estas cidades”, afirmou Vilela, que foi o primeiro coordenador do g100.

Com participação de representantes do MDS e do Ministério da Integração Nacional, o lançamento do anuário do g100 ainda teve como destaque a participação dos municípios na distribuição de profissionais do programa Mais Médicos e a adesão ao Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), usado para financiar projetos de melhoria de gestão ■

Presidente Dilma Rousseff recebe executiva da FNP

A presidente da República, Dilma Rousseff, recebeu, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF), um grupo de 11 prefeitos da diretoria executiva 2013/2014 da FNP. O encontro ocorreu no dia 8 de abril, durante as atividades do III EMDS. Dilma assegurou aos prefeitos que estabelecerá uma mesa de diálogo para tratar de temas de interesse dos municípios e da União.

Com a participação do vice-presidente da República, Michel Temer, e dos ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil), Joaquim Levy (Fazenda) e Nelson Barbosa (Planejamento, Orçamento e Gestão), a audiência teve espaço para que cada prefeito se dirigisse à presidente para abordar itens da pauta da agenda federativa, incluindo a repactuação das dívidas, o pagamento de precatórios, as desonerações para o transporte público e o subfinanciamento da saúde.

O mecanismo de articulação entre municípios e a União será coordenado pelo vice, Michel Temer. O avanço identificado pelos governantes é que essa nova instância de diálogo



com a União terá prazos pré-estabelecidos para os encaminhamentos ■

III EMDS reuniu 9458 participantes



Brasília sediou, nos dias 7, 8 e 9, o III EMDS. Promovido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP), com parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a terceira edição do maior evento sobre sustentabilidade urbana do país contou com presença de 9.458 participantes, entre eles 512 prefeitos, 1.507 municípios foram representados, dos quais 551 pelo prefeito ou vice-prefeito.

Esta edição teve, ainda, o apoio de 109

instituições nacionais e internacionais, 17 delegações estrangeiras dos cinco continentes, 28 eventos parceiros, além da presença de três governadores: Rodrigo Rollemberg (Distrito Federal), Luiz Fernando Pezão (Rio de Janeiro) e Paulo Câmara (Pernambuco), 15 ministros de Estado, 50 deputados e senadores e 125 vereadores.

O III EMDS teve como tema central “Nova governança federativa e o papel das cidades no Brasil e no mundo”. Foram discutidos assuntos como o enfrentamento da crise hídrica e os desafios ambientais urbanos, o combate e a prevenção à corrupção, modelos de mobilidade urbana, emergência na saúde pública, os desafios dos municípios do grupo, empreendedorismo local, desequilíbrio das finanças municipais, geração de trabalho, emprego e renda, entre outros.

Foram quatro Arenas de Diálogos, 13 Ted-alikes, 13 Salas Temáticas, Praça de Boas Práticas, Ponto de Encontro,

Caminho das Cidades e Expo Cidade. Também fez parte da programação do EMDS, a 67ª Reunião Geral da FNP, oportunidade em que foi eleita a nova diretoria da entidade municipalista, para exercício no biênio 2015/2016. Foram escolhidos por consenso o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, o prefeito de São Paulo (SP), Fernando Haddad e o prefeito de Aparecida de Goiânia (GO), Maguito Vilela, como presidente, 1º vice e 2º vice-presidente, respectivamente ■



CCJ aprova mudança na delegação de serviços a estados e municípios

A FNP comemorou, no dia 13 mais uma conquista. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 172/12 que proíbe a União de delegar a prestação de serviços aos estados ou municípios sem que haja a previsão, em lei, dos repasses financeiros necessários.

Esta previsão em lei foi um dos temas da

carta entregue pela FNP a todos os candidatos à presidência da República nas eleições de 2014, e, apoiada veementemente no dia 7 pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, quando prefeitos integrantes da diretoria executiva da FNP participaram de audiência para debater assuntos de interesse dos municípios.

O autor da proposta, Mendonça Filho (PE), considera que tornou-se muito difícil no Brasil administrar um município ou um

estado, porque não há recursos suficientes. “Hoje a União passa as tarefas e missões para os municípios, mas 80% dos recursos estão concentrados no governo central”, disse.

Já o relator da proposta, deputado José Carlos Aleluia (BA), defendeu a proposta e ressaltou que a nova regra pode desafogar os municípios. “Esse é um mal que se iniciou com a Constituição de 1988, que concentrou os recursos na União”, disse ■

Cidades brasileiras promovem ações contra abuso sexual de crianças e adolescentes

Dando continuidade à causa da campanha “Não Desvie o Olhar”, cidades que sediaram a Copa do Mundo 2014 se mobilizaram, no dia 18, em prol do Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Seminários, manifestações e ações educativas foram algumas das atividades programadas para celebrar a data e chamar atenção para o tema em Belo Horizonte (MG), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Natal (RN), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro (RJ).



Não Desvie o Olhar

Com o objetivo de enfrentar a exploração sexual infanto-juvenil na Copa do Mundo e outros grandes eventos esportivos, a

campanha “Não Desvie o Olhar” está presente em 17 países, entre eles o Brasil. Realizada em parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (Sesi/CN) e Programa Viravida, a campanha é uma ação do projeto “Prevenção da Exploração Sexual no Turismo e Sensibilização dos turistas durante os Grandes Eventos”, promovido pela FNP, com o cofinanciamento da União Europeia e apoio do parceiro italiano Instituto Sindical pela Cooperação ao Desenvolvimento (ISCOS) Piemonte ■

Conselho Consultivo do III EMDS se reúne para balanço do evento



Membros do Conselho Consultivo do III EMDS estiveram reunidos, no dia 29, para uma avaliação do evento. A reunião aconteceu na sede da FNP e contou com contribuições de representantes de mais de 20 instituições nacionais e internacionais.

Com uma apresentação baseada nas conquistas e propostas trazidas pelo III EMDS, a FNP prestou contas aos apoiadores. “Essa é uma atitude nobre e transparente. É o que querem os patrocinadores e raramente vemos

isso”, disse o gerente da área de patrocínio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Rômulo Nascimento.

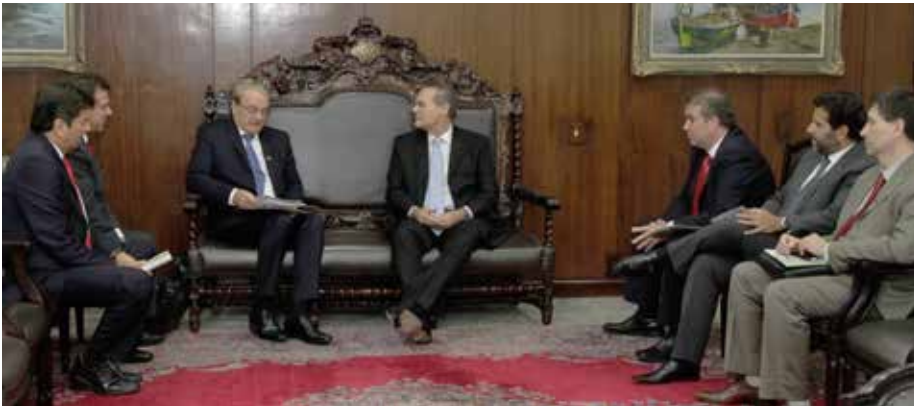
Temáticas como Saúde Pública, Educação, Mobilidade Urbana, Resíduos Sólidos e Desenvolvimento Econômica foram abordadas durante o III EMDS, de uma maneira a tratar de assuntos do interesse dos municípios brasileiros. “O evento foi muito bom, especialmente na área da mobilidade urbana, trazendo novas iniciativas para secretários

e prefeitos”, afirmou o representante da Associação Nacional de Transportes Públicos (NTU), Raphael Barros Dorneles.

Apesar de não ter a proposta de ser um evento internacional, o evento contou com a participação de 17 delegações e apoios institucionais de outros países, como é o caso da Agência Francesa de Desenvolvimento. “Foi uma experiência extremamente positiva. Não temos críticas, só agradecimento”, afirmou a diretora de projetos da Agência Francesa de Desenvolvimento, Laure Schalchli.

Estiveram presentes, ainda, representantes da Caixa Econômica Federal, da Fundação Banco do Brasil, da Agência Nacional de Águas (ANA), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Fiat, da Associação de Startups e Empreendedores Digitais (ASTEPS), da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), da Presidência da República, do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Sebrae Nacional, da Associação Brasileira dos Municípios (ABM) e da Embaixada Francesa ■

FNP pede ao Congresso Nacional apoio à pauta dos municípios



O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ressaltou durante audiência com prefeitos da FNP, no dia 7, que apoia proposta de determinação de novas despesas apenas com a indicação da fonte de receitas. O prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Márcio Lacerda,

e prefeitos integrantes da diretoria executiva da entidade municipalista, se reuniram também com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, para discutir projetos em tramitação na casa e que são prioridades para os municípios brasileiros.

Um dos temas em pauta na discussão

foi a retomada do debate sobre o novo pacto federativo e o seu aprimoramento. Os prefeitos destacaram a importância de um tratamento diferenciado na reforma federativa para os municípios do g100 (grupo de cidades populosas com alta vulnerabilidade socioeconômica).

Participaram, ainda, das agendas do dia, o prefeito de Aparecida de Goiânia (GO) e vice-presidente Nacional da FNP, Maguito Vilela, o prefeito de São Bernardo do Campo (SP) e o secretário geral da FNP, Luiz Marinho e o prefeito de Campinas (SP) e vice-presidente para assuntos de Regiões Metropolitanas da FNP, Jonas Donizette. Além deles, estiveram presentes a Secretária de Relações Internacionais de Canoas (RS), Deise Martins, e o Secretário de Relações Internacionais e Federativas da prefeitura de São Paulo (SP), Leonardo Barchini ■

Prefeitos propõem aprimoramento do diálogo federativo

Prefeitos integrantes da diretoria executiva da FNP estiveram reunidos, no dia 7, em Brasília (DF), com o vice-presidente da República Michel Temer. O encontro foi um desdobramento da reunião que os prefeitos tiveram com Temer e com a presidente Dilma Rousseff durante o III EMDS.

O prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, entregou quatro ofícios, dois deles destinados à presidente Dilma, destacando pontos levantados pela diretoria da FNP e, em especial, pedindo a criação de uma mesa permanente de negociações entre os entes federados.

“Levamos propostas concretas de organização de uma mesa permanente de negociações com o governo federal e os prefeitos de uma forma tecnicamente bem estruturada, e que funcione também uma Secretaria Executiva e, dentro da Presidência, Câmaras Técnicas Temáticas para cuidar, de forma mais profunda, de todos os assuntos necessários para que se chegasse à próxima reunião com propostas previamente negociadas e prontas para serem assinadas e divulgadas”, destacou o presidente.

Participaram, ainda, da reunião o prefeito de Aparecida de Goiânia (GO) e vice-presidente Nacional da FNP, Maguito Vilela, o prefeito de São Bernardo do Campo (SP) e o secretário geral da FNP, Luiz Marinho e o prefeito de Campinas (SP) e vice-presidente para assuntos de Regiões Metropolitanas da FNP, Jonas Donizette.

Temer ouviu ainda dos prefeitos pro-



postas para a constituição de um novo pacto federativo, a elaboração de proposição de nova legislação sobre precatórios, e pedidos, como a regulamentação da Lei Complementar nº 148, de 2014, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. A aprovação do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e de Caráter Urbano de Passageiros, a modernização da legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e a proibição de transferência de encargos sem a previsão de repasse financeiro necessário ao seu custeio, também fizeram parte da pauta.

O prefeito Maguito Vilela falou sobre a importância do debate com o governo federal, em destaque a criação de políticas que favoreçam cidades como as do g100 (grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e

alta vulnerabilidade socioeconômica). “É muito importante esse elo da FNP com o governo federal. Discutimos grandes temas do país (Educação, Saúde, Segurança Pública, questão hídrica, saneamento básico), que nascem e começam nos municípios brasileiros. Temos cidades, como as do g100, que não têm infraestrutura nenhuma. Então são temas importantes para o país, principalmente para as cidades desse grupo”, destacou Maguito.

Segundo o presidente Marcio Lacerda, a FNP tem propostas para a pauta legislativa, como também para mudanças de processos decisórios, operacionais entre as prefeituras e a União. “Essas propostas poderiam melhorar, modernizar e otimizar os municípios. Certamente as nossas propostas melhorariam o desempenho das prefeituras sem aumentar os custos”, ressaltou o prefeito ao final da audiência ■

FNP trabalha para facilitar acesso dos Consórcios a recursos da União

Prefeitos da FNP encaminharam, no dia 25, ao ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Nelson Barbosa, um ofício reiterando alteração do artigo 39 do Decreto 6017/2007. A proposta da entidade é que as exigências legais para o acesso aos recursos da União sejam cumpridas unicamente pelos Consórcios Públicos. Atualmente, o artigo 39 determina que, para os Consórcios Públicos conseguirem recursos da União, todos os entes consorciados devem estar regulares no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC).

Em referência à carta entregue pelos prefeitos presidentes de consórcios públicos, em fevereiro de 2014, aos então ministros Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência da República), Miriam Belchior (Planejamento) e Ideli Salvati (Relações Institucionais), o ofício aponta que este critério inviabiliza, muitas vezes, o avanço dos pactos e o desenvolvimento de ações pelos consórcios públicos.

Temática recorrente na pauta da FNP, a alteração do artigo 39 foi pontuada como demanda também durante o Seminário “Consórcios Públicos das Regiões Metropolitanas – Complemento ou Contraponto?”, promovido pelo Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF).

Seminário “Planos Plurianuais Territoriais Participativos”

Em fevereiro de 2014, prefeitos presidentes de consórcios públicos entregaram aos então ministros Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da Presidência da República), Miriam Belchior (Planejamento) e Ideli Salvati (Relações Institucionais) uma carta com três reivindicações, entre elas a alteração do artigo 39, do Decreto 6017/2007. O documento também solicitava a reformulação da pergunta sobre cooperação federativa da pesquisa MUNIC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no que se referia à coope-

ração federativa, pleito atendido este ano.

Seminário “Consórcios Públicos das Regiões Metropolitanas – Complemento ou Contraponto?”

Realizado em maio de 2014, no âmbito da 65ª Reunião Geral da FNP, o seminário gerou encaminhamentos, entre eles a reiteração das demandas expostas na carta entregue em fevereiro.

OCPF

Projeto da FNP, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Caixa Econômica Federal, o OCPF foi instituído em 2010. Por ser um centro multi-institucional de apoio aos consórcios públicos e ao aperfeiçoamento do federalismo brasileiro, o OCPF tem como missão promover análise e reflexão sobre a agenda e os desafios do consorciamento público, disseminando informações e conhecimento ■

Rollemborg recebe prefeitos da FNP para avaliação do III EMDS



Prefeitos da diretoria executiva da FNP estiveram reunidos com o Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemborg. Assim como a pauta da reunião com o então diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Luiz Barretto, ainda na mesma tarde, o tema deste encontro foi o III EMDS.

Segundo a diretoria executiva da FNP, representada pelo prefeito de

Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda e pelo vice-presidente da FNP para assuntos de Regiões Metropolitanas, Jonas Donizete, o objetivo desta reunião foi avaliar o III EMDS e agradecer a parceria com o Governo do Distrito Federal, o qual cedeu o Centro de Convenções Ulysses Guimarães, para a realização do evento, que contabilizou mais de 9.458 participantes ■

Reforma do Pacto Federativo é tema de audiência pública

Em audiência pública, no dia 12, parlamentares debateram propostas para uma reforma federativa, que contemple os três entes federados (União, estados e municípios). Promovida pela Comissão Especial do Pacto Federativo, a audiência foi realizada na Câmara dos Deputados e contou com a participação do prefeito de Canoas (RS) e vice-presidente para assuntos sobre Reforma Federativa da FNP, Jairo Jorge.

Temática recorrente da entidade, a reforma federativa é entendida pela entidade como necessidade perante as novas demandas e responsabilidades dos municípios e estados. “A mesa federativa permite que nós possamos avançar nos

três entes. Hoje nós temos uma relação com o Comitê de Articulação Federativa (CAF) que, apesar de muito importante, é uma relação bilateral entre União e municípios”, falou o prefeito.

O presidente da Comissão Especial, o deputado Danilo Forte, destacou as transferências de contribuições que a União tem sob sua tutela para serem compartilhadas com estados e municípios. “A partir de então teremos uma melhor distribuição tributária para poder abastecer esses municípios que pre-

cisam. Sem sombra de dúvidas, a revisão do pacto federativo passa, necessariamente, também por uma reforma tributária”, afirmou ■



g100 pede apoio do BNDES para melhoria da gestão pública municipal

Prefeitos do g100 (grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica) estiveram reunidos, no dia 15, com o diretor de Infraestrutura Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Henrique Paim. O objetivo do encontro foi tratar sobre propostas, programas, produtos e serviços oferecidos pelo banco em condições especiais aos municípios do g100.

Entre as solicitações do grupo ao BNDES esteve a simplificação nos processos para a aquisição do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos

Setores Sociais Básicos (PMAT). Pediram, ainda, a parceria e a sensibilidade para outras questões urgentes aos municípios do g100.

O prefeito de Carapicuíba (SP) e vice-presidente da FNP para assuntos do g100, Sergio Ribeiro, sugeriu, por exemplo, uma parceria com a Petrobras para o financiamento de pavimentação nas cidades do g100. “A matéria-prima utilizada para o asfaltamento é fornecida pela empresa, des-



sa maneira o BNDES poderia abrir uma linha de financiamento, a princípio, para os municípios vulneráveis, para a compra direta com a Petrobras”, frisou ■

Prefeitos fortalecem parcerias internacionais da FNP



Representantes da FNP participaram de quatro reuniões em Brasília (DF) nos dias 26 e 27. Compuseram a agenda encontros com representantes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), embaixadores Portugal e China no Brasil e integrantes do Ministério da Integração Nacional.

Pnud

O presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, esteve

reunido com o então representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD), Jorge Chediek. Entre os assuntos debatidos esteve a parceria entre a duas entidades, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o novo pacto federativo.

Portugal

O embaixador de Portugal no Brasil, Francisco Ribeiro Telles, recebeu, no dia 26, o 2º vice-presidente Nacional da FNP e prefeito de Aparecida de Goiânia (GO), Maguito Vilela. O motivo da reunião foi estreitar os laços para futuras parcerias entre cidades brasileiras e portuguesas, lembrando a proximidade histórica entre

ambos os países.

Ministério da Integração

Prefeitos das Regiões da Fronteira e Campanha Gaúcha estiveram reunidos com representantes da FNP, do Ministério da Integração Nacional e da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), para apresentar o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento que está sendo criado na região e entregar um documento com ações prioritárias para as cidades que integrarão o consórcio. A finalidade é que o governo integre essas ações no Plano Plurianual (PPA).

Embaixada da China

O prefeito de Cáceres (MT) e vice-presidente da FNP para assuntos de Navegação Fluvial, Francis Maris, se reuniu nesta quarta-feira (27), com o embaixador da China no Brasil, Li Jinzhang, para estreitar relações entre o município e o país asiático ■

Reoneração do Transporte coletivo preocupa prefeitos

AFNP defende a excepcionalização para o transporte coletivo urbano da reoneração proposta pelo Governo Federal no Projeto de Lei 863/15. Alinhada ao pedido da FNP, o relator do projeto, deputado federal Leonardo Picciani (RJ), afirmou que pretende criar uma regra de exceção na proposta.

Para tentar equilibrar a balança fiscal, o Governo tem proposto medidas de ajustes para frear despesas e aumentar a arrecadação. Há menos de um ano, a presidente Dilma Rousseff tornou permanente a desoneração da folha de pagamento no setor de transportes, que antes contribuía com 20% sobre a folha, substituído

por um tributo que incide 2% sobre o faturamento da empresa. No entanto, a Câmara dos Deputados recebeu, a menos de um mês, o Projeto de Lei 863/15, de origem do Executivo, que reonera em 2,5% a contribuição patronal sobre a folha de pagamento para o setor de serviços e, em 1,5% para a indústria.

De acordo com cálculos da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), para o setor de transporte público, a reversão de benefícios fiscais concedidos anteriormente causará aumentos imediatos nas tarifas de 2% para 4,5%, conforme determina o Projeto de Lei nº 863/2015.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revela que nas grandes cidades brasileiras 10% das famílias mais pobres comprometem até 13% da renda com o transporte, índice quatro vezes maior que a média das famílias brasileiras, que é de 3%. E como são os usuários do transporte público os responsáveis pelo custeio da maior parcela do serviço, as parcelas com menos recursos acabam sendo bastante penalizadas.

Desde 2003, a FNP busca junto ao governo federal medidas que venham baratear a tarifa e qualificar o Sistema de Transporte Coletivo ■

Avaliação do III EMDS é tema de reunião em Brasília

Análise da terceira edição e encaminhamentos para o IV EMDS foram pautas de reunião com representantes dos municípios que sediaram reuniões preparatórias para o III EMDS, realizado em abril deste ano. A reunião ocorreu dia 9, na sede da FNP.

Entre os pontos destacados pelo grupo para as reuniões preparatórias, está a possibilidade de construir programações mais detalhadas e aliar outros propósitos às agendas pré-EMDS. “Temos muitas coisas para discutir regionalmente e isso pode alavancar as reuniões para o próximo EMDS”, afirmou o secretário da Fazenda de Ribeirão Preto (SP), Sérgio Nalini.

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico e Relações do Trabalho de Araça-

tuba (SP), Carlos Antonio Farias de Souza, é válido focar nas experiências de cada município. “Cada região tem um perfil de equipamentos que podem colaborar. É importante estruturar o grupo para colocar mais qualidade nessa impulsão dos municípios”, afirmou.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Valparaíso de Goiás (GO), Erasmo Cardoso dos Santos, destacou a importância de envolver a participação dos prefeitos nesses encontros regionais.

Para o secretário de Governo e Integração Institucional de Aparecida de Goiânia (GO), Euler de Moraes, é importante envolver mem-



bro da academia nessas discussões. Estiveram presentes, ainda, o Secretário de Fazenda e Desenvolvimento Econômico de Três Rios (RJ), Anderson Marques Assumpção; o secretário Executivo de Ipatinga (MG), Gustavo Finocchio Lima; e o secretário de Gestão Estratégica, Ciência e Tecnologia, Vitorino Alves da Silva ■

FNP apresenta demandas municipalistas no Congresso Nacional



Anecessidade de revisão do pacto federativo, especificada em 19 demandas municipalistas, foi apresentada dia 17 pelos prefeitos e prefeitas da FNP aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. O encontro foi realizado no Congresso Nacional e reuniu mais de 40 prefeitos da entidade, dos quais 16 são de capitais, além de deputados e senadores.

Marcado pelo tom propositivo, a reunião foi um importante momento de diálogo e debate de questões diretamente ligadas à vida nas cidades. Na abertura da reunião com os prefeitos, o presidente Renan Calheiros destacou que municípios e estados sofreram, até agora, o maior peso do ajuste fiscal. “É preciso ouvir as demandas desses entes federados para dar a eles condições de cumprir com suas obrigações. E hoje esse é o nosso papel, o de ouvir”. Ainda segundo Renan, é preciso estabelecer qual o papel

mais adequado para os municípios sob todos os aspectos. “É fundamental que o Congresso Nacional assuma o protagonismo em busca de um novo desenho da Federação. Nesse novo desenho, com um novo papel para os municípios, são os prefeitos que devem apontar esse caminho”, completou.

Para o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o momento é propício para discutir o pacto federativo. O deputado declarou que é imperioso trabalhar para solucionar os problemas mais graves enfrentados pelos municípios e escalonar as necessidades por ordem de prioridade. “A PEC 172/2012, que proíbe a criação de obrigações para os entes federados sem a indicação da fonte dos recursos necessários, deve ser votada na Câmara ainda no primeiro semestre”, assegurou Cunha.

O presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, destacou números que evidenciam a urgência das

demandas apresentadas pelos prefeitos. “De 2000 a 2013, a fatia das receitas totais do país, destinada aos municípios, cresceu 0,5 ponto percentual, enquanto a parcela das despesas subiu quase 6 pontos percentuais”, disse o presidente da FNP. Sobre a participação maciça dos prefeitos, Lacerda ressaltou a representatividade da FNP. “Nesta reunião, a FNP representa um em cada quatro brasileiros, e um em cada três reais do PIB nacional”, rematou.

O senador Walter Pinheiro (BA), presidente da Comissão Especial do Pacto Federativo do Senado, se mostrou solidário às reivindicações. “Chegou a hora de votarmos as matérias de interesse dos estados e municípios. Até dia 8 de setembro serão entregues todos os projetos de interesse desses entes em condições para votação para que, até o fim do ano, eles sejam apreciados. Não vamos sair de 2015 sem colocar o dedo nessa ferida”, garantiu Pinheiro ■

FNP defende implantação do Conselho de Gestão Fiscal

O vice-presidente para assuntos de Gestão Pública da FNP e prefeito de Divinópolis (MG), Vladimir Azevedo, defendeu no dia 18, na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), a implantação do Conselho de Gestão Fiscal como forma de melhorar o diálogo federativo. A demanda, que é um dos 19 itens da revisão do pacto federativo apresentados pela FNP, no dia 17, aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, foi exposta durante audiência da Comissão de Finanças e Tributação para debate da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

“Em nome da FNP, quero declarar que

os prefeitos são defensores da LRF como um avanço na gestão pública brasileira, mas é necessário aperfeiçoá-la e entendemos que esse é um momento propício para o debate”, declarou o prefeito. “A participação dos municípios brasileiros no bolo tributário nacional cresceu 0,5% na última década, enquanto a participação dos municípios na despesa pública nacional cresceu 5,8%, um descompasso quase 12 vezes maior. Esse dado revela que os municípios estão assumindo o custeio da nação. Somado a isso, temos outras questões, como o denunciamento e a judicialização das políticas públicas. Para nós, uma medida fun-



damental para evoluirmos nesse ponto é tirar da gaveta o artigo 67 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que instituiu o Conselho de Gestão Fiscal”, destacou o prefeito, citando os dados do Anuário Multi Cidades 2014 ■

FNP participa de debate no Bureau Executivo da CGLU



O prefeito de Canoas (RS) e vice-presidente da FNP para Reforma Federativa, Jairo Jorge, e a vice-prefeita de São Paulo (SP),

Nádia Campeão, representaram a FNP no Bureau Executivo da Cidade e Governos Locais Unidos (CGLU). O evento foi realizado em Porto Alegre (RS).

Com o objetivo de ser um encontro de preparação para reforçar os posicionamentos dos municípios nas principais agendas internacionais, prefeitos de municípios da América Latina trataram da construção de uma posição política latino-americana, em relação ao Habitat III e sobre o papel desses municípios na CGLU.

O prefeito Jairo Jorge destacou que este é um grande momento para unir as cidades e participar da CGLU. “Uma oportunidade para participar de uma maneira mais forte, mais ativa e mais unida, para que possamos fortalecer cada vez mais a CGLU e avançar nas agendas das cidades”, destacou.

O debate tratou sobre temas importantes e agendas internacionais, especialmente a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) ■

Prefeituras apresentam projetos a instituições de financiamento

Prefeitos demandaram apoio do governo federal para acesso aos recursos internacionais, em época de crise, durante o workshop “Banco de Oportunidades América Latina: Encontro de Governos Locais com Instituições de Desenvolvimento e Financiamento”, no dia 11, em Porto Alegre (RS).

Realizado no âmbito do Bureau Executivo da rede Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), o workshop foi promovido pela FNP, o Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades (FMDV), e a prefeitura de Porto Alegre. O objetivo do workshop foi aproximar governos locais e instituições financeiras.

O evento contou com a participação dos prefeitos de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, e de Porto Alegre (RS), José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais da entidade. Assim como também de Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

O diretor representante da Corporação Andina de Fomento (CAF) no Brasil, Victor Rico, destacou que o maior desafio em lidar

com os municípios é a falta de capacidade institucional. Também participaram do workshop representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GIZ), da Delegação da União Européia no Brasil e do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Cuenca Del Plata (Fonplata).



Apresentação das prefeituras

Prefeitos e representantes municipais apresentaram projetos e falaram sobre seus

desafios e necessidades. Entre eles esteve o prefeito de Jaboatão dos Guararapes (PE) e vice-presidente da FNP para assuntos de Políticas Públicas, Elias Gomes, que falou sobre o g100 (grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica).

O prefeito de Sorocaba (SP) e vice-presidente da FNP para assuntos de Mobilidade Urbana, Antonio Pannunzio, falou sobre o projeto que o município tem referente à revitalização de favelas.

O prefeito de Pelotas (RS) e vice-presidente da entidade para assuntos de Juventude, Eduardo Leite, apresentou projetos sobre desenvolvimento econômico local.

O diretor de programas do FMDV, Carlos de Freitas, destacou que o Banco de Oportunidades não é apenas um espaço de diálogo e apresentação de projetos e linhas de financiamento, como também é a ocasião para governos locais demandarem às instituições de financiamento e desenvolvimento ■

Prefeito da FNP assume titularidade no Comitê Gestor do ITR



O prefeito de Uruguaiana (RS), Luiz Augusto Schneider, assumiu no dia 24, em reunião em Brasília (DF), a representação da FNP no Comitê Gestor do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (CGITR).

“As pessoas que moram nos municípios do interior também demandam educação, saúde e novas oportunidades de formação profissional e é necessário o custeio e o in-

vestimento com recursos públicos. Nada mais certo que o gestor busque novas receitas ou consolide as atuais, como é o exemplo do que estamos fazendo nesta discussão com a Receita Federal”, explicou Schneider.

Em 2014, conforme dados oficiais, o Governo Federal transferiu aproximadamente R\$ 763 milhões aos municípios conveniados com a Receita Federal para a fiscalização e cobrança do ITR. O valor se refere à cerca de 5,9 mil declarações lançadas pelos municípios. De acordo com a Coordenação Geral de Fiscalização da Receita Federal, cerca de 50 mil declarações ainda devem ser executadas. O valor dessas

declarações pode gerar mais de R\$ 3 bilhões de reais aos municípios.

A Instrução Normativa RFB nº 1562, de 29 de abril de 2015, que prevê a obrigatoriedade de o município atestar a competência técnica para a execução do convênio, também foi item de pauta da reunião do CGITR.

Saiba mais sobre o CGITR

O CGITR tem por finalidade dispor sobre matérias relativas à opção, pelos Municípios e pelo Distrito Federal, pela celebração de convênio com a União, para fins de fiscalização, de lançamento, e de cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), de que trata o inciso III do § 4º do art. 153 da Constituição Federal, bem como competência para administrar a operacionalização da opção ■

Jaboatão dos Guararapes sedia workshop sobre aprendizagem

Realizado nos dias 2 e 3 de junho, em Jaboa-
tão dos Guararapes (PE), o I Workshop sobre Cidades da Aprendizagem no Brasil, promovido Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Na oportunidade, foram apresentadas experiências bem sucedidas das “Cidades Aprendizagem”, além de painéis e debates.

Segundo o prefeito anfitrião e vice-presidente de Políticas Sociais da FNP, Elias Gomes, as discussões promovidas pelo workshop

vão subsidiar as propostas dos municípios brasileiros na rede global de cidades do aprendizado.

Gomes destacou, ainda, a necessidade de aprofundar a discussão sobre o g100 (grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica), do qual Jaboa-
tão dos Guararapes faz parte. “Só fazendo esse tipo de reflexão sobre as dificuldades é que será possível aos municípios

agirem para além do seu território”, falou.

Presente no workshop, o oficial de projetos da UNESCO Brasil, Carlos Spezia, apresentou as perspectivas de atuação da agência para o desenvolvimento das Cidades de Aprendizagem no Brasil. Segundo Spezia, há uma rede de 30 cidades educadoras no país, entre elas três da Diretoria Executiva da FNP: Vitória (ES), Sorocaba (SP) e, mais recentemente, Jaboa-
tão dos Guararapes ■

Prefeitos debatem pacto federativo com senadores

Debater as questões relativas ao pacto federativo foi o tema da reunião da Coordenação de Finanças Municipais da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo com a FNP e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), no Senado Federal, nesta terça-feira (9). O encontro, organizado pela senadora Ana Amélia Lemos, contou com a participação dos senadores Simone Tebet, Marta Suplicy e Lasier Martins.

O prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, destacou que “há boa vontade dos senadores em votar essas medidas de melhoria das realidades dos municípios”.

Maguito Vilela, prefeito de Aparecida de Goiânia (GO) e vice-presidente da FNP, salientou que “a FNP defende um pacto federativo de consenso para que possa avançar com a celeridade necessária”.

Para Ana Amélia, o Senado tem papel importante na revisão do pacto. “Nosso compromisso é de dar consequências a essas questões não só como um dever para com os municípios, mas ao país”, afirmou a senadora.



FNP e o Pacto Federativo

A diretoria da FNP apresentou ao legislativo uma série de demandas tratadas como prioridade. Entre elas estão a questão da judicialização de políticas públicas e uma nova legislação para o pagamento dos precatórios, pautas recorrentes da entidade.

O tratamento diferenciado para o g100 (grupo dos municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes e com alta vul-

nerabilidade socioeconômica) também faz parte dos pedidos da FNP, assim como a aprovação do Regime Especial de Incentivos para o transporte coletivo; a modernização da legislação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); a proibição de transferência de encargos sem a previsão de repasse financeiro necessário ao seu custeio e a alteração da Lei 11.705/2008, que regulamenta os consórcios públicos ■

Congresso determina prazo para renegociação das dívidas

Pauta antiga da FNP, a renegociação das dívidas dos municípios com a União avançou no plenário da Câmara dos Deputados. No dia 30, foi aprovada a proposta que permite a aplicação da renegociação de índice de correção das dívidas municipais e estaduais com a União, independentemente de regulamentação. Por 461 votos a 7, foram aprovadas duas emendas do Senado ao Projeto de Lei Complementar 37/15, do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ). O texto segue para sanção presidencial.

A aprovação da proposta representa uma importante vitória da FNP para 180 municípios brasileiros que enfrentam o cenário de pagar parcelas sem ver o saldo devedor diminuir. De acordo com uma das emendas ao projeto, a União terá até o dia 31 de janeiro de 2016 para assinar com os municípios os aditivos contratuais, mesmo que ainda não haja regulamentação. Após esse prazo, o devedor poderá recolher o montante devido com a aplicação do novo indexador.

A Câmara ratificou ainda as alterações do

texto feitas pelo Senado Federal que autorizam Estados e municípios acessarem 70% do valor dos depósitos de processos judiciais e administrativos. Esses recursos poderão ser aplicados e prioritariamente no pagamento de precatórios judiciais. Restando saldo os recursos poderiam ser aplicados exclusivamente, e pela ordem, no pagamento de dívida fundada, na realização de investimentos ou para o equilíbrio da previdência própria. Além disso, os estados e municípios poderão utilizar até 10% da parcela transferida para constituição de Fundo Garantidor de PPPs (Parceria Público-Privadas) ou de outros mecanismos de garantia previstos em lei, dedicados exclusivamente a investimentos de infraestrutura.

Para Lacerda, a aprovação da proposta representa uma alternativa de melhoria financeira para as cidades. “Essa é uma pauta muito importante. Trabalhamos muito pela justiça na renegociação dessas dívidas. Esse avanço vai permitir que muitos municípios reequilibrem suas finanças. É uma medida

que vai ao encontro do desejável equilíbrio fiscal e do equilíbrio federativo”, comemorou.

O prefeito de São Paulo (SP) e vice-presidente da FNP, Fernando Haddad, afirmou que a aprovação do novo indexador das dívidas trará impactos fundamentais no desenvolvimento dos estados e municípios. “Essa é uma demanda dos prefeitos desde 1998 e tenho empenhado todos os esforços, pois acredito que o novo indexador possibilitará um aumento significativo de investimentos, que beneficiará todos brasileiros e a população da cidade de São Paulo”, salientou.

Segundo o prefeito de Contagem (MG) e vice-presidente da FNP para assuntos de Participação Popular, Carlin Moura, a questão do endividamento dos estados e municípios é um problema de todos. “Quanto mais pagamos, mais devemos. Por isso, é insustentável que os municípios tenham que conviver com taxas de juros tão abusivas”, afirmou o prefeito, que destacou como tardia a decisão. “Sua tramitação deve ter prioridade para que se transforme em uma norma legal”, concluiu ■

Temer recebe prefeitos da diretoria da FNP

Dentro da proposta de aprimoramento do diálogo federativo e para entregar os documentos apresentados ao Congresso Nacional, os prefeitos da FNP estiveram reunidos com o vice-presidente da República, Michel Temer, e os ministros Joaquim Levy, da Fazenda, e Eliseu Padilha, da Aviação Civil, que tem acumulado funções de interlocutor político do governo federal. O encontro aconteceu no início da noite do dia 17.

Temer saudou a reunião no Congresso Nacional, nos mesmos moldes da realizada com os governadores dos estados brasileiros. “Muito boa essa iniciativa de debater a revisão do Pacto Federativo”, disse. O vice-presidente reafirmou ainda a importân-

cia de estreitar o diálogo entre União e os municípios. “Temos que transformar esses encontros em rotina”, completou.

Para o presidente da FNP, Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte (MG), a pauta da FNP não traz impacto ao pacote de ajuste fiscal do governo e por isso, pode ser contemplada com mais celeridade. “São medidas que estão na pauta dos prefeitos, mas que não mexem



nos cofres da União”, afirmou, elencando a revisão da legislação do ISS (Imposto sobre Serviços), que está defasada e não contempla diversas atividades, e a judicialização da ação pública ■

Prefeitos garantem menor impacto nas tarifas de transporte

Aprovado, no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 24, o texto-base do projeto de lei que reduz a desoneração da folha de salários em diversos setores da economia. No transporte coletivo a previsão era desfazer a desoneração, passando de 2% para 4,5% a alíquota. No entanto, a votação abriu exceções em alguns itens e no transporte público o índice passou para 3%.

Embora os 3% possam ser considerados

uma vitória da FNP na luta pela desoneração dos insumos dos transportes, os prefeitos trabalham pela votação do Reitup – Regime Especial de Incentivo ao Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros. A implantação do Reitup representa uma ação estruturante nas desonerações, a criação de Conselhos de Usuários e a construção de uma planilha modelo para o cálculo da tarifa do transporte coletivo.

A desoneração da folha, adotada no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, permitiu aos setores beneficiados substituir a contribuição patronal ao INSS por uma taxa sobre o faturamento (de 1% e 2%). Neste ano, em um esforço para aumentar a arrecadação e cumprir a meta fiscal, o governo propôs a redução substancial desse benefício, com o aumento da tributação para 2,5% e 4,5% ■

Curitiba regulamenta atividades de food trucks

Reflexo de uma das discussões providas, em abril deste ano, no III Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS), os food trucks passarão a operar em espaços públicos de Curitiba (PR). O prefeito da capital paranaense e vice-presidente da FNP para assuntos de Urbanismo e Licenciamento, Gustavo Fruet, assinou, no dia 8, decreto regulamentando a Lei 14.634, que aprova

essa nova ocupação do espaço urbano.

O decreto foi elaborado após ampla discussão com representantes de associações do setor. Dentre as regras definidas pelo decreto estão detalhes para o licenciamento, o tempo desta autorização, limitação de locais e também a proibição de venda de bebidas e tabacos, bem como a colocação de mesas e cadeiras ao redor do caminhão de venda de comida.

Para o secretário do Urbanismo de Curitiba, Reginaldo Cordeiro, a regulamentação da atividade dos food trucks na cidade vem ao encontro dos novos hábitos dos curitibanos pela ocupação dos espaços públicos. “O município apoia e incentiva a ocupação das ruas, praças e parques, desde que de forma ordenada, pela população da cidade, o que é muito saudável e benéfico”, disse ■

FNP propõe investimento na saúde com recursos da CSLL



No dia 7, a FNP participou de audiência pública, no Senado Federal, sobre a Medida Provisória (MP) 675/2015, que aumenta de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) dos bancos e demais instituições financeiras. A FNP apresentou uma proposta, construída pelos prefeitos da entidade, na qual sugere, no âmbito municipal, que a fatia extra da receita seja aplicada nas ações e serviços públicos de saúde.

Segundo o secretário executivo da FNP, Gilberto Perre, que representou o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da entidade, a contribuição da FNP, por meio de incisos no artigo, é no sentido de tentar atender ao subfinanciamento da saúde.

“Em 2002, os prefeitos brasileiros aplica-

vam, em média, 16,5% da receita em saúde. Em 2013, esse valor foi para 22,1%. O crescimento da aplicação de saúde em relação a sua receita é permanente”, falou. Para Perre, esta é uma possibilidade de contemplar uma mudança na distribuição horizontal de recursos.

Representando o ministro Joaquim Levy, a coordenadora de Tributos sobre a Renda e o Patrimônio da Receita Federal do Brasil, do ministério da Fazenda, Cláudia Lúcia Pimentel Martins da Silva, afirmou que a grande motivação da MP é a necessidade de ajuste financeiro. “Escolheu-se um setor que tem historicamente uma situação mais favorecida em relação a outros setores, adequando a capacidade contributiva do setor às necessidades da arrecadação e deixando o setor com capacidade contri-

butiva mais adequada comparada a outros setores”, explicou.

Medida Provisória 675/2015

Parte do ajuste fiscal proposto pelo governo federal, a MP aumenta de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras. Conforme o texto da emenda nº 156, apresentada pelo deputado Domingos Sávio, presidente da Comissão Mista, desses 5% a União deverá transferir 21,5% para os Estados e 23,5% para os municípios.

Caso aprovada, a MP aumentará a arrecadação em, aproximadamente, R\$ 995,6 milhões para o ano de 2015; R\$ 3,8 bilhões para 2016 e R\$ 4,1 bilhões para 2017, de acordo com dados do Ministério da Fazenda ■

FNP reivindica sanção do projeto de renegociação das dívidas com a União

Em conversa por telefone, no dia 28, com o então ministro-chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, pediu apoio na renegociação da dívida dos municípios com a União. O objetivo é que a presidente Dilma Rousseff sancionasse, sem vetos, a proposta que

permite a aplicação da renegociação do índice de correção das dívidas municipais e estaduais com a União a partir de fevereiro de 2016.

A aprovação da proposta representa uma importante vitória da FNP para cerca de 180 municípios brasileiros, que enfrentam o cenário de pagar parcelas sem ver o

saldo devedor diminuir. De acordo com uma das emendas ao projeto, a União teria até o dia 31 de janeiro de 2016 para assinar com os municípios os aditivos contratuais, mesmo que ainda não haja regulamentação. Após esse prazo, o devedor poderá recolher o montante devido com a aplicação do novo indexador ■

Fóruns de Secretários participam de reunião na FNP

O presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, recebeu, na tarde desta quarta-feira (15), em Brasília (DF), 18 presidentes e representantes dos Fóruns Nacionais de Secretários Municipais. A intenção da reunião foi ouvir dos representantes pontos prioritários de suas áreas para a construção de uma pauta de debates entre os prefeitos na próxima Reunião Geral da FNP, que acontecerá de 1 a 3 de outubro, na capital mineira.

Segundo o presidente da FNP, com essa reunião, a FNP pretende estreitar os laços entre a entidade e os fóruns. “Queremos com isso dar uma organizada nas agendas comuns de discussão para que os prefeitos tenham clareza das reivindicações de cada fórum constituído”, frisou.

Participaram do encontro: Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); Associação Brasileira das Secretárias de Finanças das Capitais (ABRASF); Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma); Secretários de Meio Ambiente das capitais



brasileiras (CB27); Fórum Nacional dos Secretários de Cultura; Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS); Rede Brasileira de Orçamento Participativo; Fórum dos Gestores Municipais de Políticas Públicas de Juventude; Fórum Nacional de Secretários Municipais de Licenciamento Urbano; Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e trânsito (FNTT); Fórum de Desenvolvimento Econômico; Fórum Nacional das Secretarias Municipais de Trabalho

(FONSEMT); União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS); Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Municipais de Ciência e Tecnologia; Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública Segurança; Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária e Fórum Nacional de Secretários e Gestores de Relações Internacionais - FONARI ■

Governo prorroga a entrada em vigor do Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil

Medida Provisória (MP) 684/15, editada pela presidente Dilma Rousseff e publicada dia 22, adia para janeiro de 2016 a entrada em vigor da lei que cria o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019/2014) e estabelece regras sobre parcerias voluntárias entre organizações da sociedade civil e a administração pública no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A nova legislação deveria, inicialmente, ter entrado em vigor em outubro do ano passado.

A prorrogação atende às reivindicações da FNP e de outras entidades municipalis-

tas, além de órgãos e entidades públicas e representantes da sociedade civil. As manifestações pela extensão do prazo foram



justificadas pela necessidade de assegurar tempo hábil para o amplo conhecimento das novas regras, além de garantir preparação para gestão das parcerias.

Marco regulatório

Segundo texto da Lei 13.019/2014, para dar mais transparência e segurança às parcerias firmadas com organizações civis, o governo terá que fazer chamamento público, uma espécie de edital de concorrência, para selecionar organizações parceiras. As ONGs terão que cumprir uma série de requisitos para fazer parcerias com os governos, como existir há, no mínimo, três anos e ter capacidade técnica e operacional para desenvolver as atividades propostas.

Termos de colaboração e fomento em substituição aos convênios também estão entre as medidas estabelecidas pela Lei ■

União, sociedade civil e FNP debatem ações que envolvem o Mercosul

O vice-presidente de Regiões Fronteiriças da FNP e prefeito de Bagé (RS), Dudu Colombo, esteve presente no dia 16, em Brasília (DF), participando de duas agendas: a Cúpula Social do Mercosul e a 16ª Reunião Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR).

O encontro foi aberto pelo vice-presidente

da República, Michel Temer, que falou da importância do protagonismo dos governos municipais e estaduais na construção direta do Mercosul como atores efetivos. O evento contou com a participação do subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Olavo Noletto, com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, além de prefeitos, governadores e delegações internacionais.

“A presença do vice-presidente da República, Michel Temer, na 16ª Reunião Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, serviu para que pudéssemos ter uma panorâmica da relação dos Governos Nacionais no processo de integração do Mercosul”, destacou o prefeito Dudu Colombo ■

Papa Francisco pede atenção com crescimento desordenado das cidades e atuação de prefeitos na COP 21



Após o pronunciamento de prefeitos de várias partes do mundo, incluindo o presidente da FNP, Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte (MG), o papa Francisco discursou no workshop “Escravidão moderna e mudanças climáticas: o compromisso das cidades”. Na ocasião, os prefeitos assinaram um documento se comprometendo em dar atenção ao enfrentamento dos desafios das mudanças climáticas induzidas pelo homem, da pobreza extrema e da exclusão social, incluindo o tráfico de seres humanos, no contexto do desenvolvimento sustentável.

O Papa falou sobre o desenvolvimento das cidades e os flagelos causados por esse crescimento, como a ocupação das áreas periféricas pela população mais vulnerável. “O homem abandonou o campo na busca de dias melhores nas cidades e os subúrbios das metrópoles cresceram rapidamente. Os países podem fazer discursos na Organização das Nações Unidas (ONU), mas são as cidades que representam as periferias”, disse Francisco.

O Pontífice pediu aos prefeitos que combatam a exploração sexual, o tráfico humano, aliado ao equilíbrio do meio ambiente. “Não podemos separar o cuidado do meio ambiente do cuidado com a huma-

nidade. O cuidado com o meio ambiente é um ato social”, disse.

De acordo com o papa Francisco, a expectativa é que a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21), que acontecerá em dezembro de 2015, em Paris (França), tenha resultados concretos. “Tenho muito esperança que em Paris se chegue a um acordo fundamental, mas para isso é preciso que a ONU se envolva, especialmente na questão do tráfico de seres humanos”,

finalizou.

Do Brasil participaram, a convite do Vaticano, além de Lacerda os prefeitos Fernando Haddad, de São Paulo (SP), vice-presidente da FNP; José Fortunati, de Porto Alegre (RS), vice-presidente de Relações Institucionais; ACM Neto, de Salvador (BA), 2º secretário; Gustavo Fruet, de Curitiba (PR), vice-presidente de Urbanismo e Licenciamento e Paulo Garcia, de Goiânia (GO), vice-presidente Estadual ■



Cooperação entre cidades é tema de audiência de prefeitos com a vice-presidente do Parlamento da Itália

Em audiência com a vice-presidente do Parlamento da Itália, Marina Serene, os prefeitos de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, e de São Paulo (SP), Fernando Haddad, vice-presidente da entidade, reafirmaram a urgência das ações para preservação sustentável do planeta. A reunião ocorreu no dia 20, em Roma (Itália), no âmbito da agenda dos prefeitos da diretoria da FNP com o papa Francisco.

Segundo Haddad, “o prefeito é o dirigente político mais próximo do cidadão, por esta razão a solução necessariamente passará pelos governos municipais. Trata-se de uma questão mais comportamental do que efetiva” ■



Senadores aprovam prorrogação do prazo para fim dos lixões

Quase três mil municípios brasileiros e o Distrito Federal serão beneficiados com a prorrogação do prazo para adaptação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010). A proposta foi aprovada no dia 1º, pelo Senado Federal. Reivindicação antiga FNP, o projeto (PLS 425/2014) determina, de forma escalonada, prazos diferentes: as cidades com população inferior a 50 mil habitantes terão prazo maior, enquanto as capitais de estado terão prazo mais curto.

Capitais e municípios de região metropolitana terão até 31 de julho de 2018 para acabar com os lixões. Os municípios de fronteira e os que contam com mais de 100 mil habitantes, com base

no Censo de 2010, terão um ano a mais para implementar os aterros sanitários. As cidades que têm entre 50 e 100 mil habitantes terão prazo até 31 de julho de 2020. Já o prazo para os municípios com menos de 50 mil habitantes será até 31 de julho de 2021. A emenda também prevê a edição de normas complementares sobre o acesso a recursos federais relacionadas ao tema pela União.

Segundo o senador Fernando Bezerra Coelho, membro da Comissão Especial do Pacto Federativo, a prorrogação do prazo é importante para os municípios conseguirem se adaptar à lei. O senador informou que, em 2013, havia 1.196 lixões contra apenas 652 aterros sanitários no país.

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)

Aprovada em 2010, a PNRS determina a destinação inteligente e segura dos resíduos, como os aterros sanitários, a reciclagem e a produção de energia. A princípio, o prazo final para a erradicação dos lixões em todo o território nacional era dia 2 de agosto de 2015.

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), no ano passado, 58,3% dos municípios brasileiros (2.226), entre eles os mais populosos, levaram a maior parte do lixo do país para aterros sanitários, onde os resíduos recebem tratamento adequado ■

Jornal FNP

Na edição 80, a publicação da FNP muda seu projeto gráfico. Resultado de um estudo criterioso sobre o papel que representa como fonte de informação para as administrações municipais de todo o país, o novo Jornal FNP traz grandes diferenças em relação ao informativo. Passando do formato tablete para o tablóide, o Jornal ganhou mais espaço para textos e fotos. Utilizando papel jornal, a FNP reafirma seu compromisso com a sustentabilidade ambiental e a redução de custos ■



PEC proíbe União de impor despesas a municípios sem indicação da fonte de recursos

Foi aprovada, no dia 26, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 172/12, que impede a União de impor ou transferir encargo ou prestação de serviços a estados, Distrito Federal e a municípios, sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio. Com a aprovação pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que analisa essa PEC, a FNP contabiliza mais uma vitória aos municípios brasileiros.

O texto segue para análise do Plenário da Câmara dos Deputados, onde precisa ser aprovado em dois turnos de votação. Depois, deverá ser votado pelo Senado.

Parte das 19 demandas apresentadas em carta pelos prefeitos da FNP, entregue aos presidentes da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, e ao Senado Federal, Renan Calheiros, em reunião no dia 17 de junho, a alteração da PEC é tema de discussões promovidas pela entidade.

Além de limitar a criação de despesas e desonerações que afetem a receita dos municípios, o novo texto determina que a União só será responsável pelo repasse do valor correspondente a qualquer tipo de



despesa de prestação de serviços a estado, municípios e ao Distrito Federal se ela tiver dotação orçamentária prevista para isso ■

FNP articula com Governo o acesso dos municípios aos depósitos judiciais

O prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, encaminhou, no dia 26, um comunicado a todos os prefeitos brasileiros, com informações e instruções sobre o acesso aos depósitos judiciais. Sancionada no dia 5 de agosto pela presidente Dilma Rousseff, a Lei Complementar nº 151/2015 permite o acesso dos municípios a um percentual dos depósitos judiciais oriun-

dos de ações das quais os municípios sejam parte. Esses depósitos estão aplicados no Banco do Brasil, sob controle dos Tribunais de Justiça estaduais.

A FNP, em contato e negociações com a vice-presidência da república, com a diretoria de Governo do Banco do Brasil e com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem trabalhado para mapear a situação nos di-

ferentes Estados.

Com o objetivo de reiterar solicitação da promoção do diálogo federativo, prefeitos da diretoria FNP estiveram reunidos, no dia 13 de agosto, com o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante. Os prefeitos levantaram questões importantes para a pauta do municipalismo brasileiro, entre elas, o acesso aos depósitos ■

FNP é contra o PL 1358/2015 e pede maior prazo para discussão do projeto que prevê distribuição dos rendimentos do FGTS



A FNP, representada pelo prefeito de Marília (SP) e vice-presidente de Políticas Habitacionais, Vinicius Camarinha, participou, no dia 11, na Câmara dos Deputados, de uma audiência pública promovida pela Comissão de Desenvolvimento Urbano. O objetivo do debate foi discutir o Projeto de

Lei 1358/2015 e o aumento da rentabilidade das Contas Vinculadas dos trabalhadores depositantes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

A FNP e a maioria das entidades de classe presentes marcaram posição contrária ao PL 1358/2015, o qual prevê que depósitos

feitos nas contas do FGTS, a partir de 1º de janeiro de 2016, passem a ter rendimentos iguais aos da caderneta de poupança.

Segundo Camarinha, há uma posição majoritária contra o projeto de lei 1358/2015. Para o prefeito, o PL coloca em risco as políticas públicas de Governo que estão diretamente ligadas às prefeituras. “Com a crise que atinge o país, o que resta é salvar esse financiamento. A presidente Dilma Rousseff tem cortado os tipos de investimento, e tem restado apenas aos municípios, para garantir as políticas públicas, o financiamento através do Fundo do Trabalhador”, disse.

Segundo especialistas que discursaram na audiência pública, o PL 1358/2015 beneficiará a faixa de trabalhadores que faturam acima de R\$ 20 mil por mês e impactará diretamente no maior programa federal de moradia, que é o Minha Casa, Minha Vida ■

FNP participa de audiência pública e apoia Lei de Responsabilidade Educacional

A secretária de Educação de Ipatinga (MG), Leida Alves Tavares, participou na tarde de quarta-feira (12), da audiência pública sobre a criação da Lei de Responsabilidade Educacional, realizada pela comissão especial da Câmara dos Deputados. Leida esteve na Câmara, representando a FNP e a prefeita do município mineiro e Ipatinga (MG) e vice-presidente da entidade para Educação, Cecília Ferramenta, no debate sobre a criação da lei com apoio de gestores da educação pública.

Com unanimidade, as autoridades convidadas para debater o tema acreditam que é um equívoco utilizar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) como instrumento de punição aos gestores. “Existe uma delicadeza muito grande no aspecto de punir o gestor em função apenas do IDEB”, afirmou o secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC), Binho Marques ■



g100 é pauta de audiência pública na Câmara dos Deputados



Pela primeira vez na pauta do Congresso Nacional, o g100 (grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica) foi tema de audiência pública promovida pela Comissão Especial para análise, estudo e formulação de proposições relacionadas à Reforma Tributária. O evento ocorreu no dia 20, na Câmara dos Deputados, e contou com a parti-

cipação de prefeitos da diretoria da FNP, que apontaram como um dos gargalos para o desenvolvimento desses municípios, o desequilíbrio no repasses de tributos.

Abrindo o debate, o prefeito de Jabotatão dos Guararapes (PE), vice-presidente de Políticas Sociais da FNP, Elias Gomes, fez uma explanação conceitual sobre o g100. Para Gomes, esse grupo compõe o mapa da pobreza no Brasil. “Precisamos ter um tratamento muito específico, especial e urgente para esses municípios”, falou.

A prefeita de Valparaíso de Goiás (GO), vice-presidente de Vigilância Sanitária da FNP, Lucimar Nascimento, afirmou que o

FPM não é justo, pois a forma de partilha é de acordo com o coeficiente populacional. “Precisa ser revisto com o ponto de vista da realidade atual do país”, explicou. Sobre o ICMS, Lucimar destacou que o imposto premia municípios que produzem mais e isso, de certa forma, penaliza municípios populosos com baixo dinamismo econômico. “Não falamos aqui em aumento da carga tributária, mas sim em redistribuição para diminuir o prazo, de mais de um século para que os municípios do g100 se equiparem aos demais”, concluiu.

O deputado Helder Salomão, ex-prefeito de Cariacica (ES), município que faz parte do g100, afirmou que o país vive uma distorção séria que envolve 12 milhões de pessoas. “Nós vivemos, na verdade, sobre uma legislação tributária que não responde mais ao momento que vivemos”, disse ■

Prefeitos pedem à União liberação de operações de crédito internacionais

Para viabilizar operações de crédito internacionais de vários municípios, a FNP tem mantido contato permanente com a Casa Civil, Tesouro Nacional e Subchefia de Assuntos Federativos. Em nota enviada aos prefeitos, o presidente da FNP, Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte (MG), reafirmou que a entidade tem trabalhado para avançar no diálogo sobre a pauta.

No último dia 13, Lacerda e os prefeitos de

Aparecida de Goiânia (GO), Maguito Vilela, 2º vice-presidente da FNP; de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho, secretário geral; e de Manaus (AM), Arthur Virgílio, 1º secretário, se reuniram com o então ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante, para debater pontos de interesse dos municípios, como Depósitos Judiciais, Dívidas dos Municípios com a União, Pagamento de Precatórios e Operações de Crédito In-

ternacionais.

Nesta reunião, o ministro comprometeu-se em avançar para estabelecer um calendário de autorizações para a contratação e liberação de operações de crédito internacionais para os municípios. A Casa Civil inclusive já solicitou ao Ministério da Fazenda a listagem dos municípios com operações internacionais em andamento, bem como seu estágio atual ■

Prefeitos comemoram os dois anos do programa Mais Médicos

A presidente da República, Dilma Rousseff, e os então ministros da Saúde e da Educação, Arthur Chioro e Renato Janine, apresentaram no dia 4, no Palácio do Planalto, o balanço dos dois anos de vigência do programa Mais Médicos para o Brasil. O programa, um dos carros-chefe do Governo Dilma, foi lembrado pelos ministros e pela própria presidente por ter sido idealizado a partir de demanda da FNP.

O ministro da Saúde, Arthur Chioro, afirmou que houve aumento do número de consultas e redução da necessidade de internações, desde que o Mais Médicos foi implementado. “Houve a diminuição de 4% nas internações, apenas até dezembro de 2014, o que resultou na necessidade de deixar de internar 91 mil pacientes que responderam aos cuidados especiais da atenção básica. Já podemos programar mais de 110 mil internações que deixarão de ser feitas, liberando novos leitos para pacientes mais graves”, disse Chioro.

O ministro da Educação, Renato Janine, também destacou a importância da humanização do atendimento. “O médico precisa se transformar em um especialista em gente”, afirmou Janine, citando o cardiologista e ex-ministro da Saúde Adib Jatene.

Nos Municípios

“Acho que de todos os programas lançados nos últimos governos, esse é o que agradou em cheio toda a sociedade. É um

programa nota dez, que atende realmente aqueles que mais necessitam, moram nas periferias das grandes e médias cidades e também no interior dos estados brasileiros. O Mais Médicos veio para contemplar essa camada mais sofrida da nossa sociedade. Portanto, é um programa que já está consolidado como uma política de governo e que agrada 99% da população”, o prefeito de Aparecida de Goiânia (GO) e vice-presidente da FNP, Maguito Vilela, avaliando o Mais Médicos.

Ana Luísa Silva de Lima, beneficiária da política de inclusão social do ensino de medicina em Caicó (RN), fez um discurso citando o poder transformador da educação no país. “Estou tendo minha realidade transformada pela força da educação e do sonho. É apostar em um futuro mais igualitário, mais justo, que vale a pena viver. No Brasil

de hoje, a neta de um agricultor do sertão do nordeste, ou em qualquer região do Brasil, já pode sonhar em ser doutora.”

Residência Médica

O Governo Federal anunciou no evento a criação de mais 3 mil bolsas de residência médica no país. Segundo o Ministério da Saúde, 75% dessas vagas são para ampliar a formação de médicos especialistas em medicina geral de família e comunidade.

Além disso, de acordo com a pasta, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão prioridade na oferta dessas bolsas “para corrigir o déficit histórico de profissionais nessas regiões”, segundo o Ministério da Saúde. A oferta de vagas faz parte do programa Mais Médicos, que também é voltado para o aumento e melhoria da formação médica ■



Sanção garante apoio para o equilíbrio fiscal dos municípios

A presidente Dilma Rousseff sancionou, no dia 6, o projeto de lei complementar (PLP) 37/2015, que colabora com o equilíbrio fiscal dos municípios brasileiros. Com essa aprovação presidencial, a FNP contabiliza uma importante vitória: a troca do indexador das dívidas dos municípios com a União.

Aprovado no plenário da Câmara dos Deputados, no dia 30 de junho, o PLP em que consta a questão da renegociação das dívidas deve favorecer 180 municípios brasileiros, que enfrentam o cenário de pagar parcelas sem ver o saldo devedor diminuir.

De acordo com uma das emendas ao projeto, a União terá até o dia 31 de janeiro de 2016 para assinar com os municípios os aditivos contratuais. Após esse prazo, o devedor poderá recolher o montante devido com a aplicação do novo indexador.

“Essa é uma pauta muito importante.

Trabalhamos muito pela justiça na renegociação dessas dívidas. Esse avanço vai permitir que muitos municípios reequilibrem suas finanças. É uma medida que vai ao encontro do desejável equilíbrio fiscal e do equilíbrio federativo”, comemorou o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda.

A renegociação das dívidas vem sendo tema de debates e reuniões recorrentes da FNP. No dia 17 de junho, mais de 40 prefeitos trataram da pauta com os presidentes da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha e do Senado Federal, Renan Calheiros.

Recorte Populacional - 81 dos municípios beneficiados têm mais de 100 mil habitantes, e 99, têm até 100 mil habitantes. Na divisão por Estados, a maior concentração de municípios está em Minas Gerais, com 53 cidades (29%), em segundo lugar está o Estado de São Paulo, com 51 (28%), seguido

de Santa Catarina, com 20 (11%).

Nove capitais também têm dívida com a União, são elas: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Belo Horizonte (BH), Recife (PE), Natal (RN), João Pessoa (PB), Cuiabá (MT) e Vitória (ES).

Depósitos Judiciais

No caso dos depósitos judiciais, o PLP 37/2015 autoriza estados e municípios a utilizarem os depósitos judiciais e administrativos para pagar, exclusivamente, precatórios de qualquer natureza, dívida pública fundada, despesas de capital e recomposição dos fluxos de pagamento e do equilíbrio atuarial dos fundos previdenciários. A emenda, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), autoriza a utilização de 70% dos recursos de processos nos quais municípios ou estados sejam partes ■

Mercadante sinaliza apoio às demandas municipalistas

Com o objetivo de reiterar solicitação da promoção do diálogo federativo, prefeitos da diretoria da FNP estiveram reunidos, dia 13, com o então ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante. Os prefeitos levantaram questões importantes para a pauta do municipalismo brasileiro, entre elas operações de crédito internacionais, acesso aos depósitos judiciais e o pagamento de precatórios. A comitiva de governantes locais reforçou o caráter suprapartidário da entidade.

“Gostaria de frisar que trouxemos à consideração do governo federal uma pauta construtiva e propositiva de baixo ou nenhum impacto fiscal para a União, mas que pode trazer benefícios relevantes para os municípios nesse momento de restrições econômicas”, contextualizou o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda ■



Senado aprova importantes medidas para Consórcios Públicos

A partir de agosto de 2015, apenas os Consórcios Públicos devem comprovar regularidade junto ao Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias (CAUC) para que recebam transferências de recursos da União. Essa foi uma das medidas aprovadas no dia 4, no Senado Federal, conforme projetos de lei que tramitavam na Casa. A contratação de mão-de-obra por regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) por consórcios públicos de direito público ou privado também foi aprovada.

Uma das medidas, que dificultava a realização de transferências voluntárias de recursos para os consórcios públicos, foi

contemplada pelo Projeto de Lei do Senado (PLS) 196/2014. O PLS acrescentou, no artigo 14 da Lei nº 11.107, texto que limita as exigências de regularidade em contratos com a União apenas aos consórcios, sem condicionar o cumprimento das exigências junto ao CAUC de todos os entes consorciados.

Já o PLS 302/2015, também aprovado no dia 4, autoriza a contratação de pessoal por regime celetista tanto dos consórcios privados, quanto dos públicos.

De acordo com o prefeito de Embu das Artes (SP) e vice-presidente de Consórcios Públicos da Frente Nacional de Prefeitos

(FNP), Chico Brito, da forma que estavam os dispositivos feriam a independência dos Consórcios Públicos. “Exigir dos consórcios públicos condições que competem aos municípios era injusto e prejudicial aos avanços dos pactos regionais e ao desenvolvimento de ações consorciadas”, afirmou o prefeito, que também é o diretor do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo.

Essa é uma das pautas recorrentes na FNP, que defende o atendimento e exigências legais junto ao CAUC, aplicáveis unicamente ao cumprimento pelos consórcios públicos para transferências de recursos da União ■

Senado aprova proposta que torna o transporte um direito social



No dia 18, foi aprovada a inclusão do transporte no rol de direitos sociais elencados no artigo 6º da Constituição Federal. A mudança no texto constitucional, aprovada em primeiro turno e por unanimidade no Senado Federal, foi sugerida pela Proposta de Emenda Constitucional nº 74.

A PEC 74/2013, de iniciativa da deputada federal, Luiza Erundina, uma das fundadoras da FNP e presidente da entidade no período de 1989-1992, tem o objetivo de assegurar ao cidadão esse benefício e deverá ser apreciada

em segundo turno na mesma Casa.

O acesso ao transporte público marca a pauta prioritária da FNP há 25 anos. Desde 1990, a entidade articula a pauta em torno do tema, quando a inflação alta elevava diariamente o preço das passagens. Ainda na gestão da então prefeita de São Paulo (SP), Luiza Erundina, a FNP promoveu com prefeitos de capitais discussões sobre o barateamento das tarifas de transportes coletivos urbanos.

Na gestão seguinte, sob a presidência da então prefeita de Salvador (BA), Lídice da Mata, a FNP também realizou discussões sobre o preço das tarifas dos transportes coletivos. “A FNP desenvolveu, nos anos 90, estudos e discussões que apontavam para problemas até hoje não superados, como o do transporte de massa nas capitais brasileiras, que ainda se ressentem de uma solução nacional”, afirmou Lídice.

Nas décadas seguintes, a pauta continuou na agenda da entidade que, em 2003, por exemplo, promoveu em Salvador (BA),

uma discussão com os prefeitos que na época já consideravam fundamental a inclusão das questões do transporte público na agenda social do país, por se tratar de mecanismos concretos de transferência de renda, garantia do direito de mobilidade e geração de empregos.

A mobilidade urbana, bem como a desoneração dos transportes públicos e a redução dos preços das tarifas, estão entre os temas centrais da agenda da FNP tratados em suas reuniões gerais com a participação de prefeitos de todo o país, secretários municipais, agentes públicos e representantes do Governo Federal. O tema também tem sido pauta de um dos maiores eventos sobre sustentabilidade urbana do país, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) que, durante sua primeira edição, realizada em 2012, a FNP lançou uma cartilha com orientações aos municípios sobre a implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana ■

Em Nova Iorque, presidente da FNP participa de lançamento da nova agenda mundial do desenvolvimento



Reafirmando o compromisso da FNP com as questões ligadas ao meio ambiente e à sustentabilidade, o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da entidade, Marcio Lacerda, acompanhou na sexta-feira (25), em Nova Iorque (EUA), a abertura da Cúpula da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável 2015. O evento reuniu mais de 150 líderes mundiais e marcou o lançamento de uma ambiciosa agenda mundial, com os 17

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem alcançados até 2030.

O plano, que visa acabar com a pobreza até 2030 e promover um futuro sustentável para todos, foi adotado, por unanimidade, pelos 193 Estados-membros das Nações Unidas. De acordo com Marcio Lacerda, embora os ODS sejam de natureza global, é indispensável que dialoguem com as políticas e ações em âmbito local. “Lideranças de todo o mundo discutem uma agenda que propõe metas para melhorar a qualidade de vida das pessoas. As cidades

devem participar desse debate já que é nelas que as pessoas vivem. Além disso, as cidades são o espaço ideal para a inovação e a produção de conhecimento que levarão a humanidade a construir um mundo com mais inclusão social, justiça e prosperidade”, concluiu o prefeito.

Na mesma data, Marcio Lacerda participou, a convite do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty), do debate “Dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis: experiências e desafios para o Brasil”. O evento, realizado paralelamente à Cúpula, contou com a presença da ministra do Desenvolvimento Social e do Combate a Fome, Tereza Campello, da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, da ministra-chefe da Secretaria dos Direitos da Mulher, Eleonora Menicucci, do Secretário Nacional de Relações Político-Sociais, Wagner Caetano, e da prefeita de Pombal (PB), Yasnaia Pollyanna Werton Dutra, entre outras autoridades ■

Câmara dos Deputados conclui votação de projeto que amplia o Supersimples

O Plenário da Câmara dos Deputados concluiu, no dia 2, a votação do Projeto de Lei Complementar 25/07, que aumenta o limite de enquadramento da microempresa no regime especial de tributação do Simples Nacional (Supersimples). O texto segue para apreciação no Senado.

Pela proposta, a receita bruta anual máxima permitida para a microempresa no Supersimples

passará de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil.

No caso das empresas de pequeno porte, a participação no sistema simplificado de tributação será permitida para o intervalo de R\$ 900 mil a R\$ 14,4 milhões anuais. Atualmente, é de R\$ 360 mil a R\$ 3,6 milhões. Essa faixa aumentou 400%.

O texto aprovado é uma emenda apresentada pelo relator, deputado João Arruda (PR). A emen-

da prevê a vigência de todas as novas regras do projeto a partir de 1º de janeiro de 2016.

Entretanto, para as pequenas empresas, haverá uma transição. Em 2017, o novo limite será de R\$ 7,2 milhões. Somente em 2018 poderão participar do Supersimples as empresas com receita bruta maior que essa, até R\$ 14,4 milhões ■

Crítérios do g100 são tidos como exemplo para a modernização do FPM

Em audiência pública realizada pela Comissão Especial do Pacto Federativo, na Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (22), especialistas defenderam a adoção de novos critérios para a partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O g100 (grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica), recorte feito pela FNP, foi citado como exemplo na construção de critérios mais eficientes.

Representando o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o técnico de planejamento Constantino Cronemberger Mendes, apontou distorções nos critérios de partilha

do FPM e destacou a importância de renovação desse instrumento que, segundo ele, é de grande importância aos municípios. “O ideal era discutir o hiato entre o maior e o menor valor entre as rendas per capita e populacionais”, afirmou.

No caso do Fundo de Reserva do FPM, 3,6% do recurso destinado para municípios com mais de 142 mil habitantes, Mendes destacou os critérios utilizados pelo g100 como coerentes e fundamentados para determinar quais municípios podem receber recursos adicionais. “O critério que é utilizado para o corte do fundo de reserva é frágil. “Nesse caso, consideramos que o critério que hoje é trabalhado pela FNP em relação ao fundo de reserva é mais coerente e

fundamentado em critérios que levam em consideração o tamanho populacional (acima de 80 mil habitantes), a baixa receita per capita e a alta vulnerabilidade sócio econômica”, concluiu.

Tanto o auditor de Controle Externo da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União (TCU), Geraldo Luiz Rodrigues, quanto o assessor da diretoria de Pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cláudio Dutra Crespo, levantaram a questão de se repensar as faixas de coeficiente populacional na partilha do FPM. Para ambos, a elaboração de um critério contínuo possibilitaria um melhor planejamento orçamentário dos municípios ■

WRI promove Cúpula de Prefeitos no Rio de Janeiro



nacional, promovido pela Embarq Brasil e o Instituto de Recursos Mundiais (WRI), contou com a participação dos prefeitos de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda; e do Rio de Janeiro (RJ), vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional, Eduardo Paes.

“Nas cidades está a solução para uma melhoria global. Essa consciência vem se tornando cada vez mais presente na visão dos planejadores”, afirmou Lacerda. Ainda segundo o presidente da FNP, o protagonismo das cidades vem sendo reconhecido como algo

necessário. “Recentemente, tivemos o reconhecimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e do papa Francisco de que os prefeitos e as cidades são atores insubstituíveis”, falou.

Na ocasião, o prefeito Eduardo Paes discursou sobre o Pacto Global dos Prefeitos. “Aproveite para convidar as cidades brasileiras e cidades globais a aderirem a essa estratégia, que é uma maneira de apoiar os governos nacionais nas negociações de um compromisso mais ambicioso do tratado do clima, em Paris, que acontece a COP21, em dezembro próximo”, destacou ■

O futuro das cidades é pauta da Cúpula de Prefeitos, que aconteceu no dia 9, no Rio de Janeiro (RJ). A abertura do evento inter-

FNP tem nova representação em conselho da Sudene

Com a nomeação do prefeito de Fortaleza (CE) e vice-presidente de Saúde da FNP, Roberto Cláudio, a entidade passa a ter nova representação no Conselho Deliberativo (Condel) da Superinten-

dência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A nomeação do prefeito a membro titular do Condel foi publicada no Diário Oficial da União, em portaria assinada pelo ministro da Integração

Nacional, Gilberto Occhi, com data de 23 de setembro.

O Conselho Deliberativo (Condel) é o órgão máximo de articulação e decisões estratégicas da Sudene ■

Câmara aprova PEC que proíbe imposição de despesa aos municípios

Demanda histórica da FNP, foi aprovada, em 1º turno, pelo Plenário da Câmara dos Deputados, na quarta-feira (2), a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 172/2012, que proíbe Lei Federal de impor despesa a estados e municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio.

Pacto Federativo

A aprovação da PEC 172/2012 foi um dos 19 itens de carta apresentada pela diretoria da FNP aos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no dia 17 de junho deste ano. O documento, entre outros temas, ressalta a necessidade de revisão e

aprimoramento do pacto federativo.

Na oportunidade, o prefeito de Porto Alegre (RS) e vice-presidente de Relações Institucionais, da FNP, José Fortunati, defendeu a celeridade na votação da PEC. “É necessário respeitar a capacidade de absorção dos municípios e sua limitação na geração de recursos”, explicou o prefeito ■

Lacerda se reúne com Levy para tratar de financiamentos internacionais

No dia 17, o presidente da FNP, Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte (MG), esteve reunido com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. A agenda foi marcada para dar prosseguimento ao pedido de liberação das operações de crédito internacional para os municípios. “Até o final deste mês esperamos ter o posicionamento sobre os financiamentos internacionais para os municípios”, disse o presidente.

Em abril deste ano, durante o III EMDS, o

assunto foi tratado pela FNP em uma reunião de prefeitos com a presidente Dilma Rousseff, com o vice-presidente, Michel Temer e com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

No dia 13 de agosto, prefeitos da diretoria da FNP participaram de uma reunião com o ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante. Na ocasião, Mercadante comprometeu-se em trabalhar para estabelecer um calendário de autorizações para a contratação e liberação

de operações de crédito internacional para os municípios.

Em 1º de setembro, uma comitiva da FNP reuniu-se com o secretário-executivo da Casa Civil, Marco Antônio Oliveira, e depois com o presidente do Senado, Renan Calheiros, também para tratar do tema. Nesse último encontro com o secretário-executivo da Casa Civil, os prefeitos ouviram que o Governo daria uma resposta a eles dentro de 15 dias ■

Câmara vota destaques de projeto que moderniza ISS

A Câmara dos Deputados concluiu no dia 16, a votação do Projeto de Lei Complementar 366/13, que moderniza a legislação do Imposto sobre Serviços (ISS). Com a aprovação de destaques, o projeto segue agora para análise no Senado. Enquanto isso, a FNP trabalha para o aprimoramento do texto.

De acordo com o projeto, fica proibida a re-

núncia do ISS abaixo da alíquota mínima de 2% e amplia a lista de serviços tributáveis, que hoje estão livres do pagamento do ISS, por terem surgido depois da vigência da Lei atual.

Destaques aprovados

Um deles muda o local de cobrança do ISS de alguns serviços, como cartão de crédito, leasing e

plano de saúde. Pela emenda aprovada, o tributo será cobrado no local onde o serviço é prestado e não na cidade onde se localiza a operadora.

Já a outra aprovação retira do texto a cobrança sobre a cessão de espaço em cemitério para sepultamento. Outros serviços, como a disponibilização de áudio e vídeo pela internet, permaneceram na lista ■

Gilmar Mendes recebe prefeitos da FNP



No dia 1º, prefeitos da diretoria da FNP estiveram no Supremo Tribunal Federal, em Brasília (DF), para debater com o ministro Gilmar Mendes o uso de depósitos judiciais para investimentos e o pagamento

de precatórios.

Segundo os prefeitos de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, e de Manaus (AM) e 1º secretário da entidade, Arthur Virgílio, que participaram da audiência, o ministro se mostrou sensível à demanda apresentada e convidou a FNP

a participar da audiência pública sobre o tema, convocada pelo STF, que será realizada no dia 18 deste mês.

O presidente do Fórum Nacional de Procuradores-Gerais das Capitais Brasilei-

ras, Rúsvel Beltrame Rocha, que também estava na reunião, compartilhou da avaliação dos prefeitos e destacou que, por meio da reunião com o ministro, a FNP conquistou a oportunidade de criar e apresentar um procedimento que atenda às particularidades no uso de depósitos judiciais. “A audiência foi muito boa e o ministro pareceu favorável ao pedido da FNP de participar da audiência que acontecerá dia 18 de setembro. A preocupação dele é em relação à solvabilidade do sistema financeiro em si, principalmente nos casos em que se admite o uso do dinheiro dos depósitos particulares”, explicou Rocha ■

Judicialização da ação pública foi tema de Audiência Pública

No dia 1º, o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, participou de audiência pública, na Câmara dos Deputados. O tema central do debate esteve o Projeto de Lei (PL) 8058/2014, que institui o processo especial para o controle e intervenção em políticas públicas pelo Poder Judiciário.

Segundo o presidente da FNP, o PL não é o melhor instrumento, por institucionalizar, validar e tornar uma prática comum a intervenção do judiciário. “Nós estamos tendo hoje uma invasão abusiva de um poder em outro e mais pessoas estão desistindo de serem prefeitos, porque está se tornando inviável. Além de todos os controles que

temos, conhecidos e necessários, temos essa inversão de direitos entre os poderes e isso é, de fato, intolerável”, afirmou Lacerda.

O secretário de Saúde de Santa Catarina (SC), João Paulo Kleinubing, falou da necessidade de se buscar determinados limites com relação à intervenção do judiciário nas políticas públicas. “Acompanhei ao longo dos últimos 10 anos o aumento da judicialização em todas as áreas. Na saúde, talvez, é onde aconteça com maior visibilidade”, falou.

A audiência contou, ainda, com a participação do subprocurador-Geral do Ministério Público Federal, Odin Brandão Ferreira, do assessor de Assuntos Jurídicos



da Defensoria Pública Geral da União, Vladimir Ferreira Correia e dos deputados Esperidião Amin, Paulo Teixeira, que é relator do PL, Alfredo Kaefer, e a presença do prefeito de Aparecida de Goiânia (GO) e 2º Vice-presidente Nacional da FNP, Maguito Vilela ■

STF realiza audiência para debater a utilização de depósitos judiciais

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu, no dia 21, 40 especialistas para debater o uso de depósitos judiciais no custeio de despesas públicas. O tema foi abordado na audiência pública convocada pelo ministro Gilmar Mendes, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5072, que questiona o estado do Rio de Janeiro sobre a utilização desses recursos.

Na avaliação do ministro, a decisão a ser tomada pelo STF vai refletir na execução e controle das contas públicas nos estados, daí a necessidade de discussão do tema em audiência pública. A ação foi ajuizada pela Procuradoria Geral da República para questionar lei estadual do Rio de Janeiro (RJ), que permite a utilização de parte dos depósitos judiciais para quitação de requisições judiciais de pagamento.

O ministro relator da ADI, Gilmar Mendes, afirmou que a questão é complexa, com consequências para as finanças públicas e que

envolve cifras importantes. Citou como exemplo números apresentados nos autos da ação pela Caixa Econômica Federal – um montante de R\$ 12,2 bilhões oriundos de depósitos judiciais na Justiça Federal, R\$15,8 bilhões na Justiça Estadual e 19,8 bilhões na Justiça do Trabalho. Já o Banco do Brasil (BB) informou que seu montante em depósitos judiciais está em R\$ 90,9 bilhões provenientes da Justiça nos Estados e 19,7 bilhões da Justiça Trabalhista.

Estiveram presentes na audiência representando os municípios a Procuradora do município de Porto Alegre (RS) e representante do Fórum Nacional de Procuradores das Capitais, Cristiane da Costa Nery e o Procurador-Geral do município de São Paulo, Robson Barreirinhas. Participou ainda dos debates o vice-prefeito de Belo Horizonte, Délio Malheiros.

Cristiane Nery defende o tratamento igualitário para a utilização desses recursos, entre

estados e municípios. “O que nós procuramos trazer é a necessidade de que haja um tratamento isonômico, um regramento igualitário e que todos os entes da federação possam fazer uso desse mesmo instituto porque todos têm as mesmas dívidas, são dívidas comuns”, enfatizou.

O Procurador-Geral de Belo Horizonte (MG), Rúsvel Beltrame Rocha, que representou a FNP na audiência, ressaltou que o estoque de precatórios se concentra em apenas 45 municípios. “Dos 5.570 municípios brasileiros, apenas 45 têm estoques de precatórios a pagar. Destes, 70% do valor total está no estado de São Paulo. Então dizer que há um problema geral em relação ao pagamento de precatórios?”, questionou o representante de Belo Horizonte. Rúsvel sugeriu ainda que para os mau pagadores que a justiça faça o bloqueio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) ou dos Municípios (FPM) ■

Prefeitos pedem apoio para liberação das operações internacionais

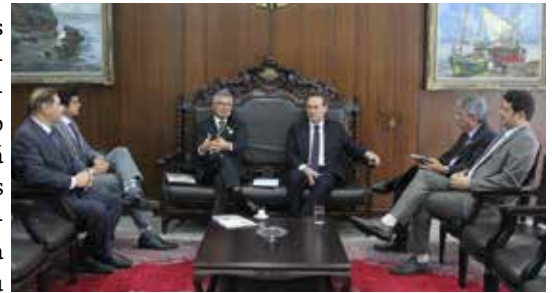
A FNP está em constante diálogo em busca da liberação das operações de créditos internacionais pelos municípios. Para isso, prefeitos de várias partes do país estiveram reunidos no dia 1º, com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, em Brasília (DF).

Renan Calheiros ouviu o pleito dos prefeitos e se comprometeu a dar retorno sobre o assunto, depois de ouvir o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e outras autoridades da área econômica sobre o tema.

“Essa é uma agenda de desenvolvimento para o Brasil. Está em jogo uma questão fundamental para os municípios, uma questão

de sobrevivência, e nós, que fizemos o dever de casa não podemos ser punidos. A população que mora nesses municípios (que pleiteiam financiamento externo), milhões de brasileiros, está deixando de ter, em nossos cálculos, R\$ 1,3 bilhão só no conjunto de seis municípios que estiveram em audiência com presidente do Senado”, destacou o prefeito de Jaboatão dos Guararapes (PE) e vice-presidente de Políticas Sociais da FNP, Elias Gomes.

Também estiveram presentes os prefeitos Sorocaba (SP) e vice-presidente da FNP para



Mobilidade Urbana, Carlos Pannunzio; Maceió (AL) e vice-presidente da FNP para Cultura, Rui Palmeira; Campo Grande (MS) e vice-presidente estadual da FNP, Alcides Bernal ■

CAF recebe prefeitos para tratar de financiamento para obras



Os prefeitos de Maceió (AL), Rui Palmeira, de Campo Grande (MS), Alcides Bernal, e de Jaboatão dos Guararapes (PE), Elias Gomes, estiveram reunidos, no dia 1º, com o diretor

representante do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) no Brasil, Victor Rico, para uma conversa sobre o andamento das operações de créditos internacionais pleiteadas pelos municípios com o banco.

Os prefeitos solicitaram ao diretor o adiamento de alguns procedimentos de tramitação como, por exemplo, a missão de avaliação nos municípios, enquanto o Governo Federal não emite as recomendações das operações de crédito internacionais pelos municípios. O diretor Victor Rico prometeu avaliar o pedido com seus correspondentes em Caracas e Montevideú e

corpo técnico.

O diretor do banco deixou claro que assim que União liberar o acesso aos créditos o banco agilizará todos os processos para que os atrasos na emissão das recomendações pelo Governo Federal não impliquem em maiores atrasos. “Podemos programar rapidamente tudo. No máximo dois meses liberamos os recursos. Da nossa parte, os municípios podem ficar tranquilos que estamos fazendo de tudo”, disse Victor Rico. O montante a ser emprestado a esses municípios pelo CAF somam, aproximadamente, 1,3 bilhão de reais ■

Transporte passa a ser direito social dos brasileiros

Foi promulgada, no dia 15, em sessão conjunta no plenário do Senado Federal, a emenda a Constituição que garante o transporte como um direito social. De iniciativa da deputada Luiza Erundina (SP), primeira presidente da FNP, a PEC 74/2013 vem ao encontro ao pleito da entidade por serviço público de qualidade e para todos.

“O artigo já incluía educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade, proteção a infância e assis-

tência aos desamparados e agora passa a garantir o direito ao transporte”, afirmou o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Para Calheiros, a questão do transporte também reflete em mobilidade urbana e na infraestrutura existente para o transporte. O presidente do Senado também destaca o transporte escolar como um gargalo a ser superado e oferecido gratuitamente aos estudantes.

“Assegurar o transporte como direito social, como quis a deputada Luiza Erun-

dina nesta PEC, é um primeiro passo de um longo caminho que temos a percorrer. Precisamos de políticas públicas de ação governamental efetiva para garantir um transporte de qualidade a todos os brasileiros”, completou.

Além PEC 74/2013, na mesma sessão foi promulgada a PEC 78/2013, que amplia em 15 anos o prazo em que União deverá destinar às regiões Centro-Oeste e Nordeste percentuais mínimos dos recursos destinados a irrigação ■

FNP estimula municípios a firmarem convênio sobre ITR

A FNP encaminhou, no dia 8, um ofício aos municípios conveniados com a Receita Federal informando os valores arrecadados com Imposto Territorial Rural (ITR), no período de agosto de 2014 a junho de 2015. Os municípios não conveniados recebem apenas a metade desses valores.

Com a Lei Nº 11.250/2005, tornou-se

possível a celebração de convênios da Receita Federal com os Municípios para a fiscalização, lançamento dos créditos tributários e de cobrança do ITR. Os municípios conveniados passaram, então, a receber a integralidade dos valores arrecadados com imposto em seu território.

De agosto de 2014 a julho de 2015, os

municípios conveniados receberam R\$ 800,8 milhões, já os não conveniados receberam R\$ 96 milhões. Por este motivo, a FNP estimula e sugere aos municípios firmarem convênio. Para aderir, basta seguir as instruções no site da Receita Federal e formalizar o termo de opção pelo convênio ■

Aplicação dos recursos do FNAS é tema de palestra na 68ª Reunião Geral da FNP

Os repasses do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) foi o tema de uma palestra realizada no dia 8, durante a 68ª Reunião Geral da FNP, em Brasília (DF). O encontro reuniu gestores municipais, assistentes sociais e contadores e contou com a presença da prefeita de Valparaíso de Goiás (GO) e vice-presidente de Vigilância Sanitária na FNP, Lucimar Nascimento.

Segundo a palestrante, a diretora executiva do FNAS, Dulcelena Martins, a abordagem do tema é pertinente para esclarecer pontos sobre a destinação, operacionalização e prestação de contas dos recursos de assistência social. “Nós temos acompanhado a gestão e já é nítida a melhora no planejamento e aplicação desses recursos, mas é necessário promover a capacita-

ção dos gestores e aprimorar o conhecimento no que diz respeito às metodologias e aos trâmites para que os municípios possam se estruturar melhor na área”, destacou a diretora.

Para a prefeita Lucimar, a principal dificuldade dos municípios na gestão do FNAS está relacionada à estruturação e capacitação das equipes, o que justifica a promoção de oficinas como a realizada pela FNP. “Ainda estamos em um momento de aprendizado e é fundamental apostar na qualificação das equipes”, disse.

FNAS

Os recursos do FNAS se destinam ao financiamento da assistência social nos municípios e podem ser aplicados a diversas funcionalidades essenciais, como prestação de serviços, custeio

de pessoal, estruturação da assistência social municipal, aprimoramento do cadastramento único, aquisições diversas, informatização da rede de assistência, suplementação de serviços, passagens aéreas de prefeitos e gestores para eventos, conferências e atividades destinadas à melhoria e ao aprimoramento da gestão da assistência social municipal, entre outras.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), responsável pelo Fundo, atualmente há R\$ 1,5 bilhão de recursos do FNAS parados nos cofres municipais. A portaria ministerial nº 36, de 25 de abril de 2014, determina que os municípios que estiverem com recursos do FNAS ociosos há mais de um ano terão os repasses mensais suspensos até a normalização das operações ■

Autoridades questionam Medida Provisória que trata dos terrenos de Marinha



a renda dos terrenos de Marinha a serem vendidos pela União. O prefeito de Vitória (ES) e vice-presidente de Relações Internacionais da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Luciano Rezende participou da audiência pública, representando a FNP.

Rezende expressou sua preocupação com a execução, da forma como está, da Medida Provisória. “Eu acho extremamente difícil, para não falar impossível,

a execução dessa medida provisória. As medidas dessa MP são muito complexas e de difícil execução no dia a dia, inclusive com alguns questionamentos que eu não encontro respostas no momento, a começar pela total impossibilidade de se criar, com segurança, um valor, ou ser justo com o cidadão que já pagou pelo terreno de marinha, até mesmo a demarcação desses terrenos, que em Vitória é extremamente caótica. Essa demarcação é que vai servir como base para que tudo que está escrito nessa MP?”, questionou ■

O Senado Federal debateu no dia 30, a previsão contida na Medida Provisória (MP) 691/2015, de que os municípios ficariam com

Em Turim, presidente da FNP defende ações estratégicas para o desenvolvimento econômico local

Com o objetivo de compartilhar experiências e contribuir no diálogo sobre questões relativas aos grandes desafios da atualidade, o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, palestrou no dia 14, em Turim (Itália), no 3º Fórum Mundial do Desenvolvimento Econômico Local. A participação do prefeito se deu na plenária de abertura dos trabalhos “O Desenvolvimento Econômico Local: é uma abordagem eficaz para reduzir a desigualdade? As estratégias de Desenvolvimento Econômico Local podem promover uma distribuição mais equitativa da renda, da riqueza e do acesso a oportunidades e recursos?”.

Na ocasião, Lacerda defendeu a adoção de uma estratégia de desenvolvimento econômico local focada, simultaneamente, na geração de emprego e renda, investimentos em transporte, saúde, educação, lazer e cultura, respeito aos recursos naturais e melhoria permanente de indicadores sociais. “Múltiplas ações de origem federal, estadual e local, além de investimentos privados e ações de ONGs, deveriam apoiar essas iniciativas”, destacou o prefeito.



A articulação da FNP na instituição de fóruns de gestores e a realização do Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) também foram ressaltadas por Marcio Lacerda ■

Prefeitos apresentam Consórcio Intermunicipal a ministro do Desenvolvimento Agrário



O prefeito de Bagé (RS), Dudu Colombo, vice-presidente de Regiões Fronteiriças da FNP, juntamente com prefeitos que compõem o Consórcio Intermunicipal do Pampa

Gaúcho, estiveram reunidos, no dia 21, com o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, com o intuito de apresentar o consórcio intermunicipal.

O objetivo da reunião foi abordar projetos cadastrados no MDA, para fortalecer as potencialidades dos municípios da Região da Campanha e Fronteira Oeste. Além disso, os prefeitos pleitearam R\$ 2 milhões para aquisição de maquinário e debateram a necessidade de estimular a produção de ovinos na região.

Estiveram presentes os prefeitos de Novo Machado (RS), Airton Moraes; Itaqui (RS), Gil Marques; São Gabriel (RS), Roque Montagner; além dos deputados Bohn Gass; Giovanni Chierini; Heitor Schuch; Affonso Hamm e Dionísio Marcon, todos do estado do Rio Grande do Sul.

O Consórcio Intermunicipal do Pampa Gaúcho reúne 17 cidades das regiões da Campanha e Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul (Bagé, Alegrete, Barra do Quaraí, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Manuel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Margarida, Itaqui, Santana do Livramento, São Gabriel, Vila Nova do Sul, São Borja, Maçambará e Uruguaiana) ■

100 cidades do mundo assinam pacto para a segurança alimentar

O prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, e mais 99 governantes locais, de diversas partes do mundo, assinaram no dia 15, em Milão (Itália), um pacto voltado para a segurança alimentar e a sustentabilidade mundial. A cerimônia foi durante um encontro da cúpula dos prefeitos “Mayors Summit”, que reuniu gestores de diversos países pra discutir a segurança alimentar e nutricional.

“A fome ainda é um problema que afeta populações de todos os continentes. E cada cidade que tem experiências positivas pode contribuir para combater este problema. Uma boa e eficiente política de segurança alimentar também faz parte da sustentabilidade mundial”, declarou

durante o evento o prefeito Marcio Lacerda. Na oportunidade, ele também enfatizou a importância do enfrentamento à questão da falta de alimentos em muitas comunidades mundo afora.

Pacto pela Política Alimentar Urbana

O documento é um protocolo internacional com o objetivo de desenvolver uma política alimentar global abrangente, que considere todos os aspectos dos ciclos alimentares urbanos, da produção ao consumo,



do processamento à distribuição e será entregue oficialmente ao secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, no dia 16 ■

Prefeitos defendem tratamento diferenciado aos municípios com dívida de precatórios

Em audiência pública, prefeitos da diretoria da FNP afirmaram trabalhar por um tratamento particularizado a cada município que enfrenta a necessidade de buscar alternativas para o pagamento de precatórios. O debate, promovido pela Comissão Especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição dos Precatórios (PEC 74/15), ocorreu no dia 21, na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF).

Compondo a mesa de debates, a prefeita de Guarujá (SP), vice-presidente de Finanças Públicas, Maria



Antonietta, compartilhou o caso de seu município. Guarujá, atualmente, destina

4,75% da receita corrente líquida para o pagamento de precatórios. “Hoje não conseguimos responder a serviços simples e isso acontece com muitos municípios. O que sobra para a gente fazer a cidade funcionar plenamente e responder aos anseios dos cidadãos?”, falou.

A prefeita falou, ainda, sobre a preocupação com novos fluxos e sobre o empenho da FNP para a criação de propostas justas que permita que os credores recebam seus direitos e que não inviabilize as cidades ■

Prefeitos e governadores debatem alternativas para subfinanciamento da saúde



Em reunião com o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Ricardo Berzoini, realizada no dia 27, em Brasília (DF), o presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, e o 2º vice-presidente Nacional da FNP e prefeito de Aparecida de Goiânia (GO), Maguito Vilela, reforçaram a importância da reinstituição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como medida para o subfinanciamento da saúde.

Em alternativa à proposta do governo federal, em que a alíquota seria de 0,20% para a União e os recursos destinados à

previdência social, o presidente da FNP, Marcio Lacerda, defendeu que os recursos da CPMF sejam destinados exclusivamente para a saúde e apresentou a proposta da “Demanda SUS Dependente”, dividindo a alíquota de 0,38%

em 0,17% para União, 0,09% para estados e 0,12% para os municípios. “É necessário chegar a uma fórmula equilibrada de partilha, balanceando a proposta de critério do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) com a área de saúde, ou seja, a população SUS Dependente”, disse. Lacerda falou ainda da diferença da proposta “Demanda SUS Dependente” e da Proposta de Partilha FPM. “Encontramos no critério SUS Dependente uma diferença de, no máximo, 100%, já no critério do FPM a diferença chega a ser de 10 vezes mais entre o que cada município

receberia per capita”, explicou.

Para Lacerda é necessário um entendimento entre as lideranças políticas das três esferas de governo para que ocorram mudanças estruturais no modelo de financiamento da gestão pública no país. “As despesas estão crescendo acima da capacidade dos impostos gerarem receitas”, destacou.

O encontro, que também teve a participação dos governadores de Pernambuco, Paulo Câmara, e do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e de representantes das demais entidades municipalistas nacionais, foi um desdobramento da agenda realizada no dia 22, com a presidente da República, Dilma Rousseff e a diretoria executiva da FNP.

Com o objetivo de construir um consenso entre as entidades municipalistas quanto ao critério de partilha da receita gerada com a reinstituição da CPMF entre a União, estados e municípios, ficou agendada uma próxima reunião na quarta-feira (4), também no Palácio do Planalto, em Brasília (DF) ■

Prefeitos elaboram carta em defesa dos municípios brasileiros

Prefeitos brasileiros acordaram propostas relevantes em defesa dos municípios, apresentadas em uma carta que será entregue aos três poderes da União. A 68ª Reunião Geral da FNP, no dia 8, em Brasília (DF). Entre os assuntos abordados pelo grupo esteve a judicialização da saúde, operações de crédito internacional e a legislação que moderniza o Imposto Sobre Serviços (ISS), que consolidaram o documento.

Durante a plenária deliberativa, os prefeitos defenderam a criação de novas fontes exclusivas para o financiamento da saúde e aprovaram, em carta, a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), desde que este recurso seja destinado, exclusivamente, para o custeio da saúde e partilhado com estados e municípios. “Nós precisamos de



recursos para a saúde, que é onde os problemas estão hoje”, afirmou o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda.

A carta foi entregue aos presidentes da República, Dilma Rousseff, do Congresso

Nacional, Renan Calheiros e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, em audiências que ainda serão agendadas pela FNP. “Esperamos que essa mensagem de atenção para a saúde seja ouvida”, completou Lacerda ■

Presidente da FNP defende interesses das cidades na Câmara

Assuntos importantes para o municipalismo brasileiro foram apresentados, no dia 27, pelo prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, em audiências com parlamentares.

Precatórios, judicialização de políticas públicas e dívida ativa estiveram entre as pautas que o prefeito tratou com os deputados Paulo Teixeira (SP), Sílvio Torres (SP), Domingos Sávio (MG), Vicente Cândido (SP), Jovair

Arantes (GO) e Fernando Coelho Filho (PE).

Os temas apresentados estão presentes na Carta dos Prefeitos aos Três Poderes da União, entregue a presidente Dilma Rousseff, no dia 22 de outubro ■

Prefeitos lançam IV EMDS em Brasília



No dia 8 foi lançado o IV EMDS, em Brasília (DF). A solenidade, parte da programação da 68ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), contou com a participação de representantes do Governo Federal, de entidades apoiadoras, parlamentares, além de prefeitos de várias cidades do país.

O presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, destacou a importância do desenvolvimento sustentável inserida na agenda dos municípios brasileiros. “Nos últimos tempos tem sido reafirmada a importância do tema na pauta dos municípios e a necessidade de maior protagonismo dos representantes das cidades nas discussões e debates

mundiais sobre a questão da sustentabilidade. Prova disso, foi a participação de 60 prefeitos reunião com o papa Francisco, no Vaticano, para discutir questões ligadas ao tema.”

Realizado pela FNP, em parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a última edição do evento reuniu mais de 9.458 participantes. De acordo com o diretor de políticas públicas do Sebrae Nacional, Bruno Quick, o tema do desenvolvimento não era prioridade na agenda dos municípios. “Nós atestamos essa mudança e é isso que sustenta essa parceria. O EMDS é um evento transformador na agenda do país. Ficamos felizes de termos antecipado a percepção da importância do tema que o evento traz e agido na construção do EMDS. Desejo enorme sucesso nesta próxima edição e vamos trabalhar duro para isso”, disse.

Representando o governo federal, o subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Olavo Noleto, aproveitou o momento

para reafirmar o compromisso do Governo em manter diálogo permanente e consistente com prefeitos e com a FNP. “Em momentos difíceis é necessário manter o diálogo para construirmos projetos e alternativas para superação de crises.” Noleto destacou ainda a atuação da FNP na apresentação de alternativas ao Governo Federal com intuito de contribuir para a melhoria das políticas públicas voltadas para a população, como a realização da campanha “Cadê o Médico”? que motivou a criação do Programa Mais Médicos para o Brasil.

Em sua quarta edição, o EMDS ocorrerá em abril de 2017, na capital federal.

Parceria com a Anvisa

Com o objetivo de dar continuidade a parceria já existente entre a FNP e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), foi assinado o segundo termo de cooperação técnica entre as duas instituições, durante a solenidade de lançamento do IV EMDS. O intuito da parceria também é fortalecer cada vez mais ações em prol do desenvolvimento social e econômico sustentável e da inclusão produtiva com segurança sanitária nos municípios ■

Financiamento da saúde é pauta de prefeitos com a presidente Dilma Rousseff

Medidas para enfrentar o subfinanciamento da saúde, modernização do Imposto Sobre Serviços (ISS), liberação de operações de crédito internacionais e alternativas para o pagamento de precatórios foram pauta do encontro de mais de duas horas entre a presidente Dilma Rousseff e os prefeitos da diretoria executiva Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A instituição de uma mesa federativa plena, com União, estados e municípios, para buscar soluções compartilhadas, outra demanda da FNP, também foi tema do diálogo. Os itens debatidos constam na carta da entidade produzida na 68ª Reunião Geral, no dia 8 de outubro.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, com o corte no orçamento da saúde, os municípios acumulam déficits nos fundos de saúde locais. “Nós entendemos que precisamos de mais recursos para saúde: essa é a maior emergência e qualquer imposto novo que venha a ser criado poderia contar com nosso apoio se os recursos fossem destinados à saúde. Não importa se é CPMF ou qualquer outro imposto, nós estaríamos dispostos a apelar ao congresso que aprove, desde que



venha resolver a crise que está instalada hoje no atendimento à saúde”, afirmou.

Além do presidente da FNP, participaram também da audiência os prefeitos de São Paulo (SP), Fernando Haddad, 1º vice-presidente; de Aparecida de Goiânia (GO), Maguito Vilela, 2º vice-presidente; de Porto Alegre (RS), José Fortunati, vice-presidente de Relações Institucionais; de Campinas (SP), Jonas Donizette, vice-presidente de Regiões Metropolitanas; de São Bernardo do Campo (SP), Luiz Marinho, secretário-geral; de Manaus (AM), Arthur Virgílio Neto, 1º Secretário; e de Araçatuba (SP), Cido Sérgio, vice-presidente de Reforma Tributária. Cada

prefeito falou sobre um dos itens da pauta apresentada pela entidade. A reunião, no Palácio do Planalto, também teve a participação da diretoria da Associação Brasileira de Municípios (ABM).

Nota técnica sobre a distribuição da CPMF

A FNP produziu uma nota técnica consolidando a posição dos prefeitos da entidade em relação a possível instituição da CPMF. Nesse cenário, a FNP propôs alíquota de 0,38%, a ser dividida da seguinte forma: 0,17% para a União, 0,09% para os estados e 0,12% para os municípios ■

Prefeito Elias Gomes discute operações de crédito no MPOG

A liberação de operações de créditos internacionais para os municípios foi tema de reunião realizada no dia 10 com o secretário adjunto da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Carlos Lampert e o vice-presidente de Políticas Sociais da FNP e prefeito de Jaboatão dos Guararapes (PE),

Elias Gomes.

Para com o prefeito, essas operações são extremamente importantes para a economia local dos municípios brasileiros. “Esses financiamentos internacionais são uma das pouquíssimas alternativas que o Brasil tem de possibilitar a importantes municípios do país contraírem esses financiamentos e movimentar a economia, gerando empregos e oportunidades

de desenvolvimento em 2016, já preparando o país para sair dessa paralisia econômica em que nós nos encontramos”, disse.

O secretário-adjunto, Carlos Lampert, também defendeu as operações de crédito internacional como saída para a crise econômica no país. “Defendemos muito a aprovação de projetos para um processo de retomada de crescimento econômico”, destacou ■

Berzoini recebe prefeitos para tratar de financiamento das cidades



Operações de crédito internacional e financiamento da saúde foram debatidos no dia 4, em reunião com o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini. Pela FNP, participaram da audiência o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da entidade, e o prefeito

de Aracaju (SE), João Alves, vice-presidente de Mudanças Climáticas.

Membros da diretoria da FNP estão se articulando com o governo federal, em busca de soluções para a crise econômica que atinge os municípios brasileiros. Para o grupo, a saúde é a área mais afetada, pois há o subfinanciamento excessivo na área.

Para Lacerda, é necessário um entendimento entre as lideranças políticas das três esferas de governo para que ocorram mudanças estruturais no modelo de financiamento da gestão pública no país. “As despesas estão crescendo acima da capacidade

dos impostos gerarem receitas”, destacou.

O prefeito de Aracaju destacou a necessidade de honrar esse compromisso, com, ao menos, os municípios que já têm as operações engatilhadas. “Gostaria que o senhor levasse essa ponderação ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy”, pediu ao ministro Berzoini, que se comprometeu levar a reflexão também à presidente Dilma Rousseff.

Além dos prefeitos da diretoria da FNP, estiveram presentes o subchefe de Assuntos Federativos, Olavo Noleto, o Assessor Especial da subchefia de assuntos federativos, Gilmar Dominici, e prefeitos representando a Associação Brasileira de Municípios (ABM) e da Confederação Nacional de Municípios (CNM) ■

Prefeitos da FNP pedem celeridade na tramitação de projetos

Durante reunião com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, realizada no dia 19 de novembro, uma comitiva prefeitos da diretoria da FNP apresentou demandas mais urgentes para a pauta municipalista, entre elas, celeridade na aprovação do texto original do projeto que trata de ajustes no Imposto sobre Serviços (ISS). O encontro ocorreu no Senado Federal, em Brasília (DF), e também foi marcado pelo detalhamento da Carta dos Prefeitos aos Três Poderes da União, aprovada durante a 68ª Reunião Geral da FNP.

Participaram da comitiva os prefeitos de Belo Horizonte (MG) e presidente da FNP, Marcio Lacerda, de Aparecida de Goiânia (GO) e 2º Vice-presidente Nacional, Maguito Vilela, de São Bernardo do Campo (SP) e secretário-geral, Luiz Marinho, e de Jaboatão dos Guararapes (PE) e vice-presidente de Políticas Sociais, Elias Gomes. Na oportunidade, além do ISS, os prefeitos também trataram sobre a PEC dos Precatórios, Operações de Crédito Internacional e do projeto

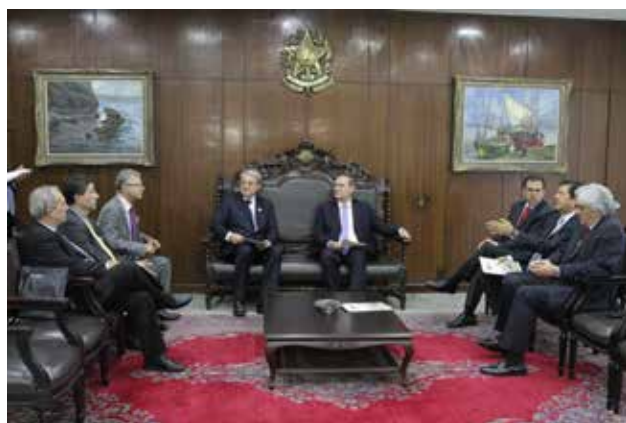
que altera regras do Super-simples.

Outro ponto apresentado pelos prefeitos foi a criação do Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas que ainda não está implementado.

Sobre o Projeto de Emenda à Constituição (PEC) 74, que trata do pagamento dos precatórios, Lacerda falou que o texto aprovado na Câmara, no dia 17 de novembro, atende bem o interesse das prefeituras e que a expectativa é a aprovação também no Senado Federal. No mesmo dia, os prefeitos participam da reunião de Comitê de Articulação Federativa, no Palácio do Planalto, em Brasília (DF).

Encontro com senadores

A celeridade na aprovação do texto original do projeto que trata de ajustes no Im-



posto sobre Serviços (ISS), PLS 386/2012, também foi pauta do encontro da comitiva de prefeitos com o senador Romero Jucá, autor do projeto. Romero Jucá se comprometeu em contribuir para que a votação da matéria em seu texto original se dê da forma mais rápida possível. A comitiva também tratou do assunto com os senadores Cristovam Buarque (DF), Antonio Anastasia (MG) e Humberto Costa (PE) ■

MSUR: debates fecham agendas de colóquios em Montevideu

Fechando o programa de colóquios sul-americanos sobre cidades metropolitanas - MSUR, o Uruguai recebeu prefeitos, vice-prefeitos, secretários municipais e representantes de diversos países para debater sobre Governo e Governança; Cidadania, Educação e Cultura. A reunião, nos dias 28 e 29 de outubro, foi realizada na Casa do Mercosul, em Montevideu. A iniciativa conta com o apoio da FNP.

Para o idealizador dos colóquios, o secretário de Relações Internacionais e Federativas de São Paulo (SP), Vicente Trevas, o objetivo dos debates foi construir reflexões sobre a agenda urbana das cidades. “Em situações como essas, das discussões e do debate, saem propostas de enfrentamento para os desafios das cidades metropolitanas”, afirmou.

Colóquios MSUR

Além de indagar sobre problemas comuns que acometem as metrópoles, os Colóquios



MSUR tiveram o objetivo de construir consensos sobre formas de enfrentar e superar problemas. Os encontros reuniram cidades metropolitanas da América do Sul e do México. Foram organizados pela prefeitura de São Paulo (SP) e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Santiago (Chile), com o tema “Ecossistemas Urbanos e Sustentabilidade”; São Paulo

(Brasil), sobre “Desenvolvimento Urbano e Desigualdades Socioespaciais” e Quinto (Equador), com debates sobre “Economia Urbana: Trabalho, Renda e Desenvolvimento Sustentável” receberam as três primeiras etapas de discussões. Os debates foram estimulados a partir de documentos base, construídos pela parceria da prefeitura de São Paulo e Cepal ■

Decisão garante autonomia dos municípios na iluminação pública

Após diversas reuniões e audiências, a FNP conquistou mais uma importante vitória no tema da iluminação pública nas cidades. O Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Estado de São Paulo) considerou que a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) não tem prerrogativa para determinar que os ativos de iluminação pública passem a ser responsabilidade das administrações municipais. A decisão foi tomada a partir de apelação apresentada

pela Prefeitura de Ribeirão Preto (SP) na Justiça Federal, em 2013.

Com a deliberação publicada no Diário da Justiça Federal, na sexta-feira (6), a causa da cidade paulista passa a ser exemplo para que outros municípios também entrem na justiça com o mesmo objetivo. “Como vice-presidente da FNP de Infraestrutura Urbana, estou muito feliz em poder travar uma discussão com a ANEEL sobre a transferência dos ativos da

energia elétrica para os 5.570 municípios brasileiros”, afirmou a prefeita de Ribeirão Preto, Darcy Vera.

Com a transferência compulsória dos ativos das companhias distribuidoras para os municípios, haveria a transferência da responsabilidade pela manutenção de vários dispositivos da iluminação pública, dentre os quais as lâmpadas, para as prefeituras. Isso acarretaria em mais custos para os cofres municipais ■

Fórum Vida Urbana promove debates sobre o futuro das cidades

Belo Horizonte (MG) sediou, nos dias 17 e 18 de novembro, uma importante discussão sobre o futuro das cidades. Autoridades e especialistas nas áreas de sustentabilidade e planejamento urbano contribuíram com os debates promovidos pelo Fórum Vida Urbana: Reflexões sobre o Futuro das Cidades, evento realizado pela FNP e a prefeitura da capital mineira.

Durante a cerimônia de abertura, o prefeito anfitrião, Marcio Lacerda, presidente da FNP, destacou o fórum como uma oportunidade de debater “questões relevantes para a humanidade de forma geral”. Ele ainda falou sobre a necessidade de uma mudança no comportamento a nível global. “Podemos, de fato, intervir de forma efetiva e positiva”.

Na ocasião, a secretaria nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, afirmou que o país vive um

momento que necessita a construção de compromissos e enfatizou os debates como uma oportunidade. “Os prefeitos têm uma missão fundamental, pois são atores na elaboração dos compromissos e responsáveis pela implementação de agendas que envolvam o futuro das cidades”, falou.

Ao longo dos dois dias de evento, o World Wildlife Fund (WWF) e o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade realizaram a exposição que demonstrou os trabalhos desempenhados por nove cidades brasileiras em busca da economia de baixo carbono. O grupo de cidades está inscrito para

a edição de 2015/2016 do “Desafio das Cidades da Hora do Planeta”, são elas: Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Campinas (SP), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Sorocaba (SP) ■



Comissão Especial aprova o texto da PEC dos Precatórios

A FNP comemorou mais uma vitória no dia 11 de novembro. A Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa a PEC 74/2015, que trata do pa-

gamento de Precatórios, aprovou, por unanimidade, o parecer do relator. Segundo o presidente da Comissão Especial, deputado Sílvio Torres, a expecta-

tiva é que as novas regras possam a vigorar a partir de janeiro de 2016, após passar pela aprovação da Câmara e do Senado ■

Prefeito participa de audiência pública sobre Cidades Aprendizagem



O conceito de aprendizagem ao longo da vida, de forma qualificada e inclusiva, foi debatido no dia 11 de novembro, em Brasília (DF), durante audiência pública, pro-

movida pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Desenvolvido pela Unesco, desde 2013, o conceito e o funcionamento da Rede Global de Cidades

Aprendizagem foi apresentado na ocasião.

O debate contou com as contribuições do prefeito de Jabotão dos Guararapes (PE), Elias Gomes, vice-presidente de Políticas Sociais da FNP. O município pernambucano, ao lado de Contagem (MG), representado pelo secretário de Educação do município, José Ramoniele, pleiteia o selo de Cidades Aprendizagem, já conquistado por Sorocaba (SP) e Carapicuíba (SP).

Além de parlamentares e membros da sociedade civil, o público da audiência contou com membros da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Contagem (Umes - Contagem), professores e diretores municipais ■

CPMF marca a pauta da retomada do CAF

“Sem a busca de convergência das lideranças dos diversos poderes, o país não vai sair da difícil situação que está”, afirmou o presidente da FNP, Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte (MG), durante a reunião de retomada dos trabalhos do Comitê de Articulação Federativa (CAF). A audiência, conduzida pelo ministro chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Ricardo Berzoini, ocorreu no dia 19 de novembro e contou com prefeitos da FNP e representantes de outras enti-



dades municipalistas. Temas da ampliação do

Simplex, recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e o piso salarial dos professores da rede pública, além da liberação de operações de crédito internacional estiveram na pauta do encontro.

Na ocasião, os prefeitos aproveitaram a presença do secretário-executivo do ministério da Fazenda, Tarcísio Godoy, para reforçar a necessidade da rápida liberação das operações de crédito internacional ■

Implantação da RedeSim é pauta de reunião entre o Sebrae e FNP

Durante reunião realizada com o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP e o diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, foi reforçada a importância da parceria entre as duas instituições para incentivar o desenvolvimento local por meio de implantação de programas, como o da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (RedeSim). O encontro ocorreu no dia 12 de novembro, na sede do Sebrae Nacional, em Brasília (DF).

De acordo com o diretor-presidente do

Sebrae a parceria justifica-se uma vez que o principal beneficiado com o processo de simplificação é o cidadão. Para ele, o processo exige uma aliança sólida entre a União, estados e municípios inspirados na própria Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, onde há um ordenamento de ações que visam simplificar processos, eliminar a burocracia, aumentar a velocidade do atendimento e, principalmente, buscar a regularização maciça de negócios, especialmente nas áreas



de maior carência social, como favelas. Essas áreas, segundo ele, têm imensa atividade econômica não regularizada em função de problemas fundiários ■

Prefeitos participam de evento sobre cidades inteligentes

A convite da prefeitura de Barcelona (Espanha) e pela Fira Barcelona em parceria com a FNP, prefeitos brasileiros, participaram, de 17 a 19 de novembro, do “Smart City Expo & World Congress”. A delegação conheceu soluções inteligentes para os municípios.

Do Brasil, participaram os prefeitos de Campinas (SP), vice-presidente de Regiões Metropolitanas, Jonas Donizette; de Três Rios (RJ) e vice-presidente de Desenvolvimento Econômico Local, Vinicius Farah; de

Divinópolis (MG) e vice-presidente de Gestão Pública, Vladimir Azevedo; de Sorocaba (SP) e vice-presidente de Mobilidade Urbana, Antonio Pannunzio; de Guarulhos (SP) e vice-presidente Estadual, Sebastião Almeida; e de São José dos Campos (SP), Carlos José de Almeida.

Smart City Expo 2014

A edição do ano anterior, também realizada em Barcelona, contou com a partici-



pação dos prefeitos Vinicius Farah e Vladimir Azevedo. O vice-prefeito de Porto Alegre (RS), Sebastião Melo, também esteve no evento ■

FNP pede celeridade na tramitação de matérias municipalistas



Em busca de reafirmar a necessidade de equilíbrio fiscal para a sustentabilidade econômica dos municípios, a prefeita de Ipatinga (MG)

e vice-presidente de Educação da FNP, Cecília Ferramenta, participou de uma reunião com o ministro-chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Ricardo Berzoini, e líderes partidários. O encontro foi no dia 24 de novembro, no Palácio do Planalto, e teve como pauta algumas das mais importantes demandas do municipalismo. “É preciso que se dê um olhar especial para a questão do piso salarial do Magistério para que os municípios tenham condições de

implantá-lo”, falou a prefeita, referindo-se à adequação dos mecanismos de reajuste do piso salarial da categoria.

A reunião contou com a presença dos deputados Sibá Machado, Rogério Rosso, Afonso Mota, Jovair Arantes, Jandira Feghali, Aloisio Mendes, José Guimarães, Hugo Leal, Paulo Teixeira, Ricardo Barros e Antônio Bulhões. O prefeito de Jequiá da Praia (AL), Marcelo Beltrão, participou do encontro representando a Confederação Nacional de Municípios (CNM) ■

FNP propõe ação coordenada após rompimento da barragem

No dia 23, prefeitos e prefeitas de cidades mineiras e capixabas estiveram reunidos para tratar do enfrentamento das consequências da tragédia do rompimento da barragem em Minas Gerais. Na sequência do encontro, o presidente da FNP, Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte (MG), emitiu um relato com os encaminhamentos obtidos das reuniões promovidas pela FNP.

Uma das orientações é que, sob coordenação do prefeito de Mariana, Duarte Júnior, e com o apoio da FNP, sejam construídos relatórios detalhados, contendo informações sobre ações emergenciais pendentes em cada



município atingido pelo desastre.

Os prefeitos solicitaram, e houve concordância dos representantes do Ministério Público Estadual e Federal e da Samarco,

que a definição sobre prioridades para o conjunto das demandas das prefeituras seja estabelecida em reunião, de forma coordenada entre os prefeitos. As questões relacionadas ao plano de recuperação dos rios serão negociadas entre a Samarco e as autoridades ambientais.

Além dessas medidas, a FNP promoverá uma reunião dos prefeitos para avaliação do conjunto das demandas. Tanto o MP federal quando o MP de Minas Gerais sugeriram que os municípios promovam acordos com a empresa, evitando a pulverização dos pedidos e a judicialização das demandas ■

Presidente da FNP se reúne com ministro da Saúde

Dando continuidade à atuação da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) no enfrentamento aos desafios do financiamento da saúde pública nos municípios, o prefeito de Belo Horizonte (MG) e presidente da entidade, Marcio Lacerda, se reuniu na tarde do dia 12 de novembro, em Brasília (DF), com o ministro da Saúde, Marcelo Castro, e com o secretário executivo da pasta, José Agenor Álvares da Silva.

A necessidade de novas alternativas para

o financiamento da saúde e a judicialização no setor foram os assuntos abordados no encontro, temas que, de acordo com o prefeito Marcio Lacerda, são os que mais dificultam a gestão da área. Apresentando as demandas da FNP, o prefeito entregou ao ministro a nota técnica da FNP sobre a CPMF e a Carta dos Prefeitos aos Três Poderes da União, elaborada durante a 68ª Reunião Geral.

Os documentos, que expõem a proposta

da FNP sobre a possível reinstauração de tributo para o financiamento da saúde nos municípios, foram bem avaliados pelo ministro, mas, segundo ele, é necessário trabalhar pelo consenso para que a questão seja resolvida e os impasses superados.

Também participaram da reunião o secretário de saúde de Belo Horizonte (BH), Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, e o secretário executivo da FNP, Gilberto Perre ■

Comitê Gestor do ITR realiza última reunião de 2015

No dia 10 de dezembro, membros do Comitê Gestor do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (CGITR) fizeram um balanço na última reunião do ano sobre as atividades do Comitê em 2015 e as perspectivas para o próximo ano. O encontro, que ocorreu no ministério

da Fazenda, contou com a participação de representantes da FNP, de outras entidades municipalistas e de autoridades da Administração Tributária Federal.

De acordo com a área de fiscalização, os municípios conveniados receberam, até setembro deste ano, aproximadamen-

te R\$ 850 milhões com o imposto. Ainda durante o encontro o Comitê destacou que é de extrema importância que os municípios informem o Valor da Terra Nua por hectare (VTN/ha) para atualizar o Sistema de Preços de Terras (SIPT) da Receita Federal ■

Consórcios Públicos podem se filiar à FNP

Desde o dia 11, Consórcios Públicos podem se filiar à FNP. A decisão foi tomada na 67ª Reunião Geral da entidade, realizada em abril de 2015, durante o III EMDS. Trata-se de um aprimoramento do estatuto e da es-

trutura de governança para abrigar a filiação de consórcios públicos em seu quadro de associados.

O Consórcio Público filiado poderá contar com as instalações, projetos, banco de

dados e apoio do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), iniciativa da FNP, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Caixa Econômica Federal ■

Instituição de cursos de medicina é discutida no TCU



No dia 1º de dezembro, prefeitos da FNP estiveram em audiência com a ministra do Tribunal de Contas da União (TCU), Ana Arraes. O objetivo do encontro foi solicitar celeridade no processo que avalia os recursos que impedem o prosseguimento no edital do Ministério da Educação (MEC) que institui novos cursos de medicina em 39 municípios brasileiros. O encontro ocorreu na sede do TCU, em Brasília (DF), e também contou com a participação do deputado federal, Zeca Dirceu.

Os recursos que tramitam no TCU contestam um item do edital que, para os prefeitos, proporciona isonomia entre as instituições educacionais interessadas em participar do processo de seleção, ao mes-

mo tempo em que aferiu sustentabilidade financeira para garantir o cumprimento das rigorosas exigências previstas no edital.

Na ocasião, a ministra Ana Arraes destacou a importância da qualidade dos médicos que serão formados nesses novos cursos. Para ela é importante que as faculdades sejam boas e formem bons médicos e que esses possam atuar diretamente em suas cidades, permitindo uma abordagem mais próxima, motivada pelos traços culturais característicos de cada um dos municípios. “Tenho a maior motivação em contribuir para a saúde pública no país”, afirmou a ministra.

O ministro do TCU José Múcio e o chefe de gabinete da ministra Ana Arraes, Ri-

cardo de Melo, também acompanharam a reunião. Entre os prefeitos que estiveram presentes, de Araçatuba (SP), Cido Sérgio, de Araras (SP), Nelson Dimas Brambilla, de Limeira (SP), Paulo Cezar Junqueira Hadich, de Poços de Caldas (MG), Elosio do Carmo Lourenço, de Jaraguá do Sul (SC), Dieter Janssen, de Rio Claro (SP), Du Altimari e o vice-prefeito de Jaboatão dos Guararapes (PE), Heraldo de Albuquerque Selva Neto. Os municípios de Alagoinhas (BA), Campo Mourão (PR) e Guarujá (SP) enviaram secretários municipais como representantes, o secretário Reginaldo Paiva, Márcio André Alencar de Almeida, Priscilla Maria Bonini e Rui de Paiva, respectivamente.

No mesmo dia, a comitiva de prefeitos visitou os gabinetes dos ministros Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, Vital do Rego, Benjamin Zymler, Bruno Dantas.

Apoio

Os prefeitos Luiz Marinho, Nelson Dimas Brambilla, Du Altimari, Cido Sérgio, e o vice-prefeito de Limeira (SP), Antonio Carlos Lima, participaram de uma audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para falar justamente do edital sobre instalação de cursos de medicina, lançado pelo Ministério da Educação ■

Prefeitos pedem celeridade na votação da PEC dos precatórios

Dirigentes da FNP encaminharam, no dia 9 de dezembro, um ofício ao presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, pedindo celeridade na tramitação da PEC

dos precatórios (PEC 74/2015) para que ela seja votada em segundo turno pelo plenário da Câmara dos Deputados o mais breve possível. A matéria foi aprovada pela Casa, em

primeiro turno, no dia 17 de novembro. Para os prefeitos, o pedido é impedir a volta dos sequestros de valores sobre as contas municipais, em 2016 ■

CAE do Senado mantém limite anual do ISS no Simples Nacional

A FNP comemora mais uma significativa vitória em 2015. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, em reunião no dia 8 de dezembro para análise do Projeto de Lei de Câmara (PLC) 125/2015, manteve o limite anual do Simples Nacional em R\$ 3,6 milhões para recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS). A comissão aprovou também caráter de urgência para a tramitação da matéria.

Segundo o texto original do PLC, que prevê várias alterações no Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas, a proposta era de 14,4 milhões. Segundo a FNP, a aprovação de teto em 14,4 milhões extinguiria empresas prestadoras de serviço fora do Simples Nacional, retirando dos municípios, quase que por completo, a competência para legislar e administrar o seu principal imposto, o ISS, impossibilitando,

assim, a adoção de políticas locais voltadas para o imposto. Além disso, não haveria tratamento favorecido algum para as pequenas empresas que realmente necessitam de apoio.

Ainda conforme posicionamento da entidade, não há motivo para dar tratamento diferente ao ISS em relação ao ICMS (Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação), já que a mudança poderia resultar em tratamento anti-isonômico entre os tributos, configurando inconstitucionalidade.

Para se ter uma ideia do impacto caso o projeto fosse aprovado como estava, com limite de 14,4 milhões, os municípios de São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Recife (PE), Porto Alegre (RS), Maceió (AL) e Boa Vista (RR), por exemplo,

contariam só, respectivamente, com 2.900, 1.095, 388, 236, 64 e 13 contribuintes do ISS fora do Simples Nacional. Em termos relativos, isso significaria menos de 1% dos contribuintes fora do regime.

Articulação

Alterações no Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas, previstas no PLC 125/2015, foram discutidas no dia 3 de dezembro, na Secretaria Técnica do Comitê de Articulação Federativa (CAF), entre fóruns de secretários, que representaram a FNP, e a Confederação Nacional dos Municípios (CNM). O encontro foi um desdobramento das discussões iniciadas na reunião do CAF, realizada dia 19 de novembro, e teve como objetivo avançar nas propostas dos municípios para o projeto de lei ■

Fórum de Desenvolvimento: Executiva traça metas para 2016

Integrantes da Comissão Executiva Nacional do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Desenvolvimento estiveram na sede da FNP, em Brasília (DF), nos dias 15 e 16 de dezembro, para alinhar o planejamento das atividades que irão desenvolver em 2016. Na programação do grupo esteve um encontro com o diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, no dia 16 de dezembro, para traçar, em conjunto com a FNP, as atividades do Fórum em 2016.

Essa parceria tem como objetivo ampliar e fortalecer as estratégias de fomento aos



pequenos negócios locais e a melhoria do ambiente de negócios, além da realização do IV Encontro dos Municípios com o De-

envolvimento Sustentável (EMDS), já consolidado como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país ■

Governo Federal convoca prefeitos para a luta contra o Zika Vírus



Reunida com governadores de diversos estados brasileiros e com diri-

gentes de entidades municipalistas, entre elas a FNP, a presidente Dilma

Rousseff anunciou como medida de combate ao Zika Vírus a elaboração de uma campanha nacional. A audiência ocorreu no dia 8 de dezembro, no Palácio do Planalto.

No que tange a campanha nacional, o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, explicou que está sendo criada uma grande operação, com uma sala de atuação federal, envolvendo todos os estados, municípios e organismos envolvidos no combate. “A guerra é contra o mosquito”, disse.

Além do prefeito Marcio Lacerda, a FNP também esteve representada pelo prefeito de Aparecida de Goiânia (GO), Maguito Vilela, 2º vice-presidente Nacional ■

Encerrado o primeiro projeto de prevenção à exploração sexual



Encerrou-se oficialmente, no dia 16 de dezembro, o primeiro projeto realizado pela FNP e Iscos Piemonte, cofinanciado pela União Europeia para ações em rede de proteção a crianças e adolescentes durante grandes eventos. A cerimônia oficial de encerramento foi feita no dia 4 de dezembro, durante uma visita técnica de gestores e secretários de políticas para a proteção de infância e adolescência das cidades que foram sede da Copa do Mundo que participaram do projeto, no Rio de Janeiro (RJ).

Realizado pela FNP e a instituição italiana ISCOS Piemonte e cofinanciado pela União Europeia por meio do programa de cooperação “100 cidades para 100 projetos Itália-Brasil”, o projeto foi desenvolvido durante a Copa do Mundo de Futebol, no Brasil, com início em junho de 2013 e vigência de 30 meses. O projeto também contou com a participação do Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI/CN), e a coordenação do prefeito de Curitiba (PR), Gustavo Fruet, atual vice-presidente

de Urbanismo e Licenciamento da FNP.

Durante a cerimônia de encerramento, foi apresentado o Relatório Final de Projeto, redigido pelos representantes de cidades que foram sede da Copa do Mundo - Belo Horizonte (MG), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP), e, como observador, a cidade de Cariacica (ES), por meio do vice-presidente de Esportes da FNP, Juninho.

Além de Battisti e do prefeito Juninho, a cerimônia de encerramento teve a presença do secretário nacional de Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Rodrigo Torres; o vice-prefeito do Rio de Janeiro, Adilson Nogueira Pires; o Chefe da Seção de Desenvolvimento e Cooperação da União Europeia no Brasil, Thierry Dudermeil; Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, Mario Sergio Pinheiro e o prefeito de Tanguá, Valber Luiz Marcelo de Carvalho ■

FNP e Sebrae firmam novo convênio no Palácio do Planalto

Com o objetivo de ampliar e fortalecer as estratégias de fomento aos pequenos negócios locais e a melhoria do ambiente de negócios, a FNP e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) firmaram uma nova parceria. A assinatura do 5º convênio entre as entidades ocorreu no dia 9 de dezembro, no Palácio do Planalto.

Segundo o prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, presidente da FNP, essa parceria também tem o propósito de dar continuidade às ações de melhoria do ambiente de negócios, fortalecendo a desburocratização e a simplificação do registro e da legalização de empreendedores, tão importantes para o desenvolvimento do nosso país.

Lacerda falou, ainda, sobre o empenho dos prefeitos para a nova lei do Supersimples. “A FNP tem ouvido os Fóruns Municipais de Secretários de Desenvolvimento



Econômico, de Procuradores e de Secretários de Finanças das Capitais para avançar nas propostas para essa nova legislação e fortalecer o Simples Nacional e os pequenos empreendedores”, contou.

Para o diretor-presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, uma das importâncias desse convênio é a oportunidade de, por meio da FNP, difundir a RedeSimples para todo o Brasil. “A Redesim passa a ser agora RedeSimples. E esse novo mecanismo será levado a sério por toda a rede Sebrae com afinco, e por isso a importância da parceria com a FNP”

EMDS

Com três edições realizadas, o Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável (EMDS) está consolidado como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país. Por meio do convênio firmado entre a FNP e o Sebrae será realizado o IV EMDS, que será norteado por assuntos fundamentais para o desenvolvimento sustentável dos municípios brasileiros ■

FNP pede mudanças na PEC da Desvinculação de Receitas da União

A FNP solicitou o apoio do deputado Laudívio Carvalho, relator da Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 4/2015, para mudanças na matéria. A sugestão da entidade é que a prorrogação da vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU), prevista na PEC, seja estendida também aos municípios. A PEC aguarda deliberação na

Comissão Especial. A solicitação foi realizada no dia 11 de dezembro.

O objetivo do pedido da entidade é contribuir com a flexibilização da execução orçamentária dos municípios, para que não interrompam serviços essenciais à população ao atravessar o momento adverso por qual passa a economia do país.

A PEC

Originalmente, a proposta prorroga a vigência da DRU até 31 de dezembro de 2019 e também propõe a retirada escalonada da incidência da desvinculação de receita da arrecadação das contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social ■

OCPF sedia workshop sobre “Planejamento para sustentabilidade”



Representantes da FNP participaram, no dia 8 de dezembro, na sede do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), em São Paulo (SP), do workshop de restituição do projeto “Planejamento para Sustentabilidade” – governança dos serviços de saneamento ambiental: capacitação e fortalecimento institucional para

os consórcios públicos no Brasil.

Com o workshop foi encerrada a edição 2015 “Planejamento para a Sustentabilidade” do curso de capacitação realizado pela organização italiana Hydroaid em parceria com a FNP e Ministério das Cidades e cofinanciado pelo consórcio público italiano ATO3 - Autorità d’Ambito Torinese. O

curso tem o objetivo de fornecer ferramentas práticas e técnicas para a gestão e planejamento das questões ambientais em escala urbana, incluindo princípios fundamentais e orientações úteis para o desenvolvimento e implementação de planos para gestão municipal e em nível de consórcio de serviços de saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU). O grupo de gestores municipais e de consórcios públicos reunido na sede do OCPF produziu um documento de conteúdo sobre gestão de saneamento e resíduos disponível no site da FNP.

Em 2015, foram capacitados através de formação a distância 65 técnicos de municípios e consórcios brasileiros. Deles participaram de visita técnica às instalações da cidade italiana de Turim, no mês de novembro. No total desde 2005 até hoje o programa capacitou mais de 600 técnicos e gestores brasileiros ■

Reivindicação da FNP é atendida e orçamento do Bolsa Família é aprovado sem cortes

Sem o corte de R\$ 10 bilhões no orçamento do Bolsa Família para o ano de 2016, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou no dia 16 de dezembro, a proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/15). A manutenção do valor em R\$ 28,1 bilhões atende a uma reivindicação de dirigentes da FNP.

Preocupados com o impacto recessivo que seria gerado com a diminuição do valor destinado ao programa, os prefeitos de Belo Horizonte (MG) e Carapicuíba (SP), Marcio Lacerda e Sergio Ribeiro, presidente e vice-presidente

de Cidades com Alta Vulnerabilidade da FNP, encaminharam, no dia 14 de dezembro, um ofício ao deputado Ricardo Barros, relator na CMO, pedindo que reconsiderasse a redução.

O apelo dos prefeitos foi no sentido de sensibilizar o relator quanto à importância do programa, principalmente para os municípios mais vulneráveis. Em termos gerais, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de outubro de 2013, cada R\$ 1 investido no Bolsa Família gera, em média, R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto

(PIB). Considerando esses números, o corte de R\$ 10 bilhões causaria um déficit de R\$ 17,8 bilhões na economia do país. De acordo com o governo federal, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família em todo o Brasil.

Proposta orçamentária - O PLN 7/15 prevê despesas da ordem de R\$ 3 trilhões no próximo ano e foi elaborado prevendo o superavit primário de R\$ 24 bilhões para o governo federal. Para estados, Distrito Federal e municípios o valor é de R\$ 6,5 bilhões ■

Marco Regulatório das ONGs tem novo prazo para implantação

Tema recorrente na pauta dos prefeitos, a Lei que determina novo prazo para implantação das determinações do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil foi sancionada pela presidente da República, Dilma Rousseff, e publicada no Diário Oficial da União (DOU), do dia 15 de dezembro. A lei nº 13.204 estabelece as novas regras das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

O texto manteve a possibilidade de que entidades com diretoria composta por detentores de mandato eletivo possam celebrar parcerias com a administração pública, desde que o dirigente não seja simultaneamente

representante das duas partes. Esse item foi uma reivindicação da FNP, que é gerida exclusivamente por prefeitos em exercício dos mandatos.

Outra reivindicação da FNP sobre a matéria foi sobre o prazo de aplicação da lei nos

municípios. De acordo com a lei sancionada, as novas regras podem ser aplicadas nos municípios a partir de 1º de janeiro de 2017, no entanto aqueles que já estiverem aptos podem aplicá-las já em 2016. Essa foi uma das questões debatidas durante a 68ª Reunião Geral da FNP, realizada em outubro deste ano. Na ocasião, a plenária deliberativa de prefeitos levantou a preocupação sobre o impacto orçamentário que causaria se a entrada em vigor da nova legislação ocorresse em janeiro de 2016. Nesse sentido, a FNP encaminhou ofício ao Congresso Nacional e ao governo federal pedindo que o início da vigência fosse adiado para janeiro de 2017 ■



Prefeitos contribuem para o documento sobre mudanças climáticas na COP 21



Prefeitos brasileiros participaram da 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21), que aconteceu em Paris (França), de 30 de novembro a 11 de dezembro. Na ocasião, autoridades internacionais reconhecem a importância dos governos locais para o enfrentamento do aumento da temperatura na Terra.

Entre os destaques da COP 21 esteve a Cúpula Climática, realizada no dia 4. O encontro dedicado a líderes locais, em busca do comprometimento com a redução das emissões de gases de efeito estufa, foi o momento em que prefeitos e outros líderes políticos consolidaram uma carta para influenciar as negociações expondo o ponto de vista municipalista. O documento, aclamado por mais de 1000 líderes locais, foi entregue ao ministro de Relações Exteriores da França e presidente da COP 21, Laurent Fabius, no dia 5.

Segundo a prefeita de Paris, Anne Hidalgo, a humanidade deve adaptar-se e limitar o aquecimento global. “Nós trazemos uma contribuição decisiva na negociação e juntos podemos representar 50% da solução”, falou a prefeita anfitriã em referência ao papel dos prefeitos.

Como resultado da Cúpula Climática, prefeitos entregaram secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban-ki Moon, o documento Declaração de Paris, no qual mais

de 400 cidades do mundo se comprometeram a reduzir as emissões do dióxido de carbono (CO₂) até 2030 (a íntegra do documento está disponível no site www.fnp.org.br).

A comitiva de governantes locais brasileiros em Paris foi composta pelo prefeito Marcio Lacerda (Belo Horizonte/MG), presidente da FNP; Eduardo Paes (Rio de Janeiro/RJ), vice-presidente de Relações com o Congresso Nacional; Carlos Amastha (Palmas/TO), vice-presidente Estadual de Tocantins; e Antônio Luiz Carvalho Gomes (Itu/SP) e a vice-prefeita de São Paulo (SP), Nádia Campeão.

Além dos brasileiros, outros governantes locais de diversas partes do mundo participaram da Cúpula, entre eles Piero Fassino (Turim - Itália), Manuela Carmena (Madrid - Espanha), Ada Colau (Barcelona - Espanha) e Mitch Landrieu (Nova Orleães - EUA).

Iniciativa dos Governos Locais no combate à adaptação às mudanças climáticas

A programação sugerida pela FNP aos prefeitos teve início no dia 3 de dezembro, com uma agenda proposta pela entidade, em parceria com o ministério do Meio Ambiente e com a Embaixada do Brasil na França. Na ocasião, a delegação brasileira apresentou iniciativas locais de combate e adaptação às mudanças climáticas e de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no âmbito municipal.

Nesse sentido, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, citou o EMDS e o Fórum Vida Urbana, ambos eventos promovidos pela FNP, como iniciativas importantes para discutir sobre adaptação e mitigação dos problemas enfrentados pelos municípios com as mudanças climáticas. “A ideia da reunião é aproveitar os vários quórums para o diálogo e engajamento dos prefeitos, ainda mais diante da situação que estamos vivendo no município de Mariana, pela questão do desastre ocasionado pela mineradora Samarco”, disse.

Para o presidente da FNP,

não apenas o governo brasileiro, mas também autoridades mundiais, como o papa Francisco, que recebeu, em julho deste ano, prefeitos de diversas partes do mundo, reconhecem a importância das cidades para a tomada de decisões globais. “A conclusão é que mesmo que os governos, a nível global, não alcance os acordos necessários, há muito o que fazer nas cidades em relação ao problema dos gases de efeito estufa”, disse.

Segundo o prefeito Marcio Lacerda, 60% dos gases de efeito estufa saem das regiões urbanas. “Naturalmente decisões de caráter macroeconômico e de política energética internacional precisam ser tomadas. O Brasil já deu um avanço importante na questão da redução do desmatamento, mas ainda há muito o que fazer”, concluiu.

Encontro de prefeitos e prefeitas da América Latina

Representantes de 56 cidades latino americanas, entre eles 28 prefeitos, estiveram reunidos no âmbito da COP 21, para consolidar posicionamentos conjuntos e construção de articulações para que a realidade da América Latina esteja representada em instituições e encontros globais.

Segundo Nádia Campeão, a realidade das cidades latino americanas precisa chegar de forma coesa e ter visibilidade. “Todas essas articulações que realizamos nos últimos anos podem fazer com que essa representação seja mais forte”, disse. A vice-prefeita de São Paulo falou, ainda, sobre a Rede Mercocidades, da qual o prefeito da capital paulista, Fernando Haddad, 1º vice-presidente da FNP, acaba de assumir presidência. “Estamos aqui com grande parte da diretoria. A prefeita Mónica Fein (Rosário, na Argentina) que representa justamente a vice-presidência ligada às questões ambientais e mudanças climáticas”, considerou.

Compacto de prefeitos

“Se dermos suporte às cidades médias



tenho 100% de certeza que os problema de inchaço das grandes cidades irá se desfazer.” A frase foi dita pelo prefeito Carlos Amastha, vice-presidente Estadual da FNP, no Compacto de Prefeitos, realizado no dia 7.

Em sua intervenção, o prefeito destacou

a importância das cidades médias fazerem seus planejamentos urbanos de forma adequada e citou a capital do Tocantins como exemplo. “Nós sabemos que na América Latina mais de 80% da população vive nas cidades. A boa notícia é que 65% dessas pessoas vivem em cidades médias”, falou.

Na oportunidade, Amastha também citou sua participação em um evento preparatório para a reunião da ONU-Habitat III, em Cuenca (Equador). “Vou repetir o que disse em Cuenca, nesta sala: hoje não é mais o tempo das nações, mas sim o tempo das cidades”, concluiu ■

Decreto regulamenta troca de indexador de dívidas

O governo federal publicou, no dia 29 de dezembro, o Decreto nº 8.616/2015. O texto dispõe sobre os requisitos exigidos para que os municípios façam a adesão à troca do indexador das dívidas entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios. Até o dia 31 de janeiro, de acordo com a Lei Complementar 151/2015, a União teria que regulamentar a troca do indexador.

O indexador das dívidas de estados e municípios com a União foi alterado por meio da Lei Complementar nº 148/2014, aprovada em novembro de 2014. Dessa forma, as dívidas

que eram corrigidas pelo IGP-DI + entre 6% e 9% ao ano, passam a ser calculadas pela taxa Selic ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (o que for menor) + 4% ao ano.

Para efetivar a troca do indexador serão celebrados termos aditivos aos contratos já firmados com a União, e os municípios deverão apresentar autorização legislativa, conferência e concordância com os cálculos a serem fornecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, cumprir as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e desistir de

ações judiciais sobre o tema. Esse aditamento pode ser feito a qualquer momento, não se restringindo ao prazo de 31 de janeiro de 2016.

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, a vigência do novo indexador se dará a partir do primeiro dia do mês subsequente à celebração dos termos aditivos. O Tesouro Nacional informou que serão encaminhados, até o dia 15 de janeiro, aos 180 municípios que possuem esse tipo de dívida com a União, o cálculo do novo saldo devedor e os novos valores das parcelas para que esses entes possam realizar suas conferências ■

Em Paris, prefeito de Mariana busca apoio técnico de instituições internacionais

“Nós precisamos pensar na cidade como um todo, como um futuro. Agora é a hora de dar o primeiro passo”. A frase do prefeito de Mariana (MG), Duarte Júnior, vice-presidente de Desastres Ambientais da FNP, resume um dos propósitos do governante na viagem a Paris (França), para a 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP21). O prefeito foi a Paris por meio da parceria da FNP com o Fundo Mundial para o Desenvolvimento das Cidades (FMDV), em busca de apoio técnico para a reconstrução das cidades atingidas com o rompimento da barragem Fundão, em novembro de 2015.

Reunião com instituições internacionais

Duarte Júnior esteve reunido com representantes de diversas instituições internacio-

nais. O objetivo foi discutir possíveis soluções para o enfrentamento dos desafios relativos ao desastre ambiental e socioeconômico que atingiram os municípios mineiros e capixabas, com o rompimento da barragem Fundão.

Na ocasião, ficou acordada a instituição de um comitê, que reunirá diferentes instituições a fim de dar prosseguimento para a reconstrução dos municípios. O desdobramento desta proposta se dará no Brasil.

Participaram da reunião representantes do ministério de Relações Exteriores da França, e de instituições como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), World Resources Institute (WRI), Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade, FMDV, Fundação Avina, Geenpeace,



Agence Française de développement (AFD) e Cités Unies France.

Mariana como patrimônio da humanidade

Dando continuidade a agenda, o prefeito também se reuniu com a Representante Permanente do Brasil junto à Unesco, Eliana Zugaib, com o objetivo de trabalhar para que Mariana torne-se patrimônio da humanidade, reconhecido pela Unesco ■

Coflex aprova projetos de financiamentos externos aos municípios

A Comissão de Financiamentos Externos (Coflex) aprovou no dia 15 de dezembro, 14 projetos de financiamentos externos para estados e municípios. De acordo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), as propostas pleiteadas por estados e municípios a organismos multilaterais e agências bilaterais de crédito somam investimentos de US\$ 1,41 bilhão.

Essa decisão configura uma importante vitória para os municípios brasileiros que, articulados pela FNP, têm participado de reuniões com representantes do governo federal em busca de celeridade na aprovação das operações. O objetivo é garantir a viabilidade de obras e projetos em seus municípios.

Ainda conforme dados do MPOG, os projetos tratam de infraestrutura viária (US\$

200 milhões), saneamento (US\$ 54 milhões), educação (US\$ 250 milhões), desenvolvimento social (US\$ 320 milhões) e desenvolvimento urbano (US\$ 588 milhões).

Para viabilizar operações de crédito internacionais de vários municípios, a FNP manteve contato permanente com o Congresso Nacional, Casa Civil, Tesouro Nacional e Subchefia de Assuntos Federativos ■



III EMDS recebe mais de 9,4 mil pessoas

Consolidado como o maior evento sobre sustentabilidade urbana do país, o III Encontro dos Municípios com Desenvolvimento Sustentável (EMDS), com o tema “Nova governança federativa e o papel das cidades no Brasil e no mundo”, bateu todos os recordes das edições anteriores.

Realizado entre os dias 7 e 9 de abril de 2015, a terceira edição do evento, promovido pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às

patentes tiveram oportunidades para compartilhar experiências, ter acesso a boas práticas de municípios com diferentes realidades, reunir informações sobre temáticas importantes, além de integrar debates e palestras.

Com um formato dinâmico e inovador, as atividades realizadas durante o III EMDS foram divididas em quatro Arenas de Diálogo, 13 sessões TED-alike, 13 Salas Temáticas, 28 eventos parceiros, além da Praça de Boas Práticas e o Ponto de Encontro. Um pavilhão de exposições também foi montado para que

patrocinadores e parceiros divulgassem seus produtos e serviços no Encontro.

Na pauta, foram realizados debates sobre o enfrentamento da crise hídrica e os desafios ambientais urbanos, o combate e a prevenção à corrupção, os modelos de mobilidade urbana, a saúde pública, os desafios



Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), reuniu 9.458 participantes, enquanto as edições anteriores somaram aproximadamente 5,9 mil participantes.

Atraídos por uma pauta construída a partir das demandas municipais, os partici-

dos municípios do g100, o empreendedorismo local, o desequilíbrio das finanças municipais, a geração de trabalho, emprego e renda, entre outros.

Durante os dias de atividades, foram 1.507 municípios representados, 355 pa-

lestrantes e debatedores, 109 instituições nacionais e internacionais apoiadoras e 17 delegações estrangeiras dos cinco continentes. Participaram também três governadores, 15 ministros, 52 deputados e senadores e 125 vereadores.

Estiveram presentes ainda secretários de governo, técnicos, pesquisadores e estudantes. Em 2015, o número de prefeitos presentes foi de 512, superando os 345 da edição passada, em 2013. Isso representa um crescimento de 32%.

A satisfação dos inscritos também ficou evidente e comprovou o esforço das equipes de mobilização e organização. Uma pesquisa de avaliação realizada no pós-evento contou com a participação de cerca de 700 pessoas. No total, 96,1% dos inscritos que responderam o questionário afirmaram que estariam presentes na quarta edição do evento. Além disso, 89% do público ouvido considerou como boa ou ótima a grade de programação.

O III EMDS também foi palco da eleição e posse da diretoria da FNP para o biênio 2015/2016. O prefeito de Belo Horizonte (MG), Marcio Lacerda, é o sucessor de José Fortunati, prefeito de Porto Alegre (RS), na presidência da entidade ■





Reunião com a presidente Dilma Rousseff

Os grandiosos números do III EMDS e o trabalho de articulação realizado pela parceria da FNP com o Sebrae resultaram em uma série conquistas. A principal delas foi a reunião de trabalho realizada entre a diretoria executiva da FNP e a presidente Dilma Rousseff, o vice-presidente Michel Temer e os ministros Aloizio Mercadante (Casa Civil), Joaquim Levy (Fazenda), Nelson Barbosa (Planejamento).

A audiência teve duração de quase três horas. Na oportunidade, a presidente sinalizou apoio a um dos maiores pleitos da FNP, a composição de uma mesa federativa permanente de diálogo com prefeitos e governadores para tratar de temas conjuntos.

Após o encontro, a diretoria executiva da FNP já se reuniu outras vezes com o vice-presidente para consolidar a proposta e dar andamento à iniciativa.

Outro projeto defendido pela FNP que recebeu sinal verde da presidente Dilma foi a revitalização do Comitê de Articulação Federativa (CAF)■



Com o objetivo de compartilhar informações sobre os municípios brasileiros, a FNP trabalha com alguns instrumentos de comunicação, publicações como a Revista do g100 e os anuários Multicidades e Finanças dos Municípios Paulistas.

A entidade também produz o Jornal FNP, com uma tiragem mínima de 10 mil exemplares por mês. A publicação mensal substituiu o Informativo da FNP, em julho de 2015, na edição 80, passando do formato tablete para o tablóide. Resultado de um estudo criterioso sobre o papel que representa como fonte de informação para as administrações municipais de todo o país, o novo Jornal da FNP ganhou mais espaço para textos e fotos.

A FNP mantém ainda atualizados dois portais na internet, o da própria entidade e um voltado para o maior encontro de sustentabilidade urbana do país, EMDS. Mais de mil matérias jornalísticas foram publicadas nos dois sites em 2015.

Nas mídias sociais da FNP, o trabalho, ao longo de 2015, foi desempenhado com o objetivo de divulgar a atuação da entidade tanto nas demandas do municipalismo, quanto no que diz respeito à missão e valores institucionais. Os resultados desse trabalho podem ser mensurados, sobretudo, considerando o aumento no número de fãs e seguidores.



FACEBOOK – FANPAGE FNP

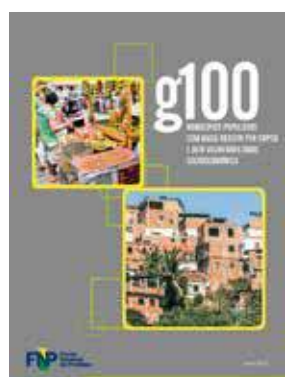
660 POSTS (MÉDIA DE 55 POR MÊS)
2.364 NOVOS FÃS – AUMENTO DE 87,65%
(JAN DE 2015: 2.697 / DEZ DE 2015: 5.061)

FACEBOOK – FANPAGE EMDS

384 POSTS (MÉDIA DE 32 POR MÊS)
7.540 NOVOS FÃS – AUMENTO DE 522,5%%
(JAN DE 2015: 1.443 / DEZ DE 2015: 8.983)

TWITTER FNP

- 978 TWEETS:
- 9.895 VISITAS AO PERFIL
- 403 NOVOS SEGUIDORES
AUMENTO DE 36,9%
(JAN DE 2015: 1090 / DEZ DE 2015: 1493)
- IMPRESSÕES: 260.400
- MENÇÕES: 563



Lançado durante o III EMDS, em abril de 2015, o mais recente publicação do g100 (grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes, baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica), traz, entre seus principais destaques, o projeto de fortalecimento institucional do grupo, realizado em parceria com a União Europeia (UE), que aportou cerca de 460 mil euros em recursos. O projeto é uma iniciativa da FNP, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Caixa Econômica Federal.

A “Multi Cidades – Finanças dos Municípios Brasileiros”, já em sua 10ª edição, é uma publicação anual lançada em 2008, como um instrumento de avaliação e divulgação das contas públicas municipais. Oferece uma visão abrangente do desempenho dos principais componentes das finanças municipais (receitas, despesas, indicadores financeiros e orçamentários). A publicação, com informações referentes ao ano de 2013 (dados disponíveis mais atualizados), teve uma tiragem de 10 mil exemplares e distribuição gratuita entre os poderes públicos dos três níveis de governo. A Multi Cidades tornou-se um indispensável instrumento de consulta para a construção de um planejamento orçamentário eficaz.

Uma queda na receita do conjunto das cidades paulistas, em 2014, foi o que apontou o 13º Anuário de Finanças dos Municípios Paulistas, publicação lançada em março de 2015. É fonte de consulta para os gestores públicos de São Paulo e aos interessados na evolução das finanças municipais. Por ser um instrumento de transparência e pesquisa, a publicação permite às gestões municipais uma autoavaliação e a comparação entre cidades.

CARTA DO III ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Prefeitos e prefeitas da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), diante dos desafios das cidades e do país, manifestam-se:

1 – Nos últimos 30 anos, o Brasil tem construído os pilares do pleno exercício da democracia, da estabilidade econômica e dos avanços sociais. Não iremos, em hipótese alguma, abrir mão dessas conquistas, pois elas são essenciais para construirmos cidades cada vez melhores para se viver;

2 – A FNP defende o pleno direito de manifestação pública e a liberdade de expressão de todos os setores da sociedade, mas reprova veementemente qualquer proposta de rompimento da ordem institucional democrática ou de teses que não encontram amparo na Constituição Federal;

3 – Reconhecemos as dificuldades econômicas pelas quais o Brasil atravessa, reflexo em larga medida da persistente crise mundial iniciada em 2008. Desde então, prefeitos e prefeitas de todo o Brasil têm dado sua parcela de contribuição no enfrentamento dessa situação, e, dessa forma, apóiam e praticam, no âmbito das suas atribuições, os preceitos da responsabilidade fiscal;

4 – É preciso, contudo, que esse zelo pelo equilíbrio fiscal leve em consideração as possibilidades e capacidades de cada ente federado. Os municípios já enfrentam um descompasso crescente entre a expansão dos serviços públicos e das despesas, e o comportamento modesto das receitas públicas;

5 – Os municípios brasileiros encontram-se, portanto, diante do grande desafio de compatibilizar a voz das ruas, que legitimamente demanda mais e melhores serviços, em especial nas áreas de saúde, educação e mobilidade urbana, e o cenário de ajustes e restrições econômicas e fiscais;

6 – A FNP conclama os governos federal, estaduais e municipais, partidos políticos, instituições públicas e privadas, organizações da sociedade civil à defesa dos seguintes pontos:

- a) retomada do crescimento econômico do país, com a preservação da estabilidade macro-econômica e das políticas e direitos sociais;
- b) avanço e aprimoramento das políticas de combate às desigualdades sociais e às iniquidades entre municípios e regiões;
- c) construção de um pacto federativo de prevenção e combate à corrupção, que envolva a União, estados e municípios, articulando ações, trocando informações estratégicas e compartilhando tecnologias para o cerco aos desvios e ao desperdício;
- d) fomento ao empreendedorismo como estímulo à geração de emprego e renda e fortalecimento da economia nacional;
- e) ampliação dos canais de diálogo e participação popular;
- f) realização de uma ampla reforma federativa que compatibilize recursos e responsabilidade entre os entes federados;
- g) instituição de mesa federativa plena que promova o diálogo permanente entre governos federal, estaduais e municipais;
- h) aumento do protagonismo dos municípios nos debates em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e da Conferência Habitat III.

Brasília, 09 de abril de 2015
Frente Nacional de Prefeitos

CARTA DOS PREFEITOS AOS TRÊS PODERES DA UNIÃO

À Exma Senhora Dilma Rousseff
M.D. Presidente da República

Ao Exmo Senhor Renan Calheiros
M.D. Presidente do Congresso Nacional

Ao Exmo. Senhor Ricardo Lewandowski
M.D. Presidente do Supremo Tribunal Federal

O delicado momento econômico, social e político que o Brasil e o mundo atravessam tem evidenciado a importância do protagonismo das autoridades locais nas decisões nacionais e globais. Diversos episódios comprovam essa tendência internacional: a recente audiência de 60 prefeitos das principais cidades do mundo com o Papa Francisco; a inclusão do tema urbano nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - “Fazer cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis” e a forte expectativa pela participação e contribuição dos governantes locais na 21ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 21), em dezembro, em Paris. Essa realidade complexa exige que autoridades nacionais, regionais e locais trabalhem, cada vez mais, unidas no compromisso comum com os seus cidadãos.

Nesse contexto, nós, prefeitos e prefeitas, eleitos por diversos partidos políticos, reunidos na 68ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), destacamos a necessidade do enfrentamento de questões urgentes e estruturantes no Brasil para a superação dos desafios que ameaçam comprometer os avanços sociais arduamente conquistados nas últimas décadas.

O país atravessa uma crise geral de confiança na capacidade de seus líderes reinventarem os caminhos da Nação. Nós, prefeitos e prefeitas, em contato diário com os cidadãos, sentimos a decepção, a angústia e perplexidade de esperanças frustradas. Nesse cenário, projetos político-partidários desvinculados de estratégias de desenvolvimento econômico e social não geram credibilidade.

Mas percebemos também a oportunidade de mobilização na sociedade a favor de atitudes e medidas, de todos os Poderes, capazes de demonstrar que o Estado brasileiro é de fato aliado da Nação.

É necessário, portanto, reunir esforços visando à construção de um ambiente de respeito, legitimidade e confiança interinstitucional, tanto na esfera econômica como na esfera política.

Retomar o crescimento econômico é condição necessária e indispensável para promover o reequilíbrio fiscal e para preservar o protagonismo econômico e político de nosso país no cenário internacional. É indispensável tomar medidas de equilíbrio monetário, com sustentabilidade fiscal no médio e longo prazo, que tenham como objetivo o crescimento econômico.

É imprescindível, também, que todos assumamos nossa responsabilidade política perante o País. Transparência e qualidade no gasto público, prevenção e combate à corrupção, são condições essenciais de governança para a construção de um ambiente para a diminuição das desigualdades sociais e iniquidades regionais, bem como para o contínuo avanço do bem-estar de nossos cidadãos. Corte de privilégios e de ganhos incompatíveis com o tamanho do PIB seriam um bom começo.

Nos momentos de retração econômica, com as receitas públicas apresentando comportamento frustrante, o desequilíbrio federativo traz à tona problemas conjunturais e estruturais extremamente graves. O anuário “Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil”, ano 10, uma publicação da Frente Nacional de Prefeitos, revela que entre 2000 e 2013 os municípios aumentaram discretamente sua fatia na receita total disponível do país de 17,9% para 18,4%. Entretanto, as despesas passaram de 7,9% para 13,7% do total das despesas dos entes federados. Ou seja, enquanto a receita do conjunto dos municípios cresceu meio ponto percentual, as despesas aumentaram 5,8 pontos, indicando um crescente e indesejável desequilíbrio nas contas locais.

Lembramos que, para buscar alternativas à crise e seus desdobramentos nos estados e municípios, a FNP propõe, desde 2014, a instituição de uma mesa federativa plena, reunindo União, estados e municípios para a construção e pactuação de decisões estratégicas sobre agendas comuns, tais como mobilidade urbana e metropolitana, crise hídrica e financiamento da saúde.

Para complementar esses apontamentos iniciais, propomos a seguir medidas urgentes e estruturantes que julgamos importantes para a superação dessa conjuntura adversa.

Medidas urgentes

A saúde pública brasileira está subfinanciada. Segundo a OCDE, em 2013, enquanto no Brasil o gasto público em saúde

per capita foi de US\$ 525, em países que também mantêm sistema universal de atendimento, o gasto público per capita foi US\$ 3.985 no Canadá, US\$ 3.740 na França, US\$ 6.131 na Suíça e US\$ 3.004 no Reino Unido.

Os municípios, responsáveis diretos por implantar a grande maioria das políticas do Sistema Único de Saúde (SUS), são os que sentem primeiro, e com mais intensidade, os efeitos da crise de financiamento e a pressão por melhorias na qualidade dos serviços. Assim, para consolidar o SUS como uma ação universal, integral e equânime, bem como, evitar retrocessos nos avanços até aqui obtidos, é preciso encontrar novas fontes de recursos e assim enfrentar o seu inquestionável subfinanciamento.

Nos últimos 10 anos as despesas com saúde realizadas pelos municípios cresceram num ritmo muito mais acelerado do que as realizadas pelos estados e pela União. A Constituição determina que os municípios devem aplicar 15% das suas receitas vinculadas em saúde. Em 2002 aplicavam, em média, 16,5%. Esse percentual vem crescendo a cada ano, tendo alcançado 22,1% em 2013. Esse comportamento compromete a capacidade de alocação de mais recursos para a saúde nas grandes, médias e pequenas cidades. Além disso, a proposta de orçamento da União para 2016, quando evidencia não haver recursos para custear um quarto das despesas com saúde durante o ano, não deixa dúvidas quanto à necessidade urgente de construir alternativas.

Sendo assim, nós, prefeitos e prefeitas da FNP, apoiamos a criação de novas fontes exclusivas para o financiamento da saúde que permitam à federação oferecer os serviços públicos em saúde que a Constituição determina e os cidadãos legitimamente demandam. Há que se considerar que a demanda da população por serviços de saúde é crescente, em decorrência do seu envelhecimento e das transições epidemiológica e nutricional.

A recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de iniciativa do Governo Federal, pode ser uma dessas fontes, desde que seja exclusivamente destinada ao custeio da saúde e desde que compartilhada com os municípios.

Caso o Congresso Nacional aprove uma alíquota de 0,38%, defendemos que sejam destinados 0,17% para a União, 0,09% para os estados e 0,12% para os municípios. Caso essa proposta prospere, os municípios receberiam novos R\$ 19,2 bilhões para a saúde. Esta proporção de partilha entre União, estados e municípios reflete os valores efetivamente aplicados em saúde por cada ente federado.

Quanto ao critério de distribuição entre os municípios, propomos que os recursos destinados a esses entes federativos sejam divididos da seguinte forma: destinação para todos os municípios brasileiros de R\$ 10 mil mensais por cada equipe do Programa de Saúde da Família (PSF) implantada. Esse valor aproximado é o déficit mensal que os municípios têm com a manutenção de cada equipe de saúde da família. Em 98% dos municípios brasileiros o programa está em funcionamento, atendendo 63% da população brasileira por meio de aproximadamente 40 mil equipes. Ou seja, seriam necessários cerca de R\$ 4,8 bilhões para equilibrar as despesas desse serviço público essencial e poupador de recursos para os atendimentos mais complexos, e onerosos.

Propomos que os recursos restantes, cerca de R\$ 14,4 bilhões, sejam partilhados na proporção direta da população SUS dependente de cada município brasileiro. Segundo dados do Ministério da Saúde, em média, 75% da população brasileira dependem exclusivamente do atendimento do SUS. Com essa metodologia de divisão os recursos advindos da CPMF serão aplicados nos municípios nas suas atribuições constitucionais prioritárias.

Para além do financiamento, os entes federados têm papel fundamental no aperfeiçoamento da gestão para a melhoria da qualidade do gasto em saúde. É necessário um esforço conjunto para o uso de novas tecnologias de controle, evitando desperdícios. É preciso prevenir e combater a corrupção também no âmbito da saúde pública, como a compra irregular e desnecessária de órteses e próteses. Para esse enfrentamento contamos com a atuação imprescindível do Poder Judiciário.

Além disso, é fundamental investirmos ainda mais em ações voltadas para a promoção da educação em saúde, contribuindo para reduzir os principais fatores de risco para as doenças não transmissíveis, incentivando alimentação e hábitos saudáveis de vida, prevenindo e reduzindo a gravidade de muitas doenças, e da educação no trânsito, minimizando os elevados custos dos acidentes para o sistema de saúde público, além dos custos sociais decorrentes das incapacidades temporárias e definitivas.

Os governantes enfrentam, ainda, a constante e crescente judicialização das políticas públicas, que tem impactado fortemente as finanças municipais, especialmente nas áreas de saúde e educação. Por isso, é necessário balizar o relacionamento do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Judiciário com a administração pública para a construção de um ambiente institucional colaborativo que atenda aos direitos e garantias fundamentais. Os prefeitos e prefeitas da FNP deliberaram elaborar Proposta de Emenda à Constituição que preserve a autonomia municipal frente às contínuas intervenções do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Poder Judiciário em geral.

Outra medida urgente é a construção de proposta para superar o desafio federativo do pagamento de precatórios. A PEC

CARTA DOS PREFEITOS AOS TRÊS PODERES DA UNIÃO

74/2015, que tramita na Câmara dos Deputados, é uma oportunidade de solução desse impasse, viabilizando pagamentos e atendendo o legítimo direito dos credores. Essa medida se faz necessária, inclusive, para que não tenhamos em 2016 a volta dos seqüestros de valores sobre as contas municipais.

Nesse sentido, o acesso dos municípios aos depósitos judiciais, autorizados pela LC 151/2015, poderá auxiliar no pagamento de precatórios, dívida pública fundada, despesas de capital e recomposição dos fluxos de pagamento e do equilíbrio atuarial dos fundos previdenciários. É preciso pactuar com o Tribunal de Justiça de cada estado um cronograma para o acesso dos municípios a esses recursos.

Sempre atentos ao necessário equilíbrio fiscal, e reconhecendo o papel estratégico da educação pública para o país, os prefeitos e prefeitas da FNP defendem a formação e a valorização dos profissionais de educação como um desafio permanente. Por isso, para zelar pelo equilíbrio federativo das contas públicas, respeitando-se o reconhecimento desses profissionais, é necessário adequar os mecanismos de reajuste do piso salarial do magistério, consoante à Lei nº 11.738/2008.

Numa solução de caráter permanente, é essencial condicionar a entrada em vigor de novas despesas aprovadas pelo Congresso Nacional à indicação clara e precisa das respectivas fontes de receitas, sejam elas relativas à criação de pisos salariais e seus critérios de reajuste, redução ou alteração de jornada de trabalho ou instituição de novas atribuições. Por isso, apoiamos a PEC 172/2012 que estabelece que lei não imporá nem transferirá qualquer encargo ou prestação de serviços aos estados, Distrito Federal ou aos municípios sem a previsão de repasses financeiros necessários ao seu custeio.

Coerente com o momento fiscal adverso, defendemos a manutenção dos vetos presidenciais a Projetos de Lei que geram impactos fiscais insustentáveis. Também se faz necessário promover um efetivo encontro de contas entre débitos e créditos previdenciários dos municípios com a União.

Também é preciso viabilizar as operações de créditos externos dos municípios. A FNP tem dialogado com o Governo Federal para assegurar esses importantes investimentos e garantir um melhor planejamento orçamentário nos municípios. A indeterminação sobre as análises e garantias do governo federal penaliza os municípios que precisam de investimentos para gerar emprego e renda nas cidades.

E para que os municípios possam executar com segurança o seu planejamento orçamentário e financeiro para 2016, consoante a LC 151/2015, é preciso que, tão logo quanto possível, sejam regulamentados e detalhados, por meio de Decreto, os procedimentos a serem adotados para o cálculo do montante a ser pago pelos 180 municípios que têm débitos com a União a partir de janeiro de 2016.

A revisão da legislação do Imposto Sobre Serviços - ISS é essencial para aprimorar a prerrogativa constitucional de arrecadação própria dos municípios e combater a guerra fiscal. A atualização da lista de serviços tributáveis é fundamental, pois a LC 116 de 2003 não contempla a tributação de novos serviços que têm cada vez mais relevância econômica, especialmente na área de tecnologia, como, por exemplo, o desenvolvimento de aplicativos. Nesse sentido, o PLS 386/2012, que tramita no Senado Federal, mostra-se uma alternativa para modernizar a legislação do ISS.

Por sua vez, a reivindicação da população por mais e melhores serviços públicos nos mostra que é urgente, também, construirmos alternativas que possibilitem a redução das tarifas e o aumento dos investimentos no transporte público coletivo urbano e metropolitano. Nesse sentido, defendemos a destinação de parcela da arrecadação de tributo incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, para subsidiar as tarifas do transporte municipal e metropolitano coletivo de passageiros.

É preciso, também, atender a demanda por habitação nas nossas cidades, garantindo os investimentos no programa Minha Casa, Minha Vida - MCMV. Defendemos em especial que a faixa 1 (famílias com renda mensal de até R\$ 1,6 mil) seja contemplada na terceira etapa do programa MCMV.

Medidas estruturantes

É preciso uma ampla revisão tributária que contemple incentivos a atitudes ambientalmente sustentáveis e aponte para a progressividade, desonerando aqueles que pouco ganham ou nada, ou quase nada, têm.

Seria importante contemplar uma revisão da tributação sobre o patrimônio, como IPTU, ITBI, IPVA, ITR, heranças e grandes fortunas, possibilitando a ampliação da arrecadação e apontando na direção da justiça fiscal. O imposto sobre grandes fortunas é o único tributo federal previsto na Constituição Federal que não foi regulamentado. Já a alíquota da taxa de heranças no Brasil (4%) mostra-se irrisória quando comparada com outros países (30%).

É preciso adotar medidas de incentivo à arrecadação do IPTU, que permitam reverter a contínua diminuição da importância relativa desse imposto e que ofereçam condições políticas mais favoráveis para os municípios encaminharem suas propostas para discussão nas Câmaras Municipais. Nessa direção, é preciso instituir obrigação legal de revisão periódica da base de cálculo do IPTU, as Plantas Genéricas de Valores, constituindo requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Propomos também uma revisão profunda dos critérios de partilha do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) entre os municípios. Os conceitos de distribuição em vigor, fundamentados na população dos municípios, foram estabelecidos na década de 60 e estão flagrantemente superados pelo desenvolvimento urbano desordenado e acelerado das últimas décadas. Há cidades populosas e com alta vulnerabilidade econômica e social, como as pertencentes ao g100, que têm muita dificuldade em financiar os serviços públicos básicos para a sua população. Além disso, faz-se necessário minimizar a judicialização do FPM, que tem sobrecarregado o Poder Judiciário sem resolver suas debilidades.

Mostra-se necessário, também, sem prejuízo da inafastável fiscalização e acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, desburocratizar as relações entre os entes federados. A PEC 61/2015, no Senado Federal, deve garantir a agilidade na transferência de recursos da União para estados e municípios, prevendo que as emendas parlamentares possam ser destinadas e repassadas diretamente ao FPM e ao Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Para preservar o emprego e a renda, também é necessário fomentar o empreendedorismo e incentivar a formalização, o crescimento e a competitividade dos pequenos negócios. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) indicam que nos últimos dez anos os pequenos negócios foram responsáveis por 92,5% da geração de novos empregos no país. Além disso, segundo dados do Sebrae, as micro e pequenas empresas respondem atualmente por 27% do PIB brasileiro. Portanto, medidas de incentivo ao setor se mostram importantes para o fortalecimento da economia nacional e retomada do crescimento.

Os prefeitos e prefeitas da FNP incentivam a celebração de concessões e parcerias público-privadas (PPPs) como forma de melhorar as condições de infraestrutura do país, garantir investimentos, gerar emprego e melhorar a prestação de serviços públicos à população. Nesse sentido também se faz necessária a construção de legislação que permita aos Consórcios Públicos contratarem operações de crédito.

Entendemos também que a saúde financeira do sistema previdenciário público é fundamental para o equilíbrio fiscal do país. Dados demográficos evidenciam que brevemente o Brasil terá um significativo salto com despesas previdenciárias. Para garantirmos os direitos das gerações futuras é necessário enfrentar o déficit já existente, discutir e construir uma ampla reforma que perpassa a instituição de uma idade mínima para a aposentadoria e a revisão de aposentadorias especiais sem, no entanto, descuidar do caráter universalista da Seguridade Social.

Sempre atentos com o equilíbrio fiscal federativo, os prefeitos da FNP defendem a implantação do Conselho de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Não restam dúvidas de que a instituição da LRF significou um grande estímulo para a gestão fiscal responsável. Contudo, para o aperfeiçoamento das relações federativas, é preciso regulamentar o espaço para o diálogo cooperativo entre a União, estados e municípios sobre as questões fiscais do federalismo brasileiro.

Reformar a legislação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é, também, uma medida estruturante necessária para a retomada do crescimento econômico. Ao unificar as alíquotas do imposto nos estados, igualando-a a alíquota de exportação (4%), poder-se-ia combater a guerra fiscal. Além disso, é preciso construir uma forma mais justa de partilha das receitas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Os prefeitos da FNP apoiam a iniciativa do Poder Executivo que enviou ao Congresso Nacional o PL 2960/2015, dispondo sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária. Possibilitar que sejam devidamente declarados aos órgãos fiscais e regulatórios brasileiros recursos, bens ou direitos de origem lícita, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no país é possibilitar a arrecadação de cerca de R\$ 100 a 150 bilhões.

Dados do Banco Mundial evidenciam que o Brasil é o vice-campeão mundial de sonegação de impostos (cerca de 13,4% do PIB é sonegado). Fortalecer instrumentos que possam controlar e punir essa prática é imprescindível. Ademais, para fortalecer as ações de fiscalização e combate à sonegação é fundamental a atuação integrada das administrações tributárias da União, estados, Distrito Federal e Municípios. Assim, com o objetivo de garantir maior eficiência e justiça à arrecadação de impostos, defendemos a necessidade do compartilhamento de informações fiscais entre os entes federados, assim como previsto no art. 37 da Constituição Federal.

Brasília, 08 de outubro de 2015.
Frente Nacional de Prefeitos

CARTA DA FNP À SOCIEDADE BRASILEIRA

Nós, prefeitos e prefeitas, estamos vivenciando o agravamento contínuo, desde o início do ano, da situação política e econômica do Brasil. Situação essa potencializada pelos impasses políticos que, caso não sejam superados, comprometem o futuro do nosso país.

Oitenta e três por cento da população brasileira vive, hoje, nas áreas urbanas dos municípios. É nas cidades, portanto, que os efeitos de uma crise política e econômica são sentidos de forma mais aguda, principalmente para as camadas menos favorecidas da população.

Nos últimos anos, o povo brasileiro foi nutrido pela esperança de um futuro melhor. E vê, com perplexidade, essa esperança ser frustrada pela progressiva deterioração do ambiente político e econômico, com o conseqüente aumento do desemprego e o desajuste das contas públicas.

A redução dos recursos disponíveis ao Poder Público, causada pela queda na arrecadação de impostos, resultado, por sua vez, da diminuição da atividade produtiva, compromete a qualidade dos serviços oferecidos a todos os cidadãos em todas as esferas de governo.

Investimentos são adiados nas mais diversas áreas. Obras em andamento são paralisadas ou têm seu ritmo reduzido. Restringe-se a oferta de atendimento nas áreas da Saúde e da Educação. As famílias brasileiras são sacrificadas com a perda de oportunidades no presente e o comprometimento do seu futuro. Nós, prefeitos, ouvimos diretamente a voz das ruas e somos dela porta-vozes legítimos.

Temos procurado contribuir, por meio de nossas entidades representativas, com uma pauta propositiva de mudanças. Para tanto, nós, da Frente Nacional de Prefeitos, buscamos a interlocução permanente com o Executivo Federal, com o Congresso Nacional e com o Poder Judiciário, perseguindo o aperfeiçoamento contínuo das Políticas Públicas e de seus instrumentos, com o objetivo último de eliminar entraves à realização de nosso dever comum, como prefeitos eleitos, com os nossos cidadãos.

Nesse contexto, é indispensável remover as eventuais dificuldades existentes no encaminhamento das discussões legislativas, além de estabelecermos uma mesa permanente de discussões técnicas com o Executivo Federal.

Acreditamos ser imprescindível e urgente dialogar na direção de uma agenda que vise, na esfera política, à ampliação das conquistas geradas pela Democracia em nosso País; e, na esfera econômica, à implantação de uma estratégia de crescimento que recupere a estabilidade e promova o desenvolvimento sustentável do Brasil em todas as suas dimensões.

Nós, prefeitos e prefeitas, reafirmamos nosso compromisso com a construção de uma pauta de convergência desvinculada de radicalismos que aprofundam as crises. A situação política do Brasil exige atenção. O povo está demonstrando a sua insatisfação com a realidade do país. Saudamos e respeitamos as manifestações de rua pelo que representam de radicalização da democracia e chamado dos líderes à ação em busca de soluções. Não dedicar a esse momento o necessário cuidado pode implicar o retrocesso nos avanços conquistados com muito esforço pelo povo brasileiro. E nossa principal responsabilidade, acima de todas as conjunturas políticas, é com o Brasil e com os brasileiros.

Diretoria da FNP

**Brasília, 10 de agosto de 2015
Frente Nacional de Prefeitos**

CONFERÊNCIA DOS LÍDERES LOCAIS PARA O CLIMA CIDADES PARA O CLIMA

DECLARAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIS UMA CONTRIBUIÇÃO DECISIVA À COP21

Nós, representantes locais e regionais eleitos, dos cinco continentes, reunidos na Prefeitura Municipal de Paris nesta sexta-feira dia 4 de dezembro, reafirmamos nosso compromisso na luta contra as mudanças climáticas.

Declaramos solenemente que as mudanças climáticas são um desafio comum e que encontrarsoluções a favor do Clima é uma responsabilidade compartilhada, assim como uma questão de direitos, de igualdade e de justiça social. Lutar de forma eficaz na escala mundial contra as mudanças climáticas constitui uma das maiores oportunidades econômicas do século 21. Essa ação permitirá também proteger a saúde pública e garantir um desenvolvimento sustentável e respeitoso dos direitos humanos e da condição feminina.

Reconhecemos que as mudanças climáticas causadas pela atividade humana têm um impacto na vida de milhões de cidadãos, e seus efeitos se farão sentir durante décadas. Continuar na atual trajetória de emissão de gases de efeito estufa trará consequências desastrosas para nossas crianças, para o meio ambiente e para a biodiversidade. Agir em favor do Clima é o único caminho possível. Considerando que as cidades abrigam mais da metade da população mundial e produzem 2/3 das emissões mundiais de gases de efeito estufa, os representantes eleitos locais e regionais têm um papel fundamental a desempenhar para garantir um futuro de baixo carbono.

Nós, abaixo assinado, Prefeitos, Governadores, Presidentes de regiões e outros líderes de governos locais, nos comprometemos coletivamente a:

Promover e ultrapassar, na extensão total de nossa autoridade, os objetivos do Acordo de Paris 2015 negociado durante a COP21,

Produzir e implementar estratégias participativas de resiliência e planos de ação para se adaptar ao número crescente de catástrofes vinculadas às mudanças climáticas daqui a 2020,

Reduzir de 3,7 bilhões de toneladas as emissões anuais de gases de efeito estufa nas áreas urbanas até 2030 – o equivalente a 30% da diferença entre os compromissos nacionais atuais e o nível de emissões recomendado pela comunidade científica para limitar o aquecimento a 2 graus,

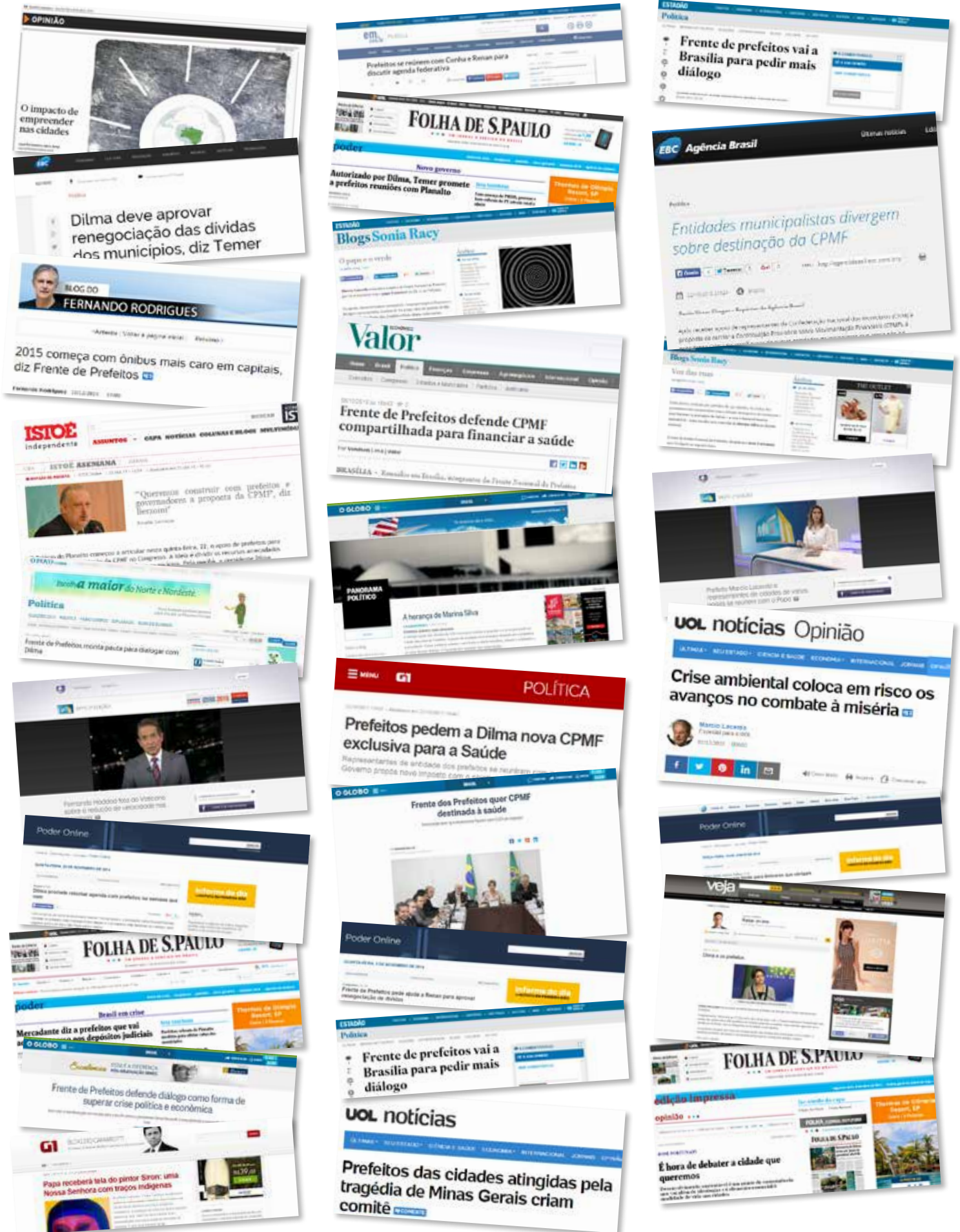
Apoiar objetivos ambiciosos a favor do Clima como a transição para uma energia 100% renovável em nossos territórios ou uma redução de 80% das emissões de gases de efeito estufa até 2050,

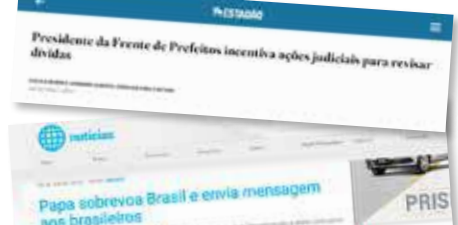
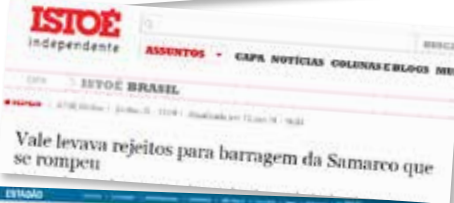
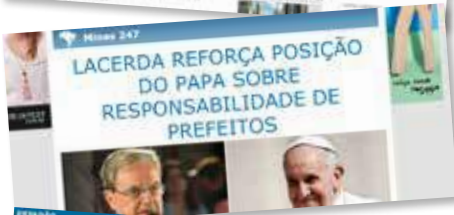
Iniciar parcerias entre governos locais e com organizações internacionais, governos nacionais, o setor privado e a sociedade civil para aprimorar a cooperação, implementar programas de capacitação, multiplicar as soluções a favor do Clima, elaborar instrumentos de medida e promover mecanismos de financiamento inovadores e investimentos em projetos de redução de emissões ao redor do mundo.

Para atingir estes objetivos ambiciosos, estamos dispostos a apoiar o “Compromisso de Paris”, apresentado pela presidência da COP21, e reforçaremos as iniciativas das redes de cidades e regiões, e em particular, a Convenção dos Prefeitos, o Pacto dos Prefeitos e o Pacto dos Estados e das Regiões. Apoiaremos a plataforma NAZCA das Nações Unidas assim como o ‘Roteiro sobre o Clima para as Cidades e Governos Locais’, para garantir a visibilidade destas iniciativas. Além disso, reconhecemos que os governos locais precisam acessar mais facilmente às finanças verdes, dispor de maior autonomia orçamentária e de uma capacidade legislativa reforçada para maximizar o impacto de suas ações em favor do Clima. Apelamos ao empoderamento dos diferentes níveis de governo para que cada um possa contribuir ao máximo de suas capacidades na luta contra as mudanças climáticas.

No âmbito do Plano de Ação Lima Paris e de acordo com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, coordenaremos nossa ação para o Clima durante o próximo ano, na perspectiva da Conferência Habitat III de 2016. Juntos, nos unimos com as organizações internacionais, os governos nacionais, o setor privado e a sociedade civil para oferecer uma resposta conjunta ao desafio da mudança climática e proteger nosso planeta.

4 de dezembro de 2015
Paris







Endereço FNP: Setor de Rádio e TV Sul, Ed. Record, Sala 603 – CEP: 70340-910 Brasília-DF
Telefone/Fax: (61) 3044-9800/3044-9819
Email: secretaria@fnp.org.br / www.fnp.org.br

